

***Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local:
Projecto da Mata de Sesimbra***



Mestrado em Turismo
Especialização: Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

Outubro de 2011

Trabalho realizado por:
Diana Luísa Reduto Moutinho, nº 2226

Página de Rosto



Diana Luísa Reduto Moutinho

Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local:

Projecto da Mata de Sesimbra

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para a obtenção do grau de Mestre em Turismo, Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos.

Orientador: Prof. Doutor Luís Portugal

Outubro de 2011

Agradecimentos

Qualquer trabalho é o resultado de uma série de contribuições e influências. Este, antes de mais, só foi possível graças à autorização da empresa Pelicano para o uso do caso de estudo do Projecto da Mata de Sesimbra. Em especial ao Arq. Paulo Reis Silva, sem o qual não teria acesso a documentos imprescindíveis para a análise do projecto, e que desde o início se mostrou disponível para contribuir para esta investigação.

Na mesma linha, agradeço ao meu orientador, professor Luís Portugal, pelo qual tive conhecimento do projecto em estudo e outros semelhantes, os quais despoletaram o meu interesse pelo campo do Turismo Sustentável/Ecológico. Mais tenho a agradecer pelo seu incentivo na escolha do tema, entusiasmo e apoio que sempre me transmitiu ao longo deste ano.

Por último, ficam os agradecimentos à família e amigos, pela confiança e força constantes, a paciência nos períodos longos de investigação e ausência, e a companhia e sugestões nos momentos de pausa.

Resumo em Português

A presente dissertação investiga o campo do Turismo Sustentável/Ecológico, caracterizando diferentes conceitos; enquadra a evolução da problemática ambiental; estuda a relação entre o Turismo e o Ambiente, os seus impactos (económicos, sócio-culturais e ambientais) e respectiva medição e controlo; e destaca a importância de um bom planeamento e gestão turísticos.

Numa segunda fase, relativa à área dos Projectos Turísticos Sustentáveis, e de modo a consolidar esta dissertação toma-se o caso de estudo do Projecto da Mata de Sesimbra – o primeiro projecto integrado de construção, ecoturismo sustentável e conservação da natureza a nível nacional, levado a cabo pela imobiliária Pelicano em parceria com a ONG *World Wildlife Fund* e a *BioRegional* – à semelhança do bem sucedido Projecto BedZed no Reino Unido (uma eco-cidade que permite aos seus residentes terem um estilo de vida amigo do ambiente, com o nível de conforto e qualidade de vida de hoje em dia). Então, são apresentadas as entidades envolvidas e projectos semelhantes, antes da análise do plano de pormenor e plano de gestão ambiental do projecto em estudo.

Esta investigação pretende demonstrar o mérito que projectos como este têm no desenvolvimento local, os seus impactos positivos e negativos, e indica os instrumentos que os norteiam e os obstáculos que se lhes colocam, como linhas de orientação para projectos semelhantes.

Para o efeito, tendo por base a documentação relativa ao mesmo, o projecto é analisado na vertente territorial (desenvolvimento do projecto e planos de ordenamento do território seguidos), sócio-cultural (relação entre a população local e o empreendimento turístico) e económica (importância do turismo, em especial de projectos inovadores deste género, na actividade local), tendo em conta a problemática ambiental transversal às três vertentes, ao tentar responder às perguntas de partida: *Como criar valor local com o Projecto da Mata de Sesimbra? Qual a gestão do projecto, barreiras e apoios inerentes ao desenvolvimento turístico sustentável em Sesimbra?*

Resumo em Inglês

This dissertation investigates the field of Sustainable/Ecological Tourism, characterizes different concepts, within the evolution of the environmental problematic; studies the relation between Tourism and the Environment, its impacts (economic, social-cultural and environmental), evaluation and control; and highlights the importance of an efficient tourism planning and management.

In the second part, concerning Sustainable Touristic Projects, to consolidate this work the case-study “Mata de Sesimbra” Project, in Portugal, is presented and analysed – the first national project that combines building construction, sustainable ecotourism and nature conservation, developed by the real estate company Pelicano in partnership with the ONG World Wildlife Fund and BioRegional – following the example of the well succeeded BedZed Project in the United Kingdom (an eco-village where its residents can have a ecofriendly style of life, with the comfort and quality of life of nowadays). Therefore, the entities involved and similar projects are presented, before the analysis of the project’s detail plan and environmental management plan.

This investigation aim consists in demonstrating the merit of such projects in the local development, its positive and negative impacts, indicating the instruments that guide them and the obstacles in its implementation, as a guide line for similar initiatives.

Based on the documentation related to it, the project is analysed by three approaches: territorial (project development and land-use plans followed), social-cultural (the relationship between local community and the touristic endeavour) and economic (tourism importance to the local economy, specially of this kind of innovative projects), taking into account the environmental issue cross-cutting these approaches, trying to answer the starting point questions: *How to create local value with the “Mata de Sesimbra” Project? Which are the project management, barriers and supports inherent to sustainable touristic development in Sesimbra?*

Lista de abreviaturas e símbolos

Ambiente: recursos físicos e biológicos do planeta, dos quais a humanidade depende para a sua sobrevivência (OMT e WTTC, 1997).

Atractivos: atributos positivos ou favoráveis de uma área, para uma actividade ou um conjunto delas, da forma desejada por um determinado cliente ou mercado, incluindo clima, paisagem, actividades e cultura.

AFLOPS: Associação de Produtores Florestais da Península de Setúbal

AIA: Avaliação de Impacto Ambiental

ART: Áreas Regionais de Turismo

Balança de pagamentos: demonstrativo estatístico, ligado à contabilidade nacional, que apresenta um registo sistemático das transacções económicas de um país com o resto do mundo.

Capacidade de carga: uso máximo possível de qualquer local sem que haja efeitos negativos sobre os recursos, o que reduziria a satisfação dos visitantes ou traria impactos adversos à sociedade, economia, cultura local ou ao meio ambiente.

Contas satélite de turismo: utilizando o conceito de contas nacionais, um conjunto de contas que proporcionam um quadro da posição ocupada pelo turismo na economia nacional.

Comunidade anfitriã/local/receptora: grupo de pessoas que partilham uma identidade comum, como a localização geográfica, classe social e/ou origem étnica, podem ainda partilhar uma visão ou interesse comum (Weaver, 2001); residentes de uma cidade, área ou nação afectados pela presença de turistas que actuam, oficial ou acidentalmente, como anfitriões, compartilhando a sua terra, estabelecimentos, estradas e cultura com os turistas.

CDS: Comissão para o Desenvolvimento Sustentável

CERT: Campaign for Environmentally Responsible Tourism

CMMAD: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CMT: Comissões Municipais de Turismo

CNUMAD, Rio-92 ou Eco'92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que responde às necessidades actuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações responderem às suas (Relatório de Brundtland em OMT e WTTC, 1997).

Desenvolvimento turístico sustentável: aquele que satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões de acolhimento ao mesmo tempo que protege e potencia novas oportunidades para o futuro, preconizando que as necessidades económicas, sociais e estéticas devem ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte vitais. (OMT, 1998)

Despesas turísticas: total em dinheiro gasto por turistas em viagem. Podem ser calculadas despesas ligadas à permanência no destino como um total, independentemente de onde ocorreram. Incluem transporte, hospedagem, alimentação, presentes, despesas ocasionais e entretenimento.

Destino: localidades turísticas que dispõem de atracções susceptíveis de originarem a deslocação das pessoas, mas que implicam uma intervenção humana para proporcionar a máxima satisfação dos visitantes; o espaço físico em que o visitante permanece pelo menos

uma noite, incluindo os produtos, serviços, atracções e recursos nele existentes. Pode ser uma área dentro de um país, uma região ou um país. Destino é a unidade geográfica básica utilizada para as estatísticas turísticas. (OMT, Licínio cunha).

DIA: Declaração de Impacto Ambiental

DIP: Departamento de Informação Pública (ONU)

Ecologia: ciência do meio em que vive o homem, do meio ambiente que tem como conceito base os ecossistemas.

Ecossistema: conjunto distinto de relações entre o sistema biocenose (conjunto das circunstâncias climáticas e de solo que servem de base à vida) e o sistema biótopo (parte mineral do meio natural, o suporte e a fonte de energia da biocenose), diferenciado de qualquer outro, de componentes ou vectores ambientais abióticas (físicas, químicas) e bióticas (orgânicas). É formado por um meio ambiente (terrestre ou aquático) e pelos organismos que nele habitam.

Efeito multiplicador: conceito de que as despesas turísticas numa área geram outras, e assim, mais dinheiro, já que a receita turística é gasta pelos residentes que a recebem, na forma de salários e lucros. O efeito multiplicador pode ser estimado estatisticamente.

Efeitos cumulativos: pequenos impactos que quando combinados geram um impacto global maior e significativo.

Empresas e os serviços turísticos: componente funcional mais importante a nível económico do sistema e inclui a parte fundamental da **produção turística:** prestação de alojamento, alimentação, distribuição, diversões, ocupação de tempos livres e outros serviços.

ECOSOC: Conselho Económico e Social das Nações Unidas

EIA: Estudos de Impacto Ambiental

EMAS: European Environmental Management System

ERT: Entidades Regionais de Turismo

ETAR: Estação de Tratamento de Águas Residuais

FNNP: Federação de Parques Nacionais e Naturais da Europa

Indústria turística: sector composto de organizações, públicas e privadas, envolvidas no desenvolvimento, produção, distribuição e marketing de produtos e serviços para atender as necessidades dos turistas.

ICEP: Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal

IFT: Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo

IGJ: Inspeção-Geral de Jogos

INAG: Instituto da Água

INE: Instituto Nacional de Estatística

INFTUR: Instituto de Formação Turística

ISO: Organização Internacional para a Standardização/Normalização (International Standards Organisation)

IUCN: International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (ONG ambientalista)

Leasing: ou locação financeira, consiste numa operação de financiamento através da qual uma das partes (a locadora) cede a outra (o locatário) o direito de utilização de um determinado bem, durante um período de tempo acordado, em contrapartida do pagamento de rendas periódicas. No final do prazo do contrato, o locatário poderá adquirir o bem mediante o pagamento de um valor residual previamente acordado.

LMT: Limites de mudança tolerável

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

Oferta: conjunto de elementos sem os quais um destino não poderá satisfazer a procura: recursos turísticos, infra-estruturas, superestruturas (equipamentos que satisfazem directamente as necessidades da procura turística: alojamento, restaurantes, entretenimento e diversões, estabelecimentos comerciais, etc), acessibilidades e transportes, hospitalidade e acolhimento.

Organizações turísticas: conjunto de áreas de responsabilidade que visam garantir o funcionamento do sistema turístico, são formadas pelos serviços do Estado, autarquias, organismos públicos locais e associações profissionais. O grau da sua intervenção e a importância que assumem depende dos regimes políticos e da forma de organização das sociedades. (OMT, Licínio cunha).

OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OMT: Organização Mundial de Turismo (WTO – World Tourism Organization)

ONG: Organização Não-Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

Pegada ecológica: ferramenta para a determinação do solo ou área *per capita* necessária à vida de uma pessoa ou comunidade, em função do seu modelo sócio-económico, do seu estilo de vida. Tudo é convertido em solo: os alimentos, a água, o ar, o solo, a produção de energia, etc. pode utilizar-se esta ferramenta para medir o impacto ecológico de um turista, construindo-se assim a pegada ecológica turística.

Políticas de turismo: geralmente políticas públicas destinadas a atingir objectivos específicos importantes para o sector, a nível local, regional ou nacional.

Procura: quantidade de bens e serviços que os visitantes, residentes e não-residentes, adquirem por um determinado preço num mercado específico, num dado momento. (OMT, Licínio cunha).

Produtos turísticos sustentáveis: desenvolvidos em harmonia com o ambiente local, a comunidade e suas culturas, de modo a que os mesmos beneficiem de forma permanente do turismo ao invés de serem vítimas do seu desenvolvimento (OMT e WTTC, 1997).

Projectos PIN: Projectos de Potencial Interesse Nacional

Promoção e informação: conjunto de actividades, iniciativas e acções que, por um lado, influenciam as pessoas a tomar decisões sobre as viagens e, por outro, lhes proporcionam os conhecimentos para obter a máxima satisfação das suas viagens. (OMT, Licínio cunha).

PDM: Plano Director Municipal

PENT: Plano Estratégico Nacional do Turismo

PGA: Plano de Gestão Ambiental

PIB: Produto Interno Bruto

PMOT: Planos Municipais de Ordenamento do Território

PNUMA: Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNEP – United Nations Environmental Programme)

PP: Plano de Pormenor

PPZSMS: Plano de Pormenor da Zona Sul: Mata de Sesimbra

SLNG: Serviço de Ligação da ONU

Receitas turísticas: total em dinheiro gasto por turistas numa área específica durante um determinado período.

Recursos turísticos: componente fundamental da oferta turística: clima, flora e fauna, paisagem, praias e montanhas (recursos naturais), arte, história, monumentos, parques temáticos (recursos criados pelo homem). (OMT, Licínio cunha).

Região: zona geográfica na qual se encontrem implantadas actividades económicas através de um arranjo estrutural determinado e segundo manchas de homogeneidade económica e social detectáveis por processos operacionais. (Caldas, 1996 citado por Vieira, 2007)

RAN: Reserva Agrícola Nacional

REN: Reserva Ecológica Nacional

Sazonalidade: mudança no nível e composição da procura turística devido à época do ano; desigual distribuição temporal dos movimentos turísticos ao longo do ano que se reflecte na desigual intensidade das entradas de estrangeiros, das dormidas na hotelaria e no tráfego dos meios de transporte. (OMT, Licínio cunha).

Stakeholders: parte interessada em determinado assunto ou negócio; actores e participantes activos; grupos de indivíduos organizados e com projectos ou objectivos homogéneos. (Vieira, 2007)

Transportes: componente do sistema turístico que garante a ligação entre a residência e o local do destino, constituindo um subsistema complexo que integra as vias e os meios de transporte, as instalações e equipamentos nos locais de partida e de chegada, bem como as estruturas organizativas. (OMT, Licínio cunha).

Turismo: abrange as actividades de pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual, por não mais de um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios e outros. O ambiente habitual de uma pessoa é a área entorno do seu local de residência, além de outras que visite com frequência. (OMT, Licínio cunha).

Turismo sustentável: desenvolvimento turístico sustentável responde às necessidades actuais dos turistas e comunidades receptoras, protegendo e fomentando futuras oportunidades. Tem como objectivo desenvolver os recursos de modo a satisfazer as necessidades económicas, sociais e ambientais, mantendo a integridade cultural, os processos e sistemas ecológicos essenciais à vida e a diversidade biológica (OMT e WTTC, 1997).

Turista: todo o visitante que passa pelo menos uma noite no local visitado, não necessariamente em alojamento pago. (OMT, Licínio cunha).

TC: transporte colectivo

TI: transporte individual

TP: Turismo de Portugal, IP

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization)

VAB: valor acrescentado bruto

Visitante: toda a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não o de exercer uma actividade remunerada no local visitado. (OMT, Licínio cunha)

WWF: World Wildlife Fund

WTTC: Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC – World Travel and Tourism Council)

Índice

Página de Rosto	i
Agradecimentos	ii
Resumo em Português.....	iii
Resumo em Português.....	iii
Resumo em Inglês.....	iv
Lista de abreviaturas e símbolos	v
Índice.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo I: Enquadramento	3
1.1 Turismo e Ambiente	5
1.1.2 Problemática Ambiental - História	6
1.2 ONGs.....	11
Capítulo II: Sustentabilidade.....	14
2.1 Ecoturismo e Turismo Sustentável.....	14
2.2 Turismo Sustentável – História e princípios.....	15
2.3 Desenvolvimento Turístico Sustentável.....	18
2.4 Impactos e Modelos de Gestão do Turismo	23
2.4.1 Capacidade de Carga	26
2.4.2 Limites de Mudança Tolerável	28
2.4.3 Pegada Ecológica.....	29
2.4.4 Análise de Impacto Ambiental	30
2.4.5 Sistemas de Gestão Ambiental.....	32
2.4.6 Programas de Certificação Ambiental.....	33
2.5 Cidadania e Meio Ambiente.....	36
2.6 Educação Ambiental e Turismo	37
Capítulo III: Planeamento e Gestão do Turismo	39
3.1 Gestão Turística.....	39
3.2 Planeamento e Ordenamento do Território	42
3.2.1 Sistemas e Instrumentos de Gestão Territorial.....	45
Capítulo IV: Organizações.....	49
4.1 Pelicano/Espart	49
4.2 WWF	50

4.3 BioRegional	51
4.3.1 Iniciativa <i>One Planet Living</i>	52
4.3.2 Comunidades OPL.....	53
Capítulo V: Projecto da Mata de Sesimbra.....	55
5.1 Plano de Pormenor da Zona Sul: Mata de Sesimbra.....	55
5.1.1 Caracterização da área do PPZSMS	57
5.1.2 Ordenamento e zonamento do PPZSMS.....	63
5.2 Projecto Mata de Sesimbra.....	72
5.2.1 <i>Benchmarking</i> sustentável	77
Capítulo VI: Avaliação do Projecto.....	78
Capítulo VII: Conclusão	86
Bibliografia	88
Anexos	93

Introdução

A presente dissertação centra-se num projecto turístico sustentável, o Projecto da Mata de Sesimbra. O enfoque recai no impacto deste projecto na economia local e no seu planeamento e gestão.

Neste contexto, pretendem-se responder a duas grandes questões: *Como criar valor local com o Projecto da Mata de Sesimbra? Qual a gestão do projecto, barreiras e apoios inerentes ao desenvolvimento turístico sustentável em Sesimbra?* Abordam-se sucintamente neste âmbito outras reflexões:

- Quais as questões a analisar na decisão da realização de um empreendimento turístico em espaço público?
- Quais as entidades públicas envolvidas?
- Que apoios (do sector público) estão disponíveis para o desenvolvimento turístico sustentável na região?
- Que possíveis parcerias? Com o sector público, comunidade local, organizações ambientalistas?
- Como envolver a comunidade local?
- Quais os benefícios e prejuízos para a economia local?
- Qual o perfil do empreendimento?

Para o efeito, tendo por base a documentação relativa ao projecto, pretende-se reunir e analisar os elementos necessários à estruturação de um projecto deste género.

Apresentam-se como **objectivos gerais**: a análise do projecto ao nível da gestão – etapas a seguir no desenvolvimento de projectos turísticos sustentáveis; o exame dos obstáculos à implementação de projectos turísticos dirigidos ao desenvolvimento sustentável em Portugal, e em especial na zona em causa, e como contorná-los, e, por outro lado, os incentivos já existentes e como obtê-los. O **objectivo específico** desta dissertação é a elaboração de uma **grelha** de avaliação que afira os impactos (positivos e negativos) do projecto para o desenvolvimento local.

Em termos metodológicos esta dissertação segue o esquema proposto por Quivy (1992), repartindo-se por sete etapas: a revisão da literatura sobre o tema da sustentabilidade no turismo, de modo a aprofundar conhecimentos e caracterizar o objecto

de estudo de forma multifacetada, complementada com entrevistas exploratórias, de acordo com as perguntas de partida, de modo a contextualizar a problemática de investigação e construir um modelo de análise. Na fase de observação, a técnica de recolha de informação principal foi uma análise de conteúdo (investigação documental relativa ao projecto: plano de pormenor, plano de gestão ambiental e requerimento de Potencial Interesse Nacional (PIN)) e a auxiliar entrevistas exploratórias junto da empresa promotora – base para elaborar a grelha de avaliação dos impactos do projecto na economia local. Recolhidos e analisados os dados, retiram-se as respectivas conclusões do trabalho; responde-se às perguntas de partida, relacionando o enquadramento teórico com a visão da realidade obtida, ao apresentar os impactos deste projecto, bem como as etapas seguidas, como guia para projectos semelhantes.

Capítulo I: Enquadramento

“A sustentabilidade deixou de ser um ideal, passando a ser uma necessidade” (OMT, 2003: 240), pelo que “A indústria turística depara-se com uma importante escolha: agir agora e garantir um futuro sustentável para o sector ou esperar e ver o declínio ambiental e económico destruir os recursos dos quais depende” (OMT e WTTC, 1997: 71).

A industrialização e o modo de produção capitalista trouxeram vários problemas ambientais, como a alta concentração populacional devido à urbanização acelerada e o contínuo crescimento demográfico, uso excessivo dos recursos naturais – sendo alguns não renováveis (petróleo e carvão mineral, por exemplo) ou com cada vez menor capacidade de absorção e de reciclagem de resíduos –, contaminação do ar, do solo, das águas, desflorestação, diminuição da camada de ozono, aquecimento global, crescimento exponencial da pobreza e problemas urbanos (sobretudo nos países em desenvolvimento), entre outros. A evidente degradação da qualidade de vida colocou na agenda global questões de infra-estrutura, saneamento básico e meio ambiente.

“As mudanças induzidas na natureza pela acção humana conduziram a questões e re-avaliações de posições éticas. Do mesmo modo, os impactos negativos do turismo também levaram a uma maior pressão para que os seus intervenientes avaliassem a sua posição em relação à natureza e o ambiente, focando-se na redefinição das suas obrigações para com estes” (Holden, 2000: 39).

Ainda para mais se pensarmos nas dimensões da indústria turística, que tem crescido bastante desde a Revolução Industrial.

O turismo emprega cerca de 200 milhões de pessoas em todo o mundo (8% de todo o emprego) e representa 12% do produto interno bruto (PIB) mundial, o que demonstra a contribuição do turismo para a economia mundial e a procura que exerce sobre os recursos. As chegadas de turistas internacionais rondam as 800 milhões por ano (Turismo de Portugal [TP], 2010), número que se prevê aumentar para 1.6 biliões no ano 2020 (2.5 vezes maior que o volume registado nos finais de 1990's), com receitas do turismo internacional na ordem dos 2 triliões de euros. O que justifica a cada vez maior atenção dos governos para com o turismo, como um sector de desenvolvimento estratégico, e a conservação como objectivo complementar (Newsome, Moore & Dowling, 2002 e OMT, 2001).

Em Portugal, o turismo representa 10,3% do PIB, com 6,9 mil milhões de euros em receitas turísticas que contribuem com 4,2 mil milhões de euros para a balança turística (7 mil milhões de euros para o valor acrescentado bruto (VAB) da economia nacional) (TP, 2010).

1.1 Turismo e Ambiente

O **Ambiente** (segundo Allaby 1994, citado por Holden 2000: 21) é “o conjunto completo de condições externas, físicas e biológicas onde um organismo vive. Ambiente inclui aspectos sociais, culturais e (para os humanos) económicos e políticos, bem como as componentes mais usualmente referidas como o solo, clima, e alimento.” A relação entre o turismo e o ambiente engloba assim influências sociais que encorajam a sociedade a praticar turismo. Várias são as motivações para a prática turística, mas todas se relacionam com estilos de vida das sociedades urbanizadas do mundo capitalista e hedonista actual, no qual o turismo (regido por modas) apresenta-se como uma forma de compensação do trabalho, recuperação, integração social, fuga à rotina, comunicação, meio de alargar os horizontes da mente, expressão de liberdade, auto-determinação, realização e felicidade.

O turismo depende dos atributos físicos e culturais dos destinos – os **atractivos** são factores críticos de produção para o produto turístico, e esta dependência levanta questões éticas acerca de quem são os beneficiários do turismo e os direitos do ambiente não-humano. Este questionar ético reflecte preocupações acerca da igualdade das relações entre diferentes *stakeholders* do sector e entre o humano e o ambiente não-humano (Holden, 2000).

A preocupação com as consequências do turismo no ambiente tem aumentado à medida que a sociedade se torna mais ambientalmente consciente. A outrora considerada “indústria sem fumo” ou “indústria limpa” – por não exigir actividades tradicionalmente associadas à degradação ambiental, como escavações de grande escala (da mineração e extração), emissão de poluentes na água e ar (nas refinarias e fábricas) ou o uso de pesticidas e herbicidas (na agricultura) – tem sido questionada acerca dos seus efeitos ambientais. O turismo, como qualquer outra indústria, tem os seus impactos negativos sobre o ambiente, desde logo, os que decorrem do transporte. Os maiores problemas são o uso excessivo dos recursos, poluição e aspectos relacionados com o comportamento do turista face ao ambiente que visita¹. Os impactos negativos tocam aspectos físicos e culturais, e devem ser minimizados dentro do possível (Holden, 2000).

A ocorrência de problemas ambientais resultantes do crescimento económico leva a questionar a eficiência do sistema de mercado livre de produção e consumo capitalista (com vista ao lucro fácil, onde a natureza é fonte de recursos utilizados em larga escala e

¹ O turista (consumista e hedonista) quando em viagem tende a relegar os problemas a outros, desresponsabilizando-se, acha que o seu direito a férias lhe tira responsabilidades (Cater & Lowman, 1994) e permite agir, inconsequentemente, apenas segundo a sua vontade.

sem limites), que fomenta um crescimento económico a todo o custo, desenvolvido à margem dos seus efeitos no ambiente. Especial preocupação recai no uso excessivo de recursos, tanto no sentido de esgotar as fontes dos recursos como exceder a capacidade do ambiente assimilar os resíduos, o que resulta em danos aos ecossistemas. Culpabilizados por esta exploração dos recursos são a sociedade, que até aqui os via como bens baratos e de acesso livre, sem restrições de uso; o poder público e as suas políticas e planeamento fracos e inadequados; e a indústria, que se rege pelas forças do mercado (Cater e Lowman, 1994).

Exige-se hoje uma mudança no mercado mundial, de forma à utilização dos recursos técnicos terem por fim o social, o fomento de um maior diálogo entre o saber científico institucional e os demais saberes, e uma redefinição da relação dos indivíduos com a natureza, que contemple os seus limites, respeite a sua diversidade e ritmos, centrando-se no ser humano, em vez do lucro. A nova racionalidade tem de procurar novas formas de estruturas produtivas, diferentes da actual, desenvolvendo novos métodos de pesquisa (interdisciplinar) e novas formas de elaboração do conhecimento, procurando soluções práticas de problemas, novas mediações para a resolução de conflitos, e novas políticas e estratégias de desenvolvimento (Neiman, 2002).

À luz dos impactos negativos do turismo no ambiente, o necessário planeamento ambiental e gestão da actividade têm merecido a atenção dos governos, organizações não-governamentais, populações locais e o sector privado.

De modo a melhor perceber estas crescentes pressões e tentativas de minimizar os riscos ambientais detectados a partir da década de 60, um breve enquadramento histórico é essencial.

1.1.2 Problemática Ambiental - História

Na segunda metade do século XX os problemas ambientais agravam-se e começa-se a discutir a qualidade da vida no planeta que poderia colocar em risco a possibilidade de sobrevivência, a longo prazo, da própria humanidade.

Em 1962, Rachel Carson publica o livro *Primavera Silenciosa*, uma fusão da ecologia com conceitos éticos, onde alerta para os efeitos ecológicos e sobre a saúde de insecticidas como o DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano). Na mesma linha, em 1968, Paul Ehrlich

publica *A Bomba Populacional*, onde chama a atenção para o crescimento exponencial da população e a consequente degradação ambiental e o aumento de epidemias, fome e pobreza.

No ano de 1968 os seguintes encontros tornam-se fundamentais no delinear de uma estratégia para enfrentar os problemas ambientais na década de 70 e seguintes: a criação do Clube de Roma, em Itália, com o objectivo de promover o entendimento dos componentes variáveis, mas interdependentes que formam o sistema global (económicos, políticos, naturais e sociais); e a conferência sobre a conservação e o uso racional dos recursos da Biosfera, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, onde surgem as bases para a criação, em 1971, do programa Homem e a Biosfera (*MAB* – em inglês *Man And Biosphere*).

No mesmo ano ocorrem grandes mobilizações de massa, principalmente estudantis, no mundo todo, que questionavam a racionalidade de todo o sistema capitalista e procuravam formas alternativas de convivência.

Em 1972 na cidade de Estocolmo, Suécia, a Organização das Nações Unidas (ONU) na “Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano” lança as bases para a abordagem dos problemas ambientais numa óptica global de desenvolvimento, gera a declaração sobre o Ambiente Humano, produz um Plano de Acção Mundial e cria o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).

Também em 1972, o Clube de Roma publica os *Limites do Crescimento*, no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziriam a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação num prazo de 100 anos. O seu maior mérito foi o facto de que propiciou a ocorrência de uma série de debates contínuos, os quais culminaram na apresentação de novas propostas de desenvolvimento, que contemplavam os limites impostos pela possibilidade de esgotamento dos recursos naturais.

Em 1977 o PNUMA lança a denominada Declaração de Nairóbi, na qual são reafirmados os objectivos do organismo, confirmados pela Assembleia Geral da ONU no mesmo ano.

Em 1983 a Assembleia Geral da ONU cria a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), com o objectivo de examinar as relações entre o ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis. Divulgando em 1987 o Relatório da Comissão Brundtland da ONU, denominado *Nosso Futuro Comum*. Onde se

apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável: “desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às delas” (OMT e WTTTC, 1997), almejando as seguintes metas:

Quadro 1: Principais metas das políticas ambientais e desenvolvimentistas do Relatório de Brundtland (Dias, 2003):

- | | |
|----|---|
| a) | retomar o crescimento; |
| b) | alterar a qualidade do desenvolvimento; |
| c) | atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; |
| d) | manter um nível populacional sustentável; |
| e) | conservar e melhorar a base de recursos; |
| f) | reorientar a tecnologia e administrar o risco; |
| g) | incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões. |

Também em 1987 é aprovado o “Acto Único Europeu”, com a perspectiva de: preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente; contribuir para a protecção da saúde das pessoas; e assegurar uma utilização prudente e racional dos recursos naturais.

Em 1992, vinte anos após a de Estocolmo, realiza-se no Rio de Janeiro a “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” ou “Cimeira da Terra” (CNUMAD, também conhecida por Rio-92 ou Eco’92), que concluiu que “a protecção ambiental constitui parte integral do processo de desenvolvimento, e não pode ser considerada isoladamente deste” e o desenvolvimento sustentável “não se constitui num problema técnico, mas social e político” (Guimarães citado por Dias, 2003: 36). O objectivo da Rio-92 não se restringia à conservação da biodiversidade, mas ao uso sustentável dos seus componentes e uma distribuição justa e equitativa dos benefícios desse uso, procurando reestruturar os processos produtivos para que sejam mais ambientalmente sustentáveis. Além da sustentabilidade ecológica, procura-se a sustentabilidade social e económica – com especial relevância para a diminuição da pobreza² e fomento da paz e entendimento mundial³ –, cuja inclusão se prova necessária para uma efectiva implementação de políticas relacionadas com a biodiversidade a níveis mais restritos (sub-nacional).

Neste encontro criou-se a Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDS, uma comissão do Conselho Económico e Social das Nações Unidas [ECOSOC]) e assinaram-se cinco documentos que direccionariam as discussões sobre o meio ambiente nos anos seguintes:

² A pobreza é uma das maiores causas da destruição ambiental, em especial nas zonas em que a população tem crescido rapidamente, aumentando a pressão sobre os recursos naturais. Devido à pobreza muitos sacrificam interesses a longo prazo, como o ambiente, em nome da própria sobrevivência a curto prazo. A degradação ambiental é resultado do subdesenvolvimento, um sintoma e causa do subdesenvolvimento (Blaikie, 1985 referido por Holden, 2000). No entanto, “o declínio ambiental não é produto de pobreza ou riqueza, mas sim do tipo de actividade humana. É possível combater a pobreza com a conservação ambiental” (Neiman, 2002: 37).

³ O turismo é visto pela OMT “como um instrumento relevante de estímulo à paz e ao entendimento internacionais” (2003: 241), através da interacção e do diálogo, que aproxima diferentes culturas.

- Agenda 21 (directrizes para planos de acção nacionais com vista ao desenvolvimento sustentável, envolvendo populações locais, rumo ao combate à pobreza, fomento da saúde ambiental, protecção da biodiversidade e melhoria do serviço de ensino);
- Princípios para a Administração Sustentável das Florestas;
- Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (cujos princípios gerais são indicados no quadro abaixo);
- Convenção sobre a Biodiversidade (CDB);
- Convenção Quadro sobre as Mudanças Climáticas (uma série de protocolos, onde se destaca o Protocolo de Quioto – um tratado internacional com o compromisso de redução das emissões de gases que provocam o efeito de estufa, ratificado em 1999, entrou em vigor em 2005).

Quadro 2: Princípios gerais da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

- O turismo deve contribuir para o estilo de vida saudável e produtivo das populações em harmonia com a natureza;
- O turismo deve apoiar a conservação, protecção e recuperação dos ecossistemas do planeta;
- O turismo deve basear-se em padrões de produção e consumo sustentáveis;
- As nações devem cooperar para promover um sistema económico livre, no qual a indústria turística se desenvolva sustentadamente;
- O turismo, a paz, o desenvolvimento e a protecção ambiental são interdependentes;
- O proteccionismo nos serviços turísticos deve ser evitado ou dificultado;
- A protecção ambiental deve constituir-se como parte integrante do desenvolvimento turístico;
- O desenvolvimento turístico deve ser discutido com os cidadãos e as decisões de gestão tomadas a nível local;
- As nações devem alertar-se umas às outras acerca de desastres naturais que possam afectar turistas ou áreas turísticas;
- O turismo deve aproveitar a sua capacidade de criar emprego para empregar mulheres e indígenas ao máximo;
- O desenvolvimento turístico deve reconhecer e fomentar a identidade, cultura e interesses das comunidades receptoras e populações indígenas;
- Leis internacionais de protecção ambiental devem ser respeitadas pela indústria turística.

Fonte: OMT e WTTC (1997: 34, tradução livre)

Em 2000 estabelecem-se as “Metas de Desenvolvimento do Milénio” (MDM) na “Declaração do Milénio das Nações Unidas”, num esforço para sintetizar os acordos internacionais das várias cimeiras mundiais ao longo dos anos 90. Uma destas metas é assegurar a sustentabilidade ambiental.

Em Maio de 2002 (Ano Internacional do Ecoturismo) realizou-se em Quebec, Canadá, a “Cimeira Mundial de Ecoturismo”, onde diferentes grupos de trabalho elaboraram relatórios com recomendações rumo ao turismo sustentável (com relevância para o ecoturismo) e a Declaração de Quebec sobre Ecoturismo (ver Anexos I e II). Em Setembro do mesmo ano, organizou-se em Joanesburgo, África do Sul, a “Cimeira Mundial de Desenvolvimento Sustentável”, conhecida como Rio+10, tendo sido criada a Declaração de Joanesburgo sobre o Desenvolvimento Sustentável e o Compromisso de Joanesburgo para um Desenvolvimento Sustentável.

Em Março de 2004, a Declaração de Lisboa sobre “Turismo Sustentável para o Desenvolvimento” – reunião de preparação para a 11ª sessão da UNCTAD (em inglês *United Nations Conference on Trade and Development*) – recomenda o apoio aos países menos desenvolvidos na implementação de estruturas de suporte para o turismo sustentável, como meio de desenvolvimento económico e social importante.

Também em 2004, o Parlamento Europeu e o Conselho instituem o princípio do “poluidor-pagador”⁴, pelo qual as organizações turísticas e os próprios turistas que prejudicam o ambiente são responsabilizados pelos custos que o sector público precisa para assegurar um nível aceitável de qualidade ambiental (Stabler, 2001).

Em 2009 na cidade de Copenhaga, Dinamarca, teve lugar a “Cimeira de Copenhaga”⁵, onde 72 nações (das 192) assumiram compromissos de redução de CO₂ (dióxido de carbono) libertado para a atmosfera (compromissos que ficaram aquém do esperado) e criou-se o Fundo Climático de Copenhaga (com 30 mil milhões de dólares – cerca de 21 mil milhões de euros – para os países pobres nos três anos seguintes).

Esta retrospectiva histórica permite afirmar que a globalização dos problemas ambientais obriga os países a “negociar e legislar, de forma que os direitos e interesses de cada nação possam ser minimamente equacionados em função do interesse maior da humanidade e do planeta” (Neiman, 2002: 44).

Reportando para o panorama nacional, a preocupação ambiental começa a receber atenção ainda no século XIX. Os principais marcos no que concerne a problemática ambiental, seguindo as pressões mundiais, dão-se a partir da década de 70 do século seguinte, como indica o quadro abaixo.

Quadro 3 : Marcos da evolução ambiental em Portugal (Vieira, 2007)

Reinado de D. Fernando II (1816-1885)	O enfoque ambiental e a sua ligação ao planeamento do território começou com a reforestação da serra de Sintra (a mando do rei D. Fernando II, preocupado com o estudo e preservação dos recursos naturais marinhos, aos quais se começa a atribuir valor turístico).
1948	É fundada a Liga para a Protecção da Natureza em defesa da Serra da Arrábida e termina-se o Plano de Urbanização da Costa do Sol (iniciativa de António Ferro).
1970 (“Ano da Conservação da Natureza”)	Cria-se o Parque Nacional Peneda-Gerês e respectiva lei dos Parques Nacionais; a Lei dos Solos – com a noção de ordenamento do território, desenvolvimento equilibrado e “expropriação sistemática”; e a Comissão Nacional do Ambiente.
Depois de 1974	O Governo integra um ministro do Equipamento Social e Ambiente e um subsecretário de Estado do Ambiente. De seguida, cria-se a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional, a Lei de Bases do Ambiente e os Estudos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).
2004	É desenvolvida a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) com o propósito de “fazer de Portugal no horizonte de 2015 um dos países mais competitivos da União Europeia num quadro de qualidade ambiental e de responsabilidade social” (em Vieira, 2007: 56).

⁴ Relativo à responsabilidade ambiental em termos de prevenção e reparação de danos ambientais, resultantes de actividades ocupacionais, desde que seja possível estabelecer uma relação de causalidade entre o dano e a actividade em questão (Europa E.U (2007), “Responsabilidade ambiental – directiva”, disponível em http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/interaction_with_other_policies/l28120_pt.htm).

⁵ Definiram-se 10 áreas de actuação prioritárias a nível global: poluição atmosférica, conflitos (fomento da paz), doenças, educação, aquecimento global, fome e subnutrição, saneamento e água, subsídios e barreiras comerciais, terrorismo, mulheres e desenvolvimento.

1.2 ONGs

A reacção ao impacto ambiental do desenvolvimento industrial vê surgir muitas organizações ambientalistas nos anos 60-70 (como a *Greenpeace* e a *World Wildlife Fund – WWF*)⁶. Novos actores que desenvolvem acções e campanhas quase sempre pontuais e específicas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida.

As organizações não-governamentais (ONGs), embora não tenham o peso político de outros actores decisivos, como os Estados-nações, as empresas transnacionais e as agências multilaterais, conseguem contrapor-se a muitos deles no cenário internacional, com propostas críticas ou, quando se faz necessário, até mesmo com acções directas; evidenciam um papel de fiscalização e denúncia dos factores que afectam ou ameaçam o ambiente (Dias, 2003) e estimulam a preocupação e participação pública nas questões ambientais. Com recursos limitados, conseguem a atenção da sociedade e do governo pela sua criatividade, convicção, eficiência, rapidez e proximidade das comunidades locais, detendo hoje em dia um crescente poder de *lobby* nos países desenvolvidos. Servem ainda muitas vezes de pontes entre o governo e as comunidades, suprimindo carências na acção do governo em relação à conservação (Neiman, 2002).

As ONGs ambientalistas nunca trabalham isoladas, descoordenadas ou independentes de diversos grupos, mas em cooperação e organizam-se em torno de temas e preocupações supranacionais, desenvolvendo um movimento social sob a forma de rede (transnacional), pelo que a sua acção é globalizante. De facto, como afirma Eduardo Viola (1997, citado por Neiman, 2002: 58)

“as ONGs transnacionalizadas, organizações intergovernamentais, científicas e redes de indivíduos têm a ver com a revolução das capacidades de um estrato importante da humanidade e o aumento da incerteza sistémica: é um expressivo aumento da capacidade de impacto no sistema global de indivíduos empreendedores, que são superindivíduos, superlíderanças, que conseguem construir novas redes sociais, participar de arenas de alta complexidade e definir novas agendas”.

A ONU desenvolveu vários mecanismos de cooperação com as ONGs e com a sociedade civil em geral, através do Conselho Económico e Social (ECOSOC); do Departamento de Informação Pública (DIP, em inglês DPI – *Department of Public*

⁶ É interessante a ascensão ao poder (em coligação com os sociais-democratas) de um partido ambientalista pela primeira vez na Alemanha – o Partido Verde, que desde a sua criação em 1979 como um grupo de protesto, conseguiu uma ascensão impressionante. Em Março do presente ano, venceu os democratas cristãos de Angela Merkel na disputa pelo governo de Baden-Württemberg, um estado que a União Democrata Cristã (CDU – partido de Merkel) comandou por quase 60 anos (Schossler, 2011).

Information); e do Serviço de Ligação da ONU (SLNG, em inglês NGLS – *The United Nations Non-Governmental Liaison Service*).

O ECOSOC é um organismo intergovernamental da ONU, que coordena o trabalho internacional no âmbito social e económico, sendo o órgão directamente responsável pela consulta com as ONGs. Às ONGs são atribuídas três categorias de *status* na sua relação com o ECOSOC⁷ (ONU, 2009):

- Categoria I- *status* consultivo geral: ONGs Internacionais cuja actuação se englobe nos grandes propósitos do ECOSOC (constituem já 3.200 organizações);
- Categoria II- *status* consultivo especial: ONGs com especial competência em alguns campos de actividades do ECOSOC;
- Categoria III- *status* “*roster*”: ONGs cuja competência lhes permite contribuir ocasionalmente para o trabalho do ECOSOC ou da ONU.

O DIP divulga informações sobre o sistema das Nações Unidas e o seu trabalho junto à sociedade civil. Actualmente, mais de 1.600 ONGs em todo o mundo estão associadas ao DIP, para as quais este dispõe de uma série de programas de apoio (Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, s/data: 1):

- *Participa na organização e coordenação da Conferência Anual do DIP para organizações não governamentais;*
- *Organiza semanalmente reuniões informativas dirigidas por altos funcionários do sistema da ONU e representantes dos Estados membros;*
- *Coordena os programas de informação conjuntos do DIP/ONG;*
- *Dirige um curso de orientação anual dirigido aos representantes das ONGs acreditadas recentemente;*
- *Publica a Lista Anual de ONG/DIP, na qual se encontram, ordenadas alfabeticamente, todas as ONGs associadas, por região e tema de especialização.*

O DIP ajuda essas ONGs para que tenham acesso e difundam informações acerca dos assuntos em que a ONU participa para que o público compreenda mais facilmente os objectivos da organização mundial.

⁷ O ECOSOC preocupa-se em assegurar requisitos essenciais às ONGs: possuírem os atributos mínimos de uma pessoa jurídica de direito interno, com uma sede, um estatuto democrático, autoridade para falar em nome dos seus membros, uma estrutura representativa, mecanismos apropriados de responsabilidade e formas transparentes e democráticas de tomar decisões; serem independentes dos Governos dos Estados segundo cujas leis foram constituídas ou em cujo território encontram suas sedes; terem por finalidade institucional, de maneira total ou parcial, os mesmos ideais das Organizações Internacionais onde se credenciam como observadores. As ONGs devem ainda estar registadas oficialmente pelos organismos governamentais competentes do seu país como uma ONG ou sem fins lucrativos, por pelo menos dois anos. Os recursos básicos da organização devem provir na sua maioria de contribuições de filiados nacionais ou outros componentes, ou de membros individuais (ONU, 2009).

O NGLS, por sua vez, é um programa inter-organizacional autônomo (fundado em 1975) com o objetivo de proporcionar e facilitar uma cooperação construtiva entre a ONU e a comunidade das ONGs. Para o efeito, fornece informação relevante, análise e apoio através da sua rede transnacional, reforçando o diálogo entre diversos *stakeholders*. A difusão de informação inclui: a publicação das actividades da ONU relativas a assuntos como paz e segurança, ambiente, desenvolvimento económico e social, direitos humanos, assuntos humanitários e de Direito Internacional Público, promoção das normas da ONU, e dos anos internacionais estabelecidos pela Assembleia Geral, sobre os assuntos referentes aos principais problemas da humanidade (NGLS, 2009).

No que toca o turismo, a ONU, a OMT, o PNUMA e a Rainforest Alliance formaram uma parceria para o turismo sustentável (*GSTC Partnership – The Partnership for Global Sustainable Tourism Criteria*), de forma a aumentar o entendimento das práticas sustentáveis e a fomentar a adopção de princípios de turismo sustentável a nível global (ONU, 2010). Sendo que a adesão da OMT se fez no presente ano (2011), depois do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC – em inglês *World Travel and Tourism Council*) ter publicado uma série de recomendações à indústria turística no mesmo sentido (ver Anexo III e IV).

Alguns exemplos de ONGs de referência são a *Green Flag International* (GFI), a *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), a *World Wildlife Fund* (WWF), os *Friends of the Earth International*, a *International Federation of Environmental Health* e a Quercus.

Capítulo II: Sustentabilidade

2.1 Ecoturismo e Turismo Sustentável

Antes de entrar na temática da sustentabilidade do turismo, torna-se necessário distinguir turismo sustentável de ecoturismo e outros termos tidos (erradamente) como sinónimos, como turismo de natureza (cuja principal motivação é a observação e o contacto com a natureza), turismo rural, de aventura, alternativo, responsável, verde, etc. Existe ainda bastante controvérsia e imprecisão quanto a estas definições. Embora partilhem conceitos gerais, são produtos diferentes e o que interessa aqui ressaltar é que ecoturismo é um segmento do turismo sustentável.

Quadro 4: Definições de ecoturismo (Weaver, 2001: 6, tradução livre)

Fonte	Definição
Ceballos-Lascurián (1987, p. 14)	Viajar para áreas naturais relativamente não perturbadas e não contaminadas, com o objectivo específico de estudar, admirar, e desfrutar da paisagem e dos seus animais e plantas selvagens, bem como manifestações culturais existentes (passadas e presentes) encontradas nestas áreas.
The Ecotourism Society (1991 a,b)	Viagem responsável a áreas naturais que conserva o ambiente e promove/contribui para o bem-estar da população local.
Ecotourism Association of Australia (1992)	Turismo ecologicamente sustentável que fomenta a compreensão/interpretação ambiental e cultural, apreciação e conservação.
National Ecotourism Strategy of Australia (Allcock <i>et al.</i> , 1994)	Ecoturismo é o turismo baseado na natureza que envolve educação e interpretação do meio ambiente e é gerido para ser ecologicamente sustentável. Esta definição reconhece que o “meio ambiente” inclui componentes culturais e que “ecologicamente sustentável” envolve um retorno apropriado à comunidade local e a conservação a longo-prazo dos recursos.
Tickell (1994, p. ix)	Viagem para desfrutar da fantástica diversidade da vida selvagem e cultura humana do mundo sem causar danos a nenhuma delas.

Apesar de poderem ser adoptadas diferentes definições de ecoturismo, como as do quadro anterior, três dimensões representam a essência do conceito: natureza como base, ambientalmente educado e sustentadamente gerido.

Por sua vez, o **turismo sustentável** procura um equilíbrio entre três eixos: ecológico, económico e ético-social. Abrangendo desta forma, além do ecoturismo, todas as modalidades e destinos turísticos, todos os segmentos turísticos com vista à sustentabilidade.

2.2 Turismo Sustentável – História e princípios

Em 1982 a OMT e o PNUMA divulgam a “Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente”. Em 1985, é adoptada a “Carta do Turismo” e o “Código do Turista”. Em 1990 discute-se em Vancouver, Canadá, os princípios do turismo rumo ao seu desenvolvimento sustentável para a década de 90, na conferência “Tourism Stream: Action Strategy for Sustainable Tourism Development,” apresentados no quadro seguinte.

Quadro 5: Princípios do turismo sustentável

- O planeamento, desenvolvimento e operação do turismo devem ser componentes das estratégias de conservação e desenvolvimento sustentável para uma região ou um país. Devem ser também intersectoriais e integrados, envolvendo diferentes órgãos do governo, corporações privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, proporcionando assim os benefícios mais amplos possíveis.
- Os órgãos, corporações e grupos de indivíduos devem seguir princípios éticos e outros que respeitem a cultura e o meio ambiente, a economia e a forma tradicional de vida da área anfitriã, a comunidade e o comportamento tradicionais, e os padrões políticos e de liderança.
- O turismo deve ser planeado e gerido de forma sustentável, com a devida consideração pela protecção e usos económicos apropriados do ambiente natural e humano nas áreas anfitriãs.
- O turismo deve ser desenvolvido tendo em mente a equidade, para distribuir de forma justa os benefícios e os custos entre os promotores turísticos e as populações e áreas anfitriãs.
- A informação, pesquisa e comunicação de boa qualidade sobre a natureza do turismo e os seus efeitos sobre o ambiente humano e cultural devem estar disponíveis antes e durante o desenvolvimento, especialmente para as populações locais, de forma que possam participar e influenciar o máximo possível a sua direcção e efeitos, defendendo o interesse individual e colectivo.
- Deve-se estimular e contar com a participação das populações locais como lideranças no planeamento e desenvolvimento, com assistência do governo, empresas, interesses financeiros e outros.
- A integração das análises de planeamento ambiental, social e económico deve ser empreendida antes do início de qualquer grande projecto, com a avaliação cuidadosa dos diferentes tipos de desenvolvimentos turísticos e das formas como eles podem vincular-se com os costumes existentes, as formas de vida e aspectos ambientais.
- Durante todas as etapas do desenvolvimento e operação do turismo, um programa cuidadoso de monitorização e avaliação deve ser desenvolvido para permitir que a população local e outros tenham vantagens com as oportunidades ou respondam a mudanças.

Fonte: Globe '90 conference, *Tourism Stream, Action Strategy for Sustainable Tourism Development*, Vancouver, Canadá. Citado em OMT, 2003: 160.

Em 1992, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WITTC), a OMT e o Conselho da Terra realizam um estudo conjunto sobre a Agenda 21 e desenvolvem um plano de acção para o sector turístico – a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo” publicado pela OMT em 1994, onde se destaca a importância da cooperação entre governo, indústria e sociedade civil e são estabelecidas ferramentas de implantação para os sectores público e privado (ver Anexo V)⁸.

Em 1993 a Federação de Parques Nacionais e Naturais europeia divulga um relatório sobre Turismo Sustentável, onde este é definido como “todas as formas de desenvolvimento turístico, gestão e actividade que mantêm a integridade ambiental, social e económica e o bem-estar dos recursos naturais, construídos e culturais para a perpetuidade” (FNNP, 1993).

⁸ A Câmara Municipal de Sesimbra (do caso de estudo a apresentar) possui desde 2009 a sua Agenda Local 21.

Em 1995, realiza-se em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, a “Conferência Mundial de Turismo Sustentável”. Deste encontro surge a “Carta de Turismo Sustentável de Lanzarote”, uma base sólida para o **desenvolvimento turístico sustentável**, que deve ser “suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais”. Apontando os três eixos do turismo sustentável: economicamente viável, ecologicamente suportável, e ética e socialmente equitativo.

Em 1997, realiza-se a Conferência Internacional de Ministros do Meio Ambiente sobre a Biodiversidade e Turismo. Em 1999 é divulgado o “Código Mundial de Ética do Turismo” e a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) estabelece um programa de trabalho internacional sobre o desenvolvimento do turismo sustentável, com os meios e recursos apropriados, examinado em 2002 na “Conferência Rio +10”, em Joanesburgo.

Neste contexto, apresentam-se então como **princípios do turismo sustentável**, segundo o Tourism and Environment Task Force (English Tourist Board, 1991, citado por Holden 2000: 176, tradução livre):

- O meio ambiente tem um valor intrínseco mais importante que o seu valor como activo turístico;
- O turismo deve ser reconhecido como uma actividade positiva com potencial para beneficiar a comunidade, a própria atracção e os seus visitantes;
- A relação entre turismo e ambiente deve ser gerida de forma sustentável a longo prazo;
- As actividades/produtos e os avanços turísticos devem respeitar o tamanho/escala, natureza e personalidade do lugar do qual fazem parte (design e construção de equipamentos, e respectivos materiais, em harmonia com a envolvente);
- É preciso haver harmonia entre as necessidades dos visitantes, do lugar e da comunidade local, bem como adaptação à mudança;
- A indústria do turismo, os órgãos locais e as organizações ambientais têm o dever de respeitar esses princípios e de trabalhar em conjunto para que se efectivem – pela informação, educação e interpretação.

Destacam-se dois princípios neste contexto: apoio à economia local e suporte à conservação. O apoio à economia local tem duas premissas: desenvolvimento sustentável

com vista à equidade social – uma responsabilidade social e ética; e o incentivo à protecção dos recursos – uma vez que a comunidade local protege e preserva mais facilmente os recursos turísticos se beneficiar deles, agindo como guardiões do seu ambiente.

Torna-se necessário mudar percepções da comunidade local e líderes de opinião, mostrar que o turismo sustentável traz valor económico e deve ser integrado no seu modo de vida (Cater & Lowman, 1994).

2.3 Desenvolvimento Turístico Sustentável

O desenvolvimento sustentável alcança-se se obedecer três critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência económica.

O desenvolvimento turístico sustentável é definido pela OMT como aquele que

“atende às necessidades dos turistas actuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer-se as necessidades económicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida” (1993: 22, em Dias, 2003).

Isto é, um processo de mudança qualitativo, produto da vontade política que se expressa mediante o planeamento e a gestão holísticos, com a participação imprescindível da população local; um desenvolvimento turístico baseado no equilíbrio entre a preservação do património natural e cultural, a viabilidade económica do turismo e a equidade social do desenvolvimento. Uma vez que o desenvolvimento não pode ter lugar num ambiente degradado, da mesma forma que o ambiente não pode ser protegido excluído do desenvolvimento. Uma economia saudável depende de um ambiente saudável (Newsome, Moore & Dowling, 2002).

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento com base em sinergias e equilíbrio entre os impactos ambientais, desenvolvimento económico, processos participantes/activos, geração de inter e intra equidade, modos de vida sustentáveis e afins (Weaver, 2001). “O objectivo do desenvolvimento sustentável é melhorar a qualidade de vida sem exceder a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustêm. Assim, o enfoque não está na criação de uma grande expansão económica, mas em obter um nível de equilíbrio social, ecológico e tecnológico que garanta possibilidades para o futuro” (Pelicano, 2007: 6). Então, envolve **equilíbrio** entre objectivos socio-culturais, económicos e ambientais:

- **Sócio-culturais:** inserção da comunidade nas actividades turísticas, numa tentativa de garantir que o turismo seja culturalmente responsável, fortalecendo os seus

valores morais e identidade⁹; aumento do bem-estar da população e melhoria da qualidade de vida de forma equitativa (viver mais, melhor e mais feliz);

- **Económicos:** eficiência no desenvolvimento com crescimento qualificado e maior produção de bens e serviços; garantia de benefícios financeiros ao longo do tempo e sua distribuição equitativa;
- **Ambientais:** compatibilidade do desenvolvimento com os processos ecológicos e preservação do capital natural (recursos e biodiversidade).

Deste modo, podem enumerar-se traços comuns de boas práticas rumo ao desenvolvimento turístico sustentável (Dias, 2003):

- Conhecer em profundidade o espaço sócio-económico no qual se pretende desenvolver o turismo (inventário turístico, com classificação e hierarquização dos recursos numa análise contextual e transaccional);
- Planeamento integral, incluindo os diferentes aspectos que envolvem o turismo: económicos, ambientais, culturais, territoriais, etc.;
- Perspectiva de que será necessária alguma modificação da legislação para que se adapte às novas ideias que permeiam o debate relativo ao meio ambiente. A variável ambiental é prioritária, e deve ser entendida no seu sentido amplo, envolvendo aspectos sociais e culturais;
- A gestão da procura turística é fundamental para se estabelecerem áreas de actuação diferentes num mesmo território, distribuindo-se o fluxo, sem necessidade de diminuir o número total de chegadas na zona turística. Nesse caso, é importante conhecer a capacidade de carga que suportará cada lugar em função do seu atractivo;
- A adopção de medidas de controlo e fiscalização;
- Deve-se estabelecer mecanismos de participação da população (não há desenvolvimento turístico sustentável sem a integração da comunidade local em todas as fases do processo);
- É necessária uma preocupação constante com a qualidade ambiental;
- Deve-se minimizar o impacto ambiental das actividades turísticas, procurando compensar os seus efeitos;

⁹ A participação do público implica conhecer as suas atitudes e percepções acerca do ambiente, desenvolvimento do turismo, aspirações como comunidade e dos turistas. Possibilitando assim melhores decisões de gestão (Weaver, 2001).

- Devem-se conceder incentivos fiscais no apoio a iniciativas de empresas ou instituições, que beneficiem o meio ambiente.
- Devem-se estabelecer mecanismos de protecção de espécies de flora e fauna que possam estar ameaçadas, bem como estabelecer áreas e corredores protegidos onde circulem espécies animais com perigo de extinção. Deve-se dar ampla divulgação aos turistas sobre a importância dessas atitudes, o que reverte em admiração e respeito dos visitantes em relação às autoridades e ao povo local;
- Promoção e venda do produto turístico de forma responsável (marketing apropriado com a devida segmentação, *branding* e marketing mix, identificando as constantes mudanças nas necessidades e gostos dos *stakeholders*, num desenvolvimento de produto de qualidade e diferenciado, indissociável da prosperidade económica a longo prazo, num mercado bastante competitivo).

Para o Turismo de Portugal, o turismo sustentável é aquele que garante (TP, 2010: 18):

- *Rentabilidade e distribuição de riqueza, permitindo a participação e sustentabilidade económica e financeira dos diferentes actores;*
- *Valorização da herança cultural, das paisagens e da biodiversidade, assegurando a sua manutenção para as comunidades e clientes, actuais e futuros;*
- *Ecoeficiência dos produtos turísticos permitindo a redução do consumo de recursos e de emissões;*
- *Atratividade laboral, investindo no capital humano, oferecendo oportunidades de emprego desafiantes para as gerações actuais e futuras;*
- *Diversidade cultural, pondo em evidência as especificidades locais, criando experiências de valor para os clientes e as comunidades;*
- *Acessibilidade a todos, independentemente das condições físicas ou económicas.*

Em suma, e de acordo com Briassoulis e Straaten (1992), o turismo sustentável rege-se pelas seguintes orientações:

- Comunidade local – crescimento económico cuidadosamente planeado com empregos satisfatórios, sem dominar a economia;
- Ambiente – sem abusar do ambiente e respeitando a arquitectura local;
- Processo de tomada de decisão – local, mantendo as tradições e valores das sociedades locais;
- Benefícios – distribuídos;
- Turistas – providenciar experiências satisfatórias, com valor para o turista;

- Fornecedores de produtos/serviços – uso sustentável dos recursos a longo prazo, aceitando e valorizando valores ambientais e sociais para os turistas e comunidade local.

A implementação de princípios sustentáveis consegue-se através da educação, gestão com consulta e participação local, troca de informação, envolvendo comunidades locais, sector comercial e serviço público em iniciativas empresariais e de investimento integradas, com novos recursos, cooperação e desenvolvimento de sinergias criativas e competências. Algumas formas de parcerias e cooperação entre diferentes *stakeholders* são as seguintes:

Quadro 6: Formas de materializar parcerias ambientais (Cater & Lowman, 1994)

Cooperação geral:	Integração complementar requer:
<ul style="list-style-type: none"> • Alocação de taxas ou outros lucros a iniciativas de conservação de recursos ou desenvolvimento local • Educação ambiental • Participação em projectos científicos • Envolvimento da comunidade local no fornecimento de produtos e serviços (geração de emprego) e na defesa dos recursos locais • Promoção do código de ética do turismo • Marketing e tomada de decisões responsáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem estratégica e proactiva • Compreensão da relação de simbiose entre conservação e marketing • Conciliar o marketing ambiental com acções genuinamente responsáveis • Gestão da oferta de acordo com os limites dos recursos • Desenvolvimento de parcerias e entendimento entre população local, governo, organizações não-governamentais e a indústria • Segmentação do mercado para maior satisfação do cliente • Selecção e adopção de parâmetros/standards de desempenho • Promoção e adesão de códigos de ética e orientações com vista a práticas e comportamentos responsáveis • Promoção da qualidade ambiental e do produto oferecido • Formação do pessoal

O que deve ser entendido é que o espaço turístico deve ser considerado um todo que integra: ecossistemas¹⁰, manifestações culturais, pessoas, serviços, equipamentos e diversos tipos de relações que se estabelecem para manter o fluxo turístico, e que os princípios de sustentabilidade devem constituir o objectivo principal de qualquer espaço ou produto turístico, em qualquer dos seus estágios evolutivos (crescimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio ou rejuvenescimento).

Elementos chaves da sustentabilidade do turismo são, entre outros, a satisfação das necessidades dos visitantes (a satisfação do turista é essencial para a viabilidade do turismo a longo prazo, onde se inclui a sua segurança relativamente a estabilidade política) e das comunidades que os recebem e a protecção e melhoria do atractivo turístico para o futuro, por ser parte de um recurso económico nacional.

¹⁰ A **ecologia** engloba a estrutura e funcionamento dos ecossistemas e a interacção de animais e plantas com o meio ambiente. Todos os seres se inter-relacionam, numa troca de energias e cadeia alimentar complexa. As perturbações provocadas pelo homem têm consequências negativas, e o grau e natureza do impacto dependem da intensidade do uso, extensão e localização dos impactos e a sua gestão. O estudo e compreensão do modo como o turismo pode afectar o ambiente são por isso vitais (Newsome, Moore & Dowling, 2002).

Para o Desenvolvimento Turístico Sustentável ser possível aquando do seu planeamento, devem ser considerados os seguintes factores (OMT, 1994 em Dias, 2003):

- Sustentabilidade económica: inclui a maximização da utilização dos recursos naturais, com redução dos custos ambientais;
- Sustentabilidade social: prevê a adaptabilidade e a capacitação social;
- Sustentabilidade ambiental: analisa os níveis de visitação, os tipos de visitantes e o seu comportamento;
- Sustentabilidade cultural: envolve o estudo sobre a singularidade, a força e a capacidade cultural;
- Sustentabilidade política: determinada pelo apoio e envolvimento de residentes do destino turístico.

Em resumo, podemos afirmar que o **desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade, ou seja, preservar o ecossistema a longo prazo, tornar-se viável economicamente e ser equitativo do ponto de vista ético e social para as comunidades locais. O turismo coloca-se hoje como um poderoso instrumento de desenvolvimento e como tal pode e deve participar activamente de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável (Dias, 2003).**

2.4 Impactos e Modelos de Gestão do Turismo

O potencial de crescimento do turismo corresponde a um potencial de consumo excessivo de recursos e danos irreversíveis ao ambiente, se não for bem explorado.

“Neste sentido, é imperativo analisar de forma integrada a actividade turística e acautelar os seus efeitos. Se por um lado a actividade gera riqueza e bem-estar social, é também necessário acautelar os seus efeitos, gerindo a concentração de turistas, protegendo as zonas sensíveis, minimizando os impactes na biodiversidade, promovendo a gestão eficiente de recursos ou garantindo a qualificação permanente dos seus profissionais. Só desta forma poderemos ambicionar uma actividade que se desenvolve de forma sustentável e competitiva” (TP, 2010: 18).

Dos **benefícios** que se podem conseguir através do turismo contam-se:

- **Ambientais:** diminuição da poluição, meios de melhoria da qualidade ambiental e conservação da biodiversidade.
- **Económicos:** contribuições económicas directas – divisas externas, rendimento; e contribuições indirectas – emprego e receitas fiscais, desenvolvimento de infra-estruturas sociais e colectivas (complexos desportivos, restauração e lazer, serviços de saúde, educacionais, redes de transporte e de comunicação, abastecimentos colectivos e outros), fomento de outras actividades não directamente relacionadas com o turismo (como a agricultura, a pesca, a indústria, a construção civil e a manufatura), oportunidades de negócio e empreendedorismo, melhoria da qualidade de vida local e diminuição da desigualdade social, prestígio e promoção do destino, com competitividade inter-regional e internacional.
- **Sócio-culturais:** proporciona maiores oportunidades recreativas, formas de ocupação dos tempos livres e de diversão para turistas e residentes; oportunidades de valorização pessoal, educação e formação à população local; intercâmbio de culturas; manutenção do acervo cultural (apoio a culturas tradicionais e expressões de identidade étnica, revitalização de artes, festivais e linguagem tradicionais), e otimiza a satisfação dos visitantes.
- Estabelece um programa de desenvolvimento consistente com a filosofia cultural, social e económica do governo e população local.

A indústria turística pode contribuir para a conservação, com um papel regenerador da economia. É de facto inegável o **efeito multiplicador do turismo** nas economias locais com o aumento da despesa turística na região, efeitos positivos na produção e consumo, emprego, receitas de empresas e do governo e na balança de pagamentos.

Contudo, muitos podem ser também os **impactos negativos** do turismo, quando mal planeado e gerido, os quais se podem categorizar de acordo com:

- Físicos/ambientais¹¹: alteração de cursos de água, alteração na estrutura e composição do solo (mineração da areia da praia ou de rios, extracção de rochas e pedras, pisoteio de plantas, dispersão de sementes, desflorestação) e erosão dos solos (dunas de areia), danos em estruturas geológicas específicas (estalactites e estalagmites), deterioração do cenário natural, introdução de doenças e espécies exóticas, extracção de espécies e caça, perturbação de ecossistemas (nos padrões de reprodução, alimentação, deslocação e demais comportamentos da vida selvagem) e perda de biodiversidade (que ironicamente implica perda do potencial turístico, ameaça o suprimento alimentar dos seres humanos, as fontes de madeira, a descoberta de novos tipos de medicamentos e a geração de energia), entre outros.
 - Recursos naturais: água, recursos da terra (minerais, combustível fóssil, solos férteis, florestas, terras húmidas e vida selvagem) e outros recursos locais (energia, alimento e outros produtos que existam em quantidade suficiente para abastecer a população local, mas sofrem grande pressão pelo turismo).
 - Poluição: do ar – transporte aéreo, rodoviário e ferroviário com emissões de gases, produção e uso de energia (contribuem para a formação da chuva ácida, diminuição da camada de ozono, aquecimento global, mudanças climáticas e outros problemas ambientais); da água (resíduos humanos e doenças patogénicas, derrames de óleo e similares); sonora; estética ou visual (com a proliferação de estradas, construções e caminhos que alteram a fisionomia do local e modificam a paisagem).
- Económicos: dependência do turismo como economia básica local, inflação, apropriação de terrenos, emprego sazonal.
- Sócio-culturais na comunidade local: modificação no tamanho e estrutura das famílias, impactos na língua e níveis de qualificação, transformação de valores (políticos, sociais, religiosos e morais), influências nas tradições (hábitos e costumes, rotina diária, arte, música, folclore) e nos padrões de consumo (aculturação, perda de identidade local, perda de coesão social), profanação da vida da comunidade,

¹¹ Os impactos ambientais podem classificar-se em 3 categorias consoante (Briassoulis e Straaten, 1992): direcção do impacto – directo (de actividades turísticas como alojamento e viagem), indirecto (actividades relacionadas com o turismo como entretenimento, distribuição e retalho) ou induzido (actividades não-turísticas, mas induzidas pelo desenvolvimento turístico); escala especial – local, regional ou nacional; e escala temporal – curto, médio ou longo prazo.

invasão da privacidade, comercialização da cultura, efeito demonstração, superlotação e congestionamento viário, mendigar, prostituição e crime, etc.

Com inúmeras consequências da actividade turística, a questão que se coloca é como medir, minimizar os efeitos adversos e maximizar os benéficos, de acordo com uma análise custo-benefício fidedigna, como a apresentada no quadro seguinte. Para tal vários indicadores têm sido desenvolvidos e novos processos vão aos poucos sendo postos em prática à medida que se mostram úteis.

Quadro 7: Análise custo-benefício do desenvolvimento do turismo

Potenciais benefícios económicos	Potenciais custos
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do rendimento e do padrão de vida, resultante das despesas turísticas. • Novas oportunidades de emprego; • Aumento da base tributária; • Maior visibilidade do destino, o que pode gerar outras oportunidades de desenvolvimento económico; • Melhoria de infra-estruturas e instalações; • Mais recursos para a protecção e conservação dos recursos naturais e do património cultural; desenvolvimento do artesanato local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Emprego sazonal; • Custo de vida mais elevado para os residentes (por exemplo, terra, habitação, alimentação, serviços); • Poluição; • Aumento no tráfego e nos congestionamentos; • Impactos negativos sobre recursos culturais e naturais; • Aumento da criminalidade; • Aumento da tributação; • Perda de receitas e dependência de bens e serviços importados; • Superdependência do turismo como actividade económica básica.

Fonte: Análise custo-benefício (OMT, 2003: 152).

Contudo, é importante salientar a **dificuldade em contabilizar os efeitos do turismo**, devido: à dificuldade de isolar impactos turísticos dos de outras actividades (muitas vezes os recursos utilizados no turismo repartem-se com outras actividades não-turísticas); à falta de ferramentas adequadas à medição e explicação dos impactos observados (que são mais vezes cumulativos, do que causados por um só grande actor); à variabilidade de factores que influenciam a frequência e magnitude dos impactos – o tipo de ambiente (os destinos diferem a nível de sensibilidade e fragilidade ambiental), a gestão e planeamento do turismo, o tipo de actividade turística, intensidade, duração, distribuição espacial e temporal (sazonalidade), etc. que variam com as tendências e motivações turísticas a par de mudanças sociais, económicas, políticas, tecnológicas –, o que dificulta a comparação entre regiões e a generalização de resultados; e às rápidas mudanças de problemas ambientais causados pelo desenvolvimento industrial e tecnológico (Briassoulis e Straaten, 1992 e OMT, 2003).

Tendo isto em conta, a OMT (1996, em Weaver, 2001) relaciona indicadores-chaves fundamentais para se obter a sustentabilidade do destino turístico e indica medidas específicas que devem ser tomadas em cada caso:

Quadro 8: Indicadores-chaves de sustentabilidade do turismo (OMT, 1996 em Weaver 2001)

Indicador	Medidas específicas
1. Protecção do lugar	Categoria de protecção do lugar segundo o índice da União Internacional para a Protecção da Natureza e os seus recursos (UICN)
2. Pressão	Número de turistas que visitam o lugar (por ano/mês de afluência máxima)
3. Intensidade do uso	Intensidade do uso na época alta (número de pessoas por hectare)
4. Impacto social	Relação entre turistas e residentes (na época alta e ao longo do tempo)
5. Controle de desenvolvimento	Existência de procedimento de revisão ambiental ou controles formais do desenvolvimento do lugar e densidades de uso
6. Gestão de resíduos	Porcentagem de águas residuais do lugar que recebe tratamento (entre outros indicadores adicionais, podem-se incluir os limites estruturais da capacidade da infra-estrutura do lugar, como o abastecimento de água)
7. Processo de planificação	Existência de um plano metódico organizado para a região de destino turístico (com inclusão das componentes turísticas)
8. Ecossistemas críticos	Número de espécies raras/em perigo
9. Satisfação do turista	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em entrevistas e inquéritos)
10. Satisfação da população local	Nível de satisfação da população local (baseado em entrevistas e inquéritos)
Índices compostos	
a. Capacidade de carga	Medida para fins de alarme antecipado, relativa aos factores-chaves que afectam a capacidade do lugar para suportar diferentes níveis de turismo
b. Pressão sobre o lugar	Medida dos níveis de impacto sobre o lugar (seus atributos naturais e culturais devidos ao turismo e outras pressões acumulativas do sector)
c. Atração	Avaliação qualitativa dos atributos do lugar que o tornam atractivo para o turismo e que podem mudar com o tempo

Diferentes modelos de medição e controlo dos impactos turísticos podiam aqui ser discutidos, apresentam-se de seguida os mais relevantes no âmbito desta pesquisa.

2.4.1 Capacidade de Carga

A **capacidade de carga** na análise do desenvolvimento turístico é o “número de turistas que podem ser acomodados e atendidos num destino turístico sem provocar alterações significativas nos meios físico e social e na expectativa dos visitantes” (Dias, 2003: 81) ou “a máxima utilização possível de qualquer local sem causar efeitos negativos sobre os recursos, nem reduzir a satisfação de visitantes ou criar impactos adversos sobre a sociedade, economia e cultura locais” (McIntyre, 1993 citado em OMT, 2003: 176).

Diferentes definições de capacidade de carga têm sido discutidas, contudo dois pontos comuns a todas elas são a existência de um limite de presença de visitantes além do qual os impactos tornam-se inaceitáveis e a noção de sustentabilidade, na qual a capacidade de carga é a situação em que a qualidade do meio ambiente se mantém e o valor da experiência do visitante continua elevado.

Podemos distinguir quatro tipos de capacidade de carga, segundo Holden (2000):

- Económica – em termos de dependência económica do turismo;

- Psicológica – expressada ao nível da satisfação da visita ao destino pelo turista¹²;
- Ambiental – impactos do turismo no ambiente, sua extensão e gravidade;
- Social – reacção da comunidade local ao turismo¹³.

A capacidade de carga expressa-se por coeficientes ou indicadores de natureza geográfica, como os seguintes índices (Vieira, 2007):

- Índice de Intensidade Turística Espacial – relaciona o número de turistas (ou de dormidas) – a procura – com a área do destino ou região turística;
- Índice de Função Turística – relaciona o número de camas turísticas – a oferta – com o número de habitantes locais;
- Índice de Capacidade de Carga de uma praia – relaciona o número de metros de linha de praia com o número de turistas;
- Índice da Propriedade Turística – relaciona o número de casas ou apartamentos de turistas com o número de casas ou apartamentos da população residente.

Apesar de ser um conceito simples, na prática é difícil de se operacionalizar devido a vários factores e componentes do sistema turístico que se inter-relacionam e interagem (Dias, 2003):

- estabelecer um número aceitável de pessoas só é possível pela percepção, uma variável bastante subjectiva;
- a capacidade de carga pode ser estabelecida em função de uma intenção de uso, motivações e tipo de desenvolvimento escolhido, ou em função dos objectivos do planeamento e técnicas de gestão;
- a capacidade de carga pode alterar ao longo do tempo;
- a capacidade de carga pode ser artificialmente inflacionada para aumentar a sua capacidade, classificação, certificação, permitir a construção de novas instalações ou atracções paralelas.

¹² Aumenta o número de usuários, diminui o grau de satisfação dos mesmos. A satisfação dos visitantes é avaliada pelo “Processo de Avaliação da Capacidade de Carga” (CCAP – *Carrying Capacity Assessment Process*), baseado em inquéritos aos turistas. Em conjugação com a capacidade de carga pode utilizar-se a “Teoria da Especialização Recreativa”, que lista os visitantes numa escala de interesses, desde os visitantes especializados e com grande envolvimento na experiência turística até aos visitantes desinteressados – uma segmentação importante visto que o comportamento dos turistas difere consoante o seu interesse/motivação turística (Vieira, 2007).

¹³ A capacidade de carga social da comunidade receptora “estará ultrapassada quando os moradores da localidade já não aceitarem os turistas e passarem a hostilizá-los, pois eles destroem o seu meio ambiente natural, agridem a sua cultura e impedem a sua participação nas actividades e a frequência a lugares que lhes pertencem” (Houts, 1992 citado por Magalhães, 2002: 135).

2.4.2 Limites de Mudança Tolerável

Uma evolução da técnica de capacidade de carga é o estabelecimento de “limites de mudança tolerável” (LMT, em inglês *LAC – Limits of Acceptable Change*) ou “limites de uso aceitável”. Visto que os problemas relacionados com o turismo não se restringem a números (que a capacidade de carga tenta medir¹⁴), mas relacionam-se também com comportamentos e atitudes humanas, o sistema dos LMT visa especificar as condições locais, de acordo com a sua dimensão social, económica e ambiental e o seu potencial turístico (Wight, 1998 referido por Holden, 2000). Em vez de tentar estabelecer limites ao turismo, procura-se identificar um conjunto de condições ambientais desejáveis, que satisfaçam as exigências da sustentabilidade do desenvolvimento turístico. Os indicadores daí resultantes seriam um conjunto de medidas científicas e sociais, que possibilitariam a aferição dos impactos turísticos no destino e na qualidade de vida dos seus residentes. A mudança é inevitável, mas com este instrumento é mais facilmente controlada.

Para o efeito, podem-se definir as etapas do processo de **Limites de Mudança Tolerável**, com base no *Limits of Acceptable Change System for Wilderness Planning Manual* (Newsome, *et al.*, 2002 e Vieira, 2007):

1. Identificar questões e preocupações locais;
2. Definir e descrever oportunidades¹⁵;
3. Seleccionar indicadores de condições sociais e dos recursos;
4. Inventariar recursos existentes e condições sociais (análise SWOT);
5. Especificar standards de recurso e condições sociais;
6. Identificar alternativas
7. Identificar acções de gestão para cada alternativa;
8. Avaliar e seleccionar uma alternativa;
9. Implementar acções e monitorizar condições.

A ênfase está em determinar quanta mudança é aceitável, em vez de tentar determinar um nível de uso, exige recolha de dados, análise e desenvolvimento de

¹⁴ As medidas do progresso da sociedade são igualmente questionáveis. Uma vez que indicadores económicos, como o PIB, não medem a “qualidade de vida”. Tal como o número de chegadas, despesas e quotas de mercado a nível turístico não demonstram o custo ambiental e social do mesmo. Ser capaz de associar um valor económico ao ambiente pode ajudar a sua conservação, embora muitos ambientalistas defendam que a natureza tem um valor intrínseco, independente da vontade humana de pagar por ele. Uma avaliação económica do ambiente baseado no seu uso para o turismo pode evitar o desenvolvimento de actividades ou projectos que ameacem o ambiente (Holden, 2000).

¹⁵ Caracteriza a actual e futura (potencial) ocupação turística do território (definindo objectivos), com a segmentação da área em zonas ou classes de oportunidades recreativas com interesse para o turismo, definindo e descrevendo a fruição turística em função dos objectivos e usos desejados (Vieira, 2007).

alternativas e um plano claro, a longo prazo, com objectivos específicos, mas flexível, onde a implementação e o envolvimento dos *stakeholders* são determinantes para o seu sucesso. Este modelo ressalta a importância da comunidade local, que assim adquire um sentido de participação e posse territorial, constrói uma relação simbiótica entre a comunidade e os técnicos e cria uma memória institucional para os gestores das respectivas áreas.

2.4.3 Pegada Ecológica

A pegada ecológica é um conceito que permite comparar o consumo de recursos naturais renováveis com a capacidade ecologicamente produtiva da natureza. Surge como uma maneira de medir o impacto do nosso modo de vida no planeta e noutras pessoas, calculando as quantidades necessárias de solo produtivo e água (doce e salgada) consumidos com a alimentação e no fornecimento de energia, água e materiais utilizados no nosso quotidiano. Bem como, as emissões geradas pela queima de combustível, carvão e gás, e a respectiva quantidade do planeta (ou quantos planetas Terra) necessária para a absorção do desperdício produzido pela humanidade de acordo com um certo estilo de vida. Ou seja, a pegada de cada pessoa ou país corresponde à área total necessária para satisfazer os seus consumos em alimentos, energia, transportes, produção de resíduos e tempos livres. As pessoas consomem recursos provenientes de todo o mundo e por isso a sua pegada pode ser considerada como a soma das áreas, seja qual for a sua localização no planeta.

Figura 1: Esquema da Pegada Ecológica

(Fonte: http://www.google.pt/imgres?imgurl=http://opaseobas.com.br/opas/wp-content/uploads/2009/10/pegada-ecologica.jpg&imgrefurl=http://opaseobas.com.br/opas/%3Fp%3D219&usq=__ITWx3yOyfCGulmfHIViCpmirrWw=&h=288&w=297&sz=30&hl=pt-pt&start=0&zoom=1&tbnid=DLCoZ2ipzKMB3M:&tbnh=151&tbnw=159&ei=biyCTbXhI5GdOoq-c8I&prev=/images%3Fq%3Dpegada%2Becologica%26um%3D1%26hl%3Dpt-pt%26sa%3DN%26biw%3D1021%26bih%3D630%26tbs%3Disch:1&um=1&itbs=1&iact=r&c&dur=328&oei=wyuCTZ3HLo6Eswau3pWhAw&page=1&ndsp=15&ved=1t:429,r:0,s:0&tx=130&ty=103)



Se todas as pessoas consumissem como um europeu médio seriam precisos 3 planetas para nos sustentar (visto que a sua pegada ecológica é de 5,35 ha/pessoa). Número que sobe para 5 se todos consumissem como um médio norte-americano (com uma pegada ecológica de 9,70 ha/pessoa). A realidade portuguesa não é muito diferente das anteriormente referidas. Com efeito, se a mesma extrapolação for realizada para Portugal,

conclui-se que seriam necessários aproximadamente 2,5 planetas, uma vez que a pegada ecológica nacional ronda os 4,5 ha/pessoa (mais precisamente 4,47 ha/pessoa). Em 2005, a bio-capacidade global disponível era de 2,1 hectares por pessoa e a Pegada Ecológica global rondava já os 2,7 hectares por pessoa (BioRegional, 2011).

Existem ainda outros indicadores ou processos de medição de impactos ambientais, não tão relevantes para o trabalho em causa, como a “**Gestão da Optimização do Turismo**” (*TOMM – Tourism Optimisation Management Model*), que analisa o contexto político, sócio-cultural e económico, definindo o tipo e o nível de protecção dos recursos; a “**Gestão do Impacto de Visitantes**” (*VIM – Visitor Impact Management*), que avalia e gere os impactos dos visitantes no espaço turístico através de técnicas como a Gestão de Multidões e a Gestão de Tráfego; a “**Protecção da Experiência (vivência) de Visitantes e de Recursos**” (*VERP – Visitor Experience and Resource Protection*), cujo planeamento e gestão foca as percepções e reacções vividas durante a experiência dos visitantes; e o “**Espectro de Oportunidades Recreativas**” (EOR, em inglês *ROS – Recreational Opportunity Spectrum*), que gere as diversas actividades e experiências turísticas de acordo com as características locais (Newsome *et al.*, 2002 e Vieira, 2007).

2.4.4 Análise de Impacto Ambiental

A **Avaliação de Impacto Ambiental** (AIA) é um mecanismo integrado nos procedimentos de licenciamento de processos ou produtos, que fornece uma visão global das agressões do projecto ao meio ambiente, ao ambiente de trabalho e população local (Dias, 2003), ou seja, avalia o modo como os produtos e processos turísticos interagem com o ambiente. Tendo em consideração vários aspectos: vinculação entre o meio ambiente e os recursos, design e construção do projecto; operações; factores sócio-culturais e repercussões na saúde.

Deste modo, numa AIA estão patentes diversos aspectos do produto ou projecto em estudo. Além da sua descrição e identificação de impactos, há que haver conformidade com a legislação em vigor e propostas alternativas, tudo pensado numa lógica de longo prazo, como descrito no quadro seguinte.

Quadro 9: Aspectos a incluir numa AIA no turismo (OMT, 2003: 221)

- Descrição do projecto: características físicas, custo estimado, programa de construção;
- Impactos ambientais: região, clima, uso do solo, local, geologia e topografia, solo, qualidade do ar e da água, materiais e resíduos tóxicos, fauna e flora, recursos arqueológicos, culturais e históricos;
- Impactos sócio-económicos: emprego, qualidade de vida, impactos económicos e fiscais;
- Infra-estrutura e instalações públicas: tráfego e transportes, electricidade e comunicações, saneamento e tratamento de resíduos, protecção policial, serviços de saúde e de emergência, recursos de lazer, educação e atendimento a crianças;
- Conformidade com planos, políticas e directrizes existentes a nível local, regional, nacional e regulamentação ambiental;
- Alternativas ao desenvolvimento proposto;
- Questões de longo prazo e não-resolvidas: produtividade a longo prazo, impactos ambientais inevitáveis e comprometimento irreversível de recursos.

A avaliação começa com os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), um conjunto de actividades técnicas e científicas que identificam, previnem, medem e interpretam os impactos ambientais. A partir dos quais se elabora o Relatório de Impacto Ambiental. Estes elementos técnicos são produzidos pelo promotor da iniciativa. A sua aceitação pela administração pública é a Declaração de Impacto Ambiental (DIA).

Esta avaliação passa por cinco estágios: a identificação do impacto, a sua medida, a interpretação da significância do impacto, a disponibilização dos resultados da análise e a identificação dos sistemas de monitorização apropriados. Como referido por Weston (1997, em Holden, 2000), é importante monitorizar os impactos durante a construção/implementação do projecto ou produto e os estágios operacionais, e comparar os impactos previstos na AIA com os reais.

Os entraves mais vulgarmente associados a esta avaliação são a sua demora e os custos elevados, uma vez que implica o trabalho de uma série de especialistas (da área da geologia, hidrologia, geografia, zoologia, botânica, ciência ambiental, sociologia e antropologia na determinação dos elementos constituintes dos diversos espaços ou ecossistemas e suas inter-relações).

A adopção de sistemas de gestão ambiental e a avaliação de impacto ambiental podem ser encorajadas se as empresas acreditarem na redução de custos adjacentes às mesmas e consequente maximização do lucro (a nível do processo produtivo e sua eficiência), bem como na transmissão de uma imagem de organização social e ambientalmente responsável, com uma maior aproximação e fidelização do cliente. A integração de políticas ambientais na estratégia empresarial implica um compromisso ambiental a longo prazo que tem de se espelhar na cultura da empresa, com objectivos bem definidos, monitorização e ajuste constante e o empenho de todos os colaboradores da organização. A AIA funciona assim como uma ferramenta de avaliação do desempenho da organização, permitindo as devidas alterações com vista à sua melhoria contínua.

2.4.5 Sistemas de Gestão Ambiental

Os “Sistemas de Gestão Ambiental englobam estruturas organizacionais, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para determinar e implementar uma política ambiental” (British Standards Institute, 1994, citado por Newsome, *et al.*, 2002: 233).

De acordo com estes sistemas desenvolveram-se sistemas de qualidade, com uma filosofia de melhoria contínua, como a ISO 14001 (Organização Internacional para a Standardização/Normalização, em inglês *International Standard Organisation*), publicada em 1995, ou o EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria, em inglês *European Environmental Management System*). Um **sistema de gestão ambiental** requer princípios que englobam compromisso e política ambiental, planeamento, implementação, avaliação, monitorização e melhoria. Para o seu êxito é imprescindível a formação e empenho de todos os colaboradores.

Existem ainda **estratégias voluntárias de gestão: códigos de conduta**¹⁶, **acreditação**¹⁷ e **boas práticas**¹⁸. Em geral, no âmbito do desenvolvimento sustentável, os códigos de conduta visam (Stabler, 2001):

- O uso sustentável dos recursos;
- A redução de impactos ambientais;
- A redução do consumo excessivo e desperdício/resíduos;
- A manutenção da diversidade natural e cultural;
- A integração do turismo no planeamento e ordenamento do território;
- A adopção de sistemas e estratégias de gestão internas;
- O apoio e envolvimento da economia e comunidade local;
- O marketing responsável do turismo.

Um código de ética, por sua vez, fornece requisitos de desempenho de modo a estabelecer e/ou manter o profissionalismo. A OMT, como já referido, desenvolveu um

¹⁶ Conjunto de expectativas, comportamentos e regras escrito por membros da indústria, organizações governamentais e não-governamentais, cujo objectivo maior é influenciar atitudes e comportamentos dos turistas e da indústria turística (Newsome, *et al.*, 2002).

¹⁷ A **acreditação** requer uma avaliação e reconhecimento, por parte de uma agência ou organização própria, para averiguar se uma dada empresa ou serviço actua em conformidade com certos requisitos (Newsome, *et al.*, 2002).

¹⁸ Encorajar comportamentos responsáveis e auto-motivados, método e iniciativas com vista a uma maior eficiência, qualidade e satisfação dos colaboradores (Newsome, *et al.*, 2002).

código de ética para o turismo, com uma abordagem sustentável para o seu desenvolvimento.

Da parte pública, o governo pode ceder licenças (normalmente obrigatórias, que exigem muita burocracia e falham na coordenação) e *leasings*.

Os benefícios da adopção de códigos são vários, como o apoio público, maior credibilidade e melhoria da imagem do destino/empresa, fácil identificação daqueles que seguem orientações éticas e ambientais por parte do público e da indústria, maior procura e satisfação com o produto ou serviço, aumento da sustentabilidade dos recursos e da própria indústria.

Dadas estas vantagens, é importante diferenciar as empresas e produtos com sistemas de gestão ambiental, daqueles que se promovem como “ecológicos” erradamente. A mudança nos padrões de consumo da sociedade demonstra a crescente procura por produtos mais saudáveis, amigos do ambiente e eticamente correctos. Como exemplo temos a procura de produtos orgânicos e biológicos, o uso mais eficiente da energia (iluminação, electrodomésticos, carros híbridos e eléctricos), entre outros. O consumidor (uma minoria da clientela) dispõe-se a pagar mais por produtos ambientalmente sensíveis, o que se apresenta como uma oportunidade a explorar pelas empresas. Há que distinguir os produtos genuinamente amigos do ambiente (com certificação e rótulos ecológicos fidedignos) daqueles que se promovem como tal com vista ao lucro fácil, o que se designa por “oportunismo ambiental”.

2.4.6 Programas de Certificação Ambiental

Existem vários programas de certificação e acreditação ambiental, os mais relevantes para a indústria turística são a “**Blue Flag**” – um programa ambiental de praias na Europa; o “CERT”, o “Green Globe”, o “Green Leaf”, o “Green Suitcase” e o “TUI EcoResort” (OMT e WTTC, 1997 e TUI AG, 2011).

O “Campaign for Environmentally Responsible Tourism” (**CERT**) avalia o desempenho ambiental de empresas através de questionários respondidos pelos clientes das mesmas. Consoante o seu desempenho a empresa pode ser presenteada com um de três níveis: bronze, prata e ouro. Uma vez que o programa não fornece orientações para a

melhoria da performance, as empresas que não atingem os requisitos pedidos são direccionadas para o programa “Green Globe”.

O “**Green Globe**” é um programa de gestão e consciencialização ambiental internacional, desenvolvido pelo WTTC para a indústria turística em 1999. O seu objectivo primordial é fornecer meios práticos e acessíveis às empresas para que se comprometam a realizar melhorias nas práticas ambientais com base em orientações internacionais; recebam informação e apoio especializado na gestão ambiental, baseado nas boas práticas internacionais e demonstrem o seu compromisso através do logo “Green Globe” e prémios de mérito.

Deste modo, o “Green Globe” identifica standards internacionais de bom desempenho ambiental para empresas e comunidades, cujos objectivos incluem a protecção da cultura, tradição, biodiversidade e recursos naturais. A verificação da conformidade com os requisitos é levada a cabo pela *Société Générale de Surveillance* (SGS) (um órgão internacional), pelo *International Advisory Council* da indústria (governo) e especialistas de ONG’s.

Os membros “Green Globe” usufruem de serviços de apoio, incluindo formação, treino e materiais práticos de gestão. O programa confere reconhecimento da política ambiental das empresas aos consumidores, pelo logo, que as mesmas podem utilizar para marketing e em material publicitário.

“O esquema inova pela certificação das operações turísticas e a sua visão holística que reconhece o turismo como um sistema, onde interagem consumidores, a indústria e a comunidade local. Contudo tem forte correlação com forças de mercado e o seu êxito depende do interesse ambiental do consumidor e na crença da integridade do logo” (Holden, 2000: 188).

O “**Green Leaf**” foi desenvolvido pela Associação de Turismo da Ásia-Pacífico (PATA – *Pacific Asia Travel Association*) de modo a encorajar o sector turístico a seguir práticas ambientalmente responsáveis e ajudar os clientes a escolher produtos condizentes com esses critérios. O programa avalia o desempenho das organizações através de um questionário geral e um específico para o sector. O reconhecimento “Green Leaf” é dado às empresas que obtêm uma média superior a 60% nos dois questionários. Tal como o CERT, o Green Leaf também não fornece orientações às empresas que não estão em conformidade com os requisitos.

O “**Green Suitcase**” desenvolvido pelo *Ökologischer Tourismus in Europe* (ÖTE), define requisitos de qualidade ambiental para resorts, alojamento turístico e agências de

viagem europeus. Especialistas independentes levam a cabo uma inspeção aos participantes para avaliar o seu desempenho em diversas áreas, como a gestão dos resíduos e reciclagem, ruído, consumo e tratamento de água e uso energético. As empresas em conformidade com os requisitos recebem o prémio bronze, prata ou ouro, que são difíceis de conseguir de modo a incentivar uma melhoria contínua.

Por último, o selo de qualidade "**EcoResort**" criado conjuntamente pela TUI (Touristik Union International) Hotels & Resorts e TUI AG define requisitos específicos para os hotéis e clubes TUI. Os sistemas de gestão ambiental "EcoResorts" são auditados por organismos independentes e acreditados e certificados por especialistas de acordo com parâmetros reconhecidos nacional ou internacionalmente, como a ISO 14001. Anualmente, os hotéis com o melhor desempenho ambiental – auferido por questionários aos hóspedes em conjunto com a avaliação de desempenho ambiental – são premiados com o "TUI Environment Champion".

2.5 Cidadania e Meio Ambiente

“A acção social em torno da defesa e da protecção ambiental vem consolidando a participação do cidadão, como agente social activo portador de direitos e deveres. Essa acção manifesta-se, muitas vezes, independentemente de organização prévia, pela manutenção e exercício de um direito ambiental, recém-conquistado e considerado como básico à pessoa humana.” (Dias, 2003: 159).

Desde que um ambiente ecologicamente equilibrado passou a direito fundamental entre os direitos sociais do homem (em Estocolmo, 1972), a participação da sociedade – através da articulação com a política convencional e as organizações sociais (sindicatos, associações de moradores, ONGs...) –, evidencia-se como a melhor forma de abordar as questões ambientais. O ambiente e a cidadania são indissociáveis, uma vez que a qualidade de vida humana depende directamente do meio ambiente.

A influência de agentes sociais com uma postura ecológica é cada vez maior, acompanhando a crescente (embora ainda insuficiente) consciência de que a qualidade de vida é um direito e, como tal, deve ser preservado. Para essa consciencialização ambiental, mais facilmente difundida entre a população jovem, muito contribuem os órgãos de comunicação e o trabalho desenvolvido por ambientalistas, técnicos e intelectuais de universidades ou ONGs. Com um maior acesso à informação, a nível global, essa massa crítica vem-se consolidando numa “maioria silenciosa” que se opõe às agressões ambientais, induzida à acção pelos agentes ambientais (entidades ou indivíduos ecologicamente activos). O que dificulta a implementação de políticas ou iniciativas, por parte pública ou privada, não condizentes com a sustentabilidade ambiental.

Relevante é a contribuição das ONGs para o desenvolvimento de um turismo ecologicamente viável, com a elaboração de propostas, incentivo a acções, formulação de certificações, financiamento, apoio e promoção de várias actividades a diferentes níveis.

2.6 Educação Ambiental e Turismo

O caminho rumo à sustentabilidade passa inevitavelmente pela educação ambiental, formal e informal. A preservação do ambiente implica fazer escolhas com base em informação, pois só com conhecimento se consegue agir correctamente, transformando a informação em acção.

A **Educação Ambiental** (E.A.) vem sendo debatida desde a década de 60, aquando dos primeiros movimentos ambientalistas. Em 1977 realiza-se a “Conferência de Tbilisi sobre Educação Ambiental”, organizada pela UNESCO e o PNUMA, onde se discute o seu papel, objectivos e princípios, bem como, estratégias internacionais para o seu desenvolvimento. Em 1992, a Agenda 21 da Rio-92, descreve “a reorientação da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, o incremento da consciência pública e a promoção da capacitação ambiental” (Dias, 2003: 175). Em 1997 toma lugar em Thessaloniki, na Grécia, a “Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade”.

“Nos grandes congressos sobre Educação Ambiental, ficou clara a necessidade de se respeitar os valores que tornem a sociedade humana mais justa, tais como o estudo da sociedade em si, a ética, o respeito à vida, a responsabilidade, a honestidade, a amizade, a democracia. Todos esses princípios, na verdade, são apontados como a base que define a prática da EA.” (Neiman, 2002: 146).

Dos seus objectivos mais relevantes, a Educação Ambiental deve ajudar grupos e indivíduos a adquirir consciência e compreensão do ambiente global e sensibilizá-los para os seus problemas; a comprometer-se com valores ambientais e suscitar interesse e preocupação de modo a que participem activamente na sua melhoria e protecção, capacitando-os com informação e habilidades para determinar e lidar com questões ambientais.

A Educação Ambiental gera conhecimento, consciência e apreciação pelo ambiente. Através de um contacto mais próximo com o meio ambiente, eleva-se a consciência do valor (inestimável) da natureza e fomenta-se comportamentos e atitudes ambientalmente conscientes de preservação ambiental (Dias, 2003). Uma vez que, pela descoberta e o desenvolvimento da afectividade transforma-se a experiência humana e a sua relação com a natureza. De facto, quando as pessoas se dão conta da fragilidade e sensibilidade dos ecossistemas mais facilmente os protegem.

A educação ambiental engloba ainda a satisfação do turista por informação acerca dos atractivos naturais e culturais. Tendo em vista a minimização dos impactos negativos e a produção de uma cidadania mais atenta ao ambiente e à cultura, fornece uma experiência recreativa satisfatória e uma mudança pró-ambiente, pelo conhecimento, que se reflecte nas atitudes e/ou comportamentos dos turistas (Weaver, 2001).

Com o crescimento da consciência ambiental global, é cada vez mais importante a adopção de programas de educação ambiental que envolvam todos os intervenientes da actividade turística. É necessário fomentar hábitos, valores e atitudes, uma nova cultura ambiental, que respeite o ambiente e as comunidades locais, não menosprezando a qualidade da experiência turística.

Capítulo III: Planeamento e Gestão do Turismo

3.1 Gestão Turística

A indústria turística, desenvolvida maioritariamente através de iniciativas privadas, depende bastante da conduta dos seus investidores, o que evidencia a necessidade da consciencialização ambiental a todos os níveis, para que os impactos da actividade sejam minimizados.

No entanto, o turismo não sendo uma actividade totalmente privada, é condicionado pelo sector público, com o papel de regulador e/ou provedor dos serviços públicos: ordenamento do território, organização dos sistemas viários, de saneamento, comunicação e protecção ao meio ambiente, entre outros. Cabe ao poder público o equilíbrio orçamental, o aumento da eficiência económica, a redução do desemprego, o crescimento económico sustentado e a promoção do equilíbrio regional através das políticas da oferta, salarial e estruturais – reformas da saúde, educação, justiça, sistema fiscal, segurança social e políticas sectoriais (agricultura, comércio, indústria e serviços, como os transportes e o turismo). O que se traduz na regulamentação do uso do solo, fiscalização, protecção do consumidor, educação e consciencialização da população, estímulo das indústrias domésticas e consumo local, promoção e marketing do país¹⁹, bem como o incentivo à coordenação público-privada, que pode mesmo passar por incentivos financeiros (como uma redução nas tarifas energéticas, concessão de empréstimos menos pesados/restritivos, isenção de impostos).

Neste contexto, as funções governamentais que respeitam o turismo são exercidas pelo Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID), onde se integra a Secretaria de Estado do Turismo, que promove e coordena a execução das políticas (nacionais) turísticas através dos seguintes organismos (Cunha, 2003 e TP, 2010):

- **TP – Turismo de Portugal:** responsável pelo planeamento turístico, gestão de produtos turísticos regionais, promoção turística interna, estabelecimento de parcerias²⁰ e instalação, exploração e funcionamento da oferta turística. O TP (ver

¹⁹ O desenvolvimento do produto e marketing devem ser levados a cabo de forma mais rigorosa, com base nas motivações turísticas do século XXI, denominadas por alguns autores como os 3 e's – entretenimento, experiência e educação (Newsome, *et al.*, 2002).

²⁰ Em 2009 foi lançada a parceria TURISMO 2015, que envolve todas as Entidades Regionais de Turismo, as Agências Regionais de Promoção Turística, a Confederação do Turismo Português, o *Hospitality Management Institute* (HMI) e o Turismo de Portugal. Este pólo

Anexo VI) é o resultado da fusão, em 2007, de quatro entidades, então responsáveis por:

- **DGT – Direcção-Geral de Turismo:** formulação de políticas e estratégias, fornecimento de informações estatísticas e económicas, preparação da regulamentação da actividade e participação no ordenamento turístico do território e na aprovação de projectos.
- **IGJ – Inspeção-Geral de Jogos:** regulamentação e inspecção dos jogos de fortuna e azar (casinos e bingo).
- **INFTUR – Instituto de Formação Turística:** formação profissional da área turística, gestão das escolas hoteleiras e desenvolvimento de iniciativas de formação.
- **ITP – Instituto de Turismo de Portugal:** apoio ao fortalecimento, modernização e desenvolvimento das estruturas empresariais do sector do turismo; promoção do desenvolvimento de infra-estruturas e investimento no sector; promoção interna e externa de Portugal como destino turístico.
- **IFT – Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo:** assiste financeiramente no sector público e privado no desenvolvimento turístico.
- **ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal:** organismo dependente do ministro da Economia, promove o investimento e o comércio externos, a promoção turística no estrangeiro dos destinos portugueses, sob orientação do secretário de Estado do Turismo.

A nível regional ou local a gestão turística cabe às seguintes entidades (Cunha, 2003 e TP, 2010):

- **Câmaras Municipais:** responsáveis pelo ordenamento do território, definição de áreas de desenvolvimento turístico, aprovação de projectos e autorização de abertura, funcionamento e fiscalização de estabelecimentos.
- **ART – Áreas Regionais de Turismo:** incluem toda a área abrangida por cada uma das Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos de Nível II (NUTS II), com as respectivas Entidades Regionais de Turismo (ERT).

de competitividade e tecnologia prevê mecanismos de cooperação e funcionamento em rede para as empresas do sector, visando a sua inovação, qualificação e modernização e garantindo o alinhamento dos sistemas de incentivos do QREN com as prioridades estratégicas do turismo (TP, 2010: 22).

- **ERT – Entidades Regionais de Turismo:** abrangem áreas de dois ou mais municípios, cabendo-lhes a elaboração de planos de acção turística, a promoção da oferta turística, o fomento do artesanato e animação turística regional.
- **CMT – Comissões Municipais de Turismo:** órgãos auxiliares de administração municipal, nos municípios não integrados em Regiões de Turismo e onde exista uma “zona de turismo”. O seu papel é idêntico ao das RT, mas na área do município.

Segundo os princípios sustentáveis, a gestão partirá das seguintes premissas (Cunha, 2003: 172):

- *Equilíbrio entre o crescimento económico e a utilização dos recursos naturais;*
- *Preservação dos processos ecológicos e da biodiversidade e valorização do ambiente e do património cultural;*
- *Criação de novos produtos e de serviços diversificados;*
- *Planificação estratégica com a participação das comunidades locais.*

Neste sentido, ressalta a contribuição do turismo como exemplo de *benchmarking* (boas práticas) sustentável em Portugal, como afirma o então Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, em 2009 (em TP, 2010: 9):

“É pretensão do Governo que o Turismo continue a ser exemplar em práticas de sustentabilidade no nosso país, que mantenha o seu posicionamento numa oferta de elevados padrões de qualidade e que contribua para a melhoria da economia e da vida do planeta”.

3.2 Planeamento e Ordenamento do Território

As diversas áreas políticas de uma nação inter-relacionam-se, devido à natureza complexa e dinâmica da sociedade moderna, tal como acontece com os vários sectores da indústria turística. A formulação de uma política (nacional) de turismo consistente (que articule metas, estratégias e objectivos desejados pelos vários *stakeholders*) é essencial no desenvolvimento do sector como parte integrante da economia de um país (OMT, 2003).

As **políticas de turismo** têm de saber responder a questões: como fazer um correcto marketing e promoção turística, como financiar o seu desenvolvimento, e como manter os fluxos turísticos dentro dos limites impostos pela capacidade de carga. Um bom desenvolvimento turístico depende de um planeamento integrado, que procure a melhor alocação de recursos ambientais e outros factores de produção, tendo por base uma cuidadosa análise da relação entre o turismo e o ambiente no seu planeamento e implementação de políticas (Briassoulis e Straaten, 1992).

Um adequado **planeamento e gestão**, levado a cabo por profissionais com uma visão holística e capacidade de trabalho multidisciplinar, permite aos gestores desenvolver correctamente o turismo de modo a proteger o ambiente e melhor compreendê-lo, ao mesmo tempo que visa os interesses dos *stakeholders*, que devem tomar parte na decisão, e assegura a viabilidade económica da indústria a longo prazo.

Apesar das resistências que se colocam ao **planeamento turístico**²¹, há o reconhecimento de que o turismo cumpre um papel importante ao proporcionar uma orientação e compromisso comum, numa perspectiva de longo prazo, através de processos participativos e inclusivos dos interessados (cidadãos e empresas), lidando com questões de recursos e a rápida mudança na indústria, capacitando os destinos num mercado cada vez mais competitivo e garantindo alguma estabilidade e previsibilidade na evolução do desenvolvimento global.

O desafio que se coloca é como desenvolver a capacidade turística e a qualidade do produto sem afectar o ambiente de que depende.

²¹ O planeamento enfrenta resistências devido ao seu carácter bastante administrativo (ao qual falta uma missão e visão a longo prazo para o sector), trabalhoso e em geral pouco flexível (a adaptação à mudança é pouco dinâmica e oportuna); à redução da liberdade de actuação dos privados que o planeamento incorpora, à diversidade de planos turísticos (que dificulta a coordenação e praticabilidade dos mesmos), e à falta de consulta dos diferentes *stakeholders* aquando da implementação e execução do plano. Além da incerteza característica do fenómeno turístico, que dificulta o seu controlo e previsão (Vieira, 2007).

O **planeamento turístico**²² tem evoluído ao longo do tempo, acompanhando o fenómeno turístico e o reconhecimento da sua importância na economia nacional (ver Anexo VII e VIII). Hoje, a sustentabilidade do desenvolvimento turístico impõe-se como um factor (intangível) de competitividade, junto com a qualidade territorial, conhecimento, empreendedorismo e capacidade de inovar. Esta materializa-se através do planeamento – um processo transversal a toda a sociedade, que promove e sustenta a interdependência entre a comunidade, o território, o ambiente, a economia e o turismo, numa tentativa de antecipar e regular as possíveis mudanças no sistema, e pelo qual se consegue um desenvolvimento equilibrado, de acordo com a intensidade da actividade turística e a natureza e dimensão dos seus efeitos (Vieira, 2007).

*“O planeamento do desenvolvimento em geral e o turístico em particular é um processo de decisão que permite conceber e organizar um futuro colectivo desejado, actuando sobre a realidade numa abordagem multidisciplinar e concretizando um projecto de desenvolvimento socialmente justo” (Vieira, 2007: 33)*²³.

Diferentes formas de planeamento podem ser nomeadas: económico (gere diversos sectores e indústrias); do uso do solo (com instrumentos como os códigos de **zonamento** – “técnica para designar uma área específica para uma actividade específica” (Gartner, 1996: 283 citado por Vieira, 2007: 67) ou para definir unidades de ordenamento²⁴); infra-estruturas (planeia as estradas, aeroportos e serviços públicos); acções sociais (lida com questões de emprego, saúde pública, educação e bem-estar social); segurança (com o controle de criminalidade, cobertura de riscos e providências especiais). Do mesmo modo, diferentes níveis de planeamento podem ser identificados, os que mais nos interessam são o nível nacional e local²⁵.

Ao **planeamento nacional** cabe identificar e designar os principais atractivos turísticos e regiões com potencial turístico, redes de transporte, sistemas de saúde, segurança e emprego e realizar pesquisas, análises estatísticas e previsões.

²² Em grosso modo, pode-se distinguir dois tipos de planeamento turístico: o clássico e o actual. O clássico com base na autoridade do Estado, que estabelece rígidos planos directores, onde a actividade turística depende somente das características físicas do solo e das facilidades de acesso aos turistas, preconiza uma planificação descendente, de uma só via (*top down*). Enquanto que o planeamento moderno parte da consulta às populações locais, preferindo planos estratégicos flexíveis com base na trilogia de factores económicos, sociais e ambientais. Assim, decorre de feixes orientadores de sentido ascendente (*bottom-up*) (Torres, 2009).

²³ O “planeamento é um processo, baseado na análise e avaliação, que visa otimizar o potencial da contribuição do turismo para o bem-estar humano e a qualidade ambiental” (Getz), acrescentando a componente espacial, e segundo Dredge (1999), “o planeamento é o processo de estabelecer uma visão estratégica para uma área (turística) que reflecte os objectivos da comunidade e de o implementar através da identificação de padrões preferenciais do uso do território e de apropriados estilos de desenvolvimento” (em Vieira, 2007: 31).

²⁴ As unidades de ordenamento são definidas consoante critérios naturais, demográficos, económicos e/ou político-administrativos; e caracterizam-se como sendo unidades de vida colectiva económica e social; coerentes ou interdependentes (de uma grande indústria, de um aeroporto ou constituintes de um centro urbano); homogéneas e com “dimensão humana” (Vieira, 2007).

²⁵ O planeamento define-se ainda segundo critérios de prazo – curto (até um ano), médio (um a cinco anos) ou longo prazo (mais de cinco anos); objectivos – de topo, estratégicos, políticas e metas, e operacionais; e âmbito geográfico – transnacional, nacional, regional e local (dos níveis de planeamento mais altos para os mais baixos diminui a flexibilidade estratégica e aumenta a rigidez normativa e a percepção dos efeitos do desenvolvimento) (Vieira, 2007).

A nível **local**, o sector público é responsável pela (OMT, 2003):

- Elaboração e aplicação de políticas de zonamento, incluindo o planeamento de áreas e projecto de edifícios, infra-estruturas (incluindo necessidades energéticas e respectiva alocação turística) e paisagismo, bem como a regulamentação ambiental.
- Facilitação do envolvimento de todos os *stakeholders* na actividade.
- Fornecimento de acessos e serviços para a comunidade local e turistas;
- Educação, formação e outros serviços a nível de recursos humanos;
- Marketing e promoção do destino e apoio financeiro ao desenvolvimento turístico.

Em relação a **componentes**, o planeamento pode ser dividido em quatro: ordenamento do território, urbanismo (não explorado no presente trabalho), ambiente e turismo.

O **ordenamento do território** é a “expressão espacial das políticas económicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade” (Carta Europeia do Ordenamento do Território, 1983 citada por Vieira, 2007: 42). Afecta por isso o espaço físico, com relevância demográfica, económica, social e cultural, e influencia ainda a distribuição e a organização das actividades nele implantadas, na persecução do seu grande objectivo: o equilíbrio da relação sócio-económico-ambiental rumo ao desenvolvimento sustentável.

“O pensamento, o planeamento e a gestão estratégicos são os pilares do processo de desenvolvimento turístico, no qual o ordenamento territorial turístico se integra” (Vieira, 2007: 48). Através deles concebem-se objectivos (colectivamente discutidos) para um destino turístico (de acordo com as suas vantagens competitivas²⁶) e definem-se os meios e estratégias (de diferenciação) para os alcançar, intervindo sobre a realidade numa forma proactiva, abrangente e sistémica (considera as várias componentes do fenómeno turístico: procura, oferta, comercialização e transportes) num panorama sustentável, integrado, contínuo e flexível. O ordenamento territorial e o planeamento estratégico do desenvolvimento do turismo evidenciam-se, assim, como instrumentos de gestão territorial e dos recursos públicos na salvaguarda do interesse comum.

O ordenamento territorial do turismo deve, para o efeito, respeitar o **Princípio da Precaução**, “segundo o qual a decisão de desenvolver um espaço deve estar condicionada ao grau de irreversibilidade dos danos causados no ambiente por essa decisão, deve

²⁶ Vantagens competitivas: actividades ou circunstâncias que permitem às empresas ou organizações alcançar um nível de desempenho acima da média (Vieira, 2007).

suportar as soluções de compromisso entre interesses conflitantes no processo de desenvolvimento” (Vieira, 2007: 103) e o **limite de resiliência** – o ponto máximo até onde as mudanças de desenvolvimento podem ir sem destruírem ou danificarem séria e irremediavelmente um destino turístico. Mais do que saber até que ponto as mudanças são aceitáveis ou toleráveis, importa definir a sua dimensão, indicadores de tolerância, quem gere a mudança, quem define os limites e como se avaliam (Limites de Mudança Tolerável – apresentado no capítulo anterior).

Neste contexto, o ordenamento do território turístico pretende contribuir para o sucesso da experiência turística, modelar a oferta, garantir a acessibilidade aos recursos e equipamentos turísticos, a circulação e mobilidade.

3.2.1 Sistemas e Instrumentos de Gestão Territorial

Existem já em Portugal diversos instrumentos de planeamento e ordenamento do território, “... o que falta em Portugal é uma cultura de respeito das normas, por parte dos particulares e das Administrações” (Condesso, 2005: 11 citado por Vieira, 2007: 172).

O I Plano de Fomento data de 1953-1958, com os primeiros Planos Regionais. A Lei dos Solos foi publicada em 1970. Na década de 80 começa a implementação de um sistema de planeamento e ordenamento do território, aparecendo a primeira geração dos Planos Directores Municipais (PDM), os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN). Na década de 90 são reestruturados e reunidos os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP) nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) com os PDM e estabelecem-se as **Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo**²⁷, cujos princípios se listam a seguir:

²⁷ Objectivos: reforçar a coesão nacional; promover a valorização integrada das diversidades territoriais; garantir o aproveitamento racional dos recursos naturais; assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural; promover a qualidade de vida; racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos; salvaguardar e valorizar as potencialidades do espaço rural; apoiar a protecção civil da população (Vieira, 2007).

Quadro 10: Princípios do ordenamento do território

- Soberania do interesse colectivo – privilegiar o interesse da comunidade local;
- Garantia dos direitos particulares – os direitos adquiridos, quando prejudicados pelo turismo, devem ser compensados;
- Prevalência da discricionariedade – pelo interesse público;
- Sustentabilidade e solidariedade intergeracional e economia – equilibrar o desenvolvimento económico, a utilização de recursos escassos e a sustentabilidade no desenvolvimento;
- Coordenação das políticas – públicas e privadas;
- Optimização do uso do solo;
- Subsidiariedade – privilegiar o nível decisório mais perto do cidadão;
- Hierarquia jurídica e territorial dos planos;
- Eficiência da acção administrativa – as políticas de solos, ordenamento e urbanismo devem satisfazer as necessidades colectivas sem fomentar a especulação;
- Equidade nos benefícios e encargos;
- Participação dos interessados;
- Responsabilização – garantia de compensação dos possíveis danos;
- Contratualização – parcerias entre o sector público e privado;
- Segurança jurídica – estabilidade dos regimes legais e o respeito pelo normativo jurídico.

Fonte: Oliveira, 2001 em Vieira, 2007

A **gestão territorial** é condicionada pela gestão administrativa e política do território, as quais se subordinam à política regional comunitária que divide cada país em regiões através da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS). O nosso país conta assim com três níveis de agregação: Nível 1 com 3 unidades (continente e as duas Regiões Autónomas); Nível 2 com 7 unidades (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve e as duas Regiões Autónomas); Nível 3 com 30 unidades.

O território metropolitano divide-se em: Grandes Áreas Metropolitanas – Minho, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa e Algarve; e Comunidades Urbanas – Valimar (Vale do Lima), Vale do Sousa, Baixo Tâmega, Trás-os-Montes, Douro, Beiras, Leiria, Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Norte-Alentejano, Centro-Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve.

Quanto ao sistema de gestão territorial, este apresenta três grupos de instrumentos de natureza estratégica (Vieira, 2007):

- De âmbito nacional:
 - **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**: plano de coordenação entre os sectores e de cooperação para a organização do território europeu;
 - **Planos Sectoriais com Incidência Territorial (PSIT)**: instrumentos de programação ou concretização de políticas de organização do território (indispensáveis no estudo da localização e realização de grandes empreendimentos públicos);
 - **Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)**: salvaguardam os recursos e valores naturais através dos Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas (POAP, ver Anexo IX), Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) e Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);

- De âmbito regional:
 - **Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT)**: definem o ordenamento do espaço regional e redes de infra-estruturas a nível do sector público (os mais importantes e eficazes no planeamento de sectores como o turismo).
- De âmbito municipal:
 - **Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT)**: estabelecem opções de desenvolvimento estratégico;
 - **Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT)**: instrumentos regulamentares da ocupação, uso e transformação do território municipal, através dos PDM (com a classificação dos solos e índices urbanísticos), os PU (com a organização do meio urbano) e os PP (com a tipologia de ocupação das áreas).

Em 2006, o **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)** surge com o propósito de aumentar o crescimento do turismo nacional (em queda) e promover um turismo sustentável. Tinha como eixos estratégicos o território, a qualificação dos recursos, a promoção de marcas e a definição de novos mercados, a distribuição, a comercialização, a inovação e o conhecimento, como indica o quadro abaixo.

Quadro 11: Projectos definidos no PENT 2006-2015 (TP, 2010: 21)

Áreas	Objectivos/Medidas
Produtos, destinos e pólos	Estruturação e desenvolvimento de propostas de consumo
Intervenção em zonas turísticas de interesse	Intervenção criteriosa e seleccionada, multidisciplinar e multientidade, com ganhos de coerência e capacidade de actuação
Desenvolvimento de conteúdos distintivos e inovadores	Desenvolvimento de conteúdos tradicionais portugueses, associados à história de Portugal, à literatura ou à música
Eventos	Captação de eventos de projecção internacional e promoção de um calendário nacional, regional e local de iniciativas
Acessibilidade aérea	Aproximação de Portugal aos grandes centros europeus emissores de fluxos turísticos
Marcas, promoção e distribuição	Foco na actuação em segmentos, por mercado emissor
Programa de qualidade	Implementação de um sistema de qualidade turística e de um programa de formação e valorização dos recursos humanos
Excelência no capital humano	Valorização e dignificação das profissões de turismo
Conhecimento e inovação	Geração e incorporação do conhecimento, na actividade produtiva
Eficácia do relacionamento Estado - Empresa	Lançamento de uma cultura de apoio ao investidor e ao investimento

O PENT indica seis pólos turísticos e dez produtos com elevado potencial de crescimento, que, contudo, não facilitam a ligação entre o turismo e o território (metropolitano). Razões pelas quais se encontra em revisão à data de hoje. Constituindo

assim um exemplo de um plano (nacional) que não é compatível com os planos de ordenamento do território.

Dada a diversidade de planos existentes (muitas vezes incongruentes), o sector turístico tem de continuar a esforçar-se para reunir e definir as principais metas, estratégias e meios que potenciem um turismo sustentável e de qualidade para o país. Uma vez que a **sustentabilidade do desenvolvimento turístico** só é possível através da coordenação entre a Política Nacional de Turismo e a Política de Ordenamento territorial do turismo²⁸.

É importante referir o esforço do Turismo de Portugal neste sentido, que, em 2009 e 2010, apresenta o Relatório de Sustentabilidade, de 2008 e 2009 respectivamente, nos quais avalia o desempenho económico, ambiental e social do instituto e do sector e define objectivos de médio prazo. Tornando-se “no primeiro instituto público nacional a avaliar o seu desempenho e o seu impacto na sustentabilidade do sector, e é também o primeiro a nível mundial a fazê-lo, a par com o seu congénere sueco” (Turisver, 2009) (ver Anexo VI novamente). Além do relatório, em 2009, entra em funcionamento o Sistema Integrado de Informação Estatística (diversas bases de dados reunidas num único sistema de análise) e o TP publica a Lei de Bases do Turismo, na qual se definem “as políticas de desenvolvimento da actividade turística e os seus princípios orientadores: sustentabilidade ambiental, democratização do acesso dos cidadãos à prática do turismo, valorização turística da identidade cultural e envolvimento do sector privado na execução das políticas de turismo” (TP, 2010: 21).

Neste âmbito, apresenta-se um exemplo concreto de um projecto turístico sustentável, baseado nas boas práticas internacionais e que poderá servir de modelo (a ser adaptado) a outros contextos, o caso de estudo: Projecto da Mata de Sesimbra. Como surgiu a ideia do empreendimento, quem é a ONG WWF e a BioRegional e porquê a Pelicano são perguntas pertinentes para o entendimento do projecto.

²⁸ De acordo com o então Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, “Estes requisitos de qualidade colocam-nos diversos desafios, dos quais destacamos a promoção do investimento responsável, que preserve o ambiente, reduzindo ao mínimo os impactos na paisagem e na biodiversidade e que respeite as realidades culturais, a aposta na qualificação e valorização de recursos humanos como capital distintivo, a redução de emissões poluentes e a conservação e revitalização da nossa identidade cultural. Mas é também importante antecipar tendências para delinear estratégias” (em TP, 2010: 9).

Capítulo IV: Organizações

4.1 Pelicano/Espart

A ESPART – Espírito Santo Participações Financeiras (SGPS) – é a holding imobiliária da Espírito Santo Resources, o grupo não financeiro do Grupo Espírito Santo, e um dos maiores grupos nacionais com investimentos em diversas áreas como: Imobiliário (ESPART e ESAI), Turismo (Espírito Santo Viagens), Hotelaria (Hotéis Tivoli), Golfe (ESAY Golf Management), Agro-pecuária em Portugal, no Brasil e no Paraguai, e Prestação de serviços (ESCOM).

A Pelicano-Espart (SGPS) S.A. é um grupo imobiliário português dedicado à promoção imobiliária turística, com características arquitectónicas e de design marcantes de um estilo de vida muito próprio. Com presença nacional e internacional, promove o país nos principais mercados emissores.

“(..). Com uma oferta de qualidade e integrada de produtos e serviços que proporcionem ao cliente uma experiência memorável. A Pelicano prima pela diferenciação: na arquitectura, no design dos resorts, nas localizações mais privilegiadas, nos equipamentos e serviços que coloca à disposição dos seus clientes e na aplicação de princípios de sustentabilidade em cada um dos seus projectos” (Pelicano, s/data: p. 3 e 4).



Figura 2: Logótipo do grupo Pelicano
(Fonte: <http://www.pelicano.pt/>)



Figura 3: Logótipo do grupo Espírito Santo Participações Financeiras
(Fonte: http://matadesesimbra.com.pt/39_Brochura_MS_OPL.pdf)

A empresa ambiciona ser uma imobiliária de referência nacional e internacional, pela qualidade e inovação que distingue os seus projectos e tem como missão “desenvolver *resorts* altamente diferenciadores e integrados, quer através da sua arquitectura, da componente lúdica e desportiva presente em todos os *resorts* e da aplicação de princípios de desenvolvimento sustentável em cada projecto” (Pelicano, s/data: p. 2). Para tal guia-se pela sua consciência ambiental e social, responsabilidade e confiança.

A Pelicano é parceira fundadora do programa de certificação de sustentabilidade global *One Planet Living* desde 2004, “o único promotor mundial agraciado com este estatuto, como reconhecimento da sua contribuição pela conservação da natureza” (Pelicano, s/data: p. 2).

O projecto PELICANO/ESPART da Mata de Sesimbra foi seleccionado como um dos cinco projectos pioneiros a nível mundial e o único na área turística, por integrar desde a sua concepção à exploração um modelo de sustentabilidade com certificação externa.

4.2 WWF

A *World Wildlife Fund* (WWF) ou Fundo Mundial para a Conservação da Natureza, é a organização independente de conservação da natureza mais importante a nível mundial. Activa em mais de 100 países, a organização conta com 5 milhões de apoiantes. Os seus



Figura 4: Logótipo da WWF
(Fonte: <http://www.wwf.pt/>)

“objectivos globais com critérios científicos, experiência e rigor, envolve acção a todos os níveis, do local ao global e apresenta soluções inovadoras que visam a protecção da vida humana e da natureza. Desde a sua criação, em 1961, tem mantido elevados níveis de sucesso. Actualmente, a WWF financia cerca de 2.000 projectos e emprega cerca de 4.000 pessoas em todo o mundo” (World Wildlife Fund [WWF], s/data).

Para alcançar a missão “travar a degradação do planeta e construir um futuro onde os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza”, a organização promove a conservação da biodiversidade e a redução da poluição e do desperdício, e assegura a sustentabilidade dos recursos naturais. Para tal (WWF, s/data):

- *Trabalha em parceria com Governos, comunidades locais, agências internacionais, indústria e sector corporativo, identificando soluções realistas para os problemas ambientais mais relevantes;*
- *Desenvolve projectos no terreno, especialmente vocacionados para combater as causas da degradação ambiental e social;*
- *Utiliza uma abordagem científica e racional à conservação da natureza, que se foca em assuntos chave e define prioridades na intervenção.*

Quanto à sua presença em Portugal, citando a organização (WWF, s/data: p.2-6):

- *(...) a WWF actua em Portugal através do Programa Mediterrâneo²⁹, estando presente na conservação da nossa floresta, no combate às alterações climáticas e ao desperdício de água, promovendo ainda a iniciativa “Hora do Planeta”, à qual Portugal aderiu pela primeira vez em Março de 2009.*

²⁹ O Programa Mediterrâneo da WWF incide, em particular, na conservação das florestas, dos recursos hídricos e dos ecossistemas marinhos; na promoção do estabelecimento de áreas protegidas e de boas práticas na utilização dos recursos naturais; na manutenção da biodiversidade e no estabelecimento de funções ecológicas da região (WWF, s/data).

- *A WWF intervém em Portugal desde 1995, tendo estado envolvida na constituição do Parque Natural do Vale do Guadiana. Em 1999, lançou a iniciativa “Um Cordão Verde para o Sul de Portugal”, um projecto de referência na área da conservação de ecossistemas prioritários.*
- *Em 2004, deu-se início ao Programa Sobreiro, com o objectivo de contribuir para a protecção, restauro e gestão das florestas e montados de sobreiro no Mediterrâneo, tendo o programa constituído uma equipa permanente em Portugal.*
- *Em 2006, a WWF promoveu a Iniciativa Nacional do Forest Stewardship Council (FSC), que viria constituir o FSC Portugal – Associação para a Gestão Florestal Responsável, e em 2008 lançou a Rede Ibérica de Comércio Florestal juntamente com a WWF Espanha.*
- *Em 2009, a WWF Mediterrâneo alarga o âmbito da sua acção em Portugal aos temas Alterações Climáticas e Água, tendo em vista uma maior intervenção sobre a sociedade Portuguesa nos temas prioritários para a organização.*

4.3 BioRegional

A *BioRegional Development Group*, fundada em 1994, é uma organização ambiental, que se dedica a desenvolver soluções práticas para um modo de vida sustentável. Especialista na criação de equipas altamente eficientes que desenvolvem e fornecem os seus produtos e serviços (os quais ajudam os indivíduos a reduzir significativamente a sua pegada ecológica).

A sua missão é ser um empreendedor da sustentabilidade na vida das pessoas. Isto é, esforçar-se para que as economias prosperem e satisfaçam cada vez mais a procura da população local, com recursos renováveis e a minimização dos resíduos, de modo a que a população usufrua de elevada qualidade de vida dentro da sua “quota parte” de recursos do planeta – o que a organização designa de “one planet living” (BioRegional, 2011).

A organização pretende guiar o caminho rumo ao *One Planet Living* através de demonstrações práticas e partilha de experiência e conhecimento. Para tal (BioRegional, 2011):

- Cria e fornece produtos, serviços e sistemas de produção sustentáveis;
- Inicia e orienta o desenvolvimento sustentável de comunidades e negócios;
- Ajuda e inspira outros (empresas e parcerias) a aprender com a sua experiência através da sua consultoria, educação e política.



Figura 5: Logótipo da BioRegional
(Fonte: <http://www.bioregional.com/>)

4.3.1 Iniciativa *One Planet Living*

A iniciativa *One Planet Living* (OPL), uma iniciativa conjunta da BioRegional e a WWF, tem como objectivo “tornar fácil, atractivo e acessível o modo de vida sustentável em todo o mundo” (OPL, 2009: 4). Surge assim como resposta ao desafio global de como desfrutar de uma melhor qualidade de vida dentro das capacidades do nosso planeta, com base no conceito de pegada ecológica. Pelo que engloba uma panóplia de questões da vida quotidiana de indivíduos, comunidades, empresas e regiões rumo a um desenvolvimento sustentável: habitação, roupa, alimentação, saúde, educação, emprego, transporte e lazer.











O *One Planet Living* pretende então: desenvolver uma rede mundial de comunidades OPL que o demonstrem na prática; estabelecer centros OPL em cada comunidade que representem um centro de educação; promover o OPL e os seus princípios básicos de forma a sensibilizar governos, empresas privadas e pessoas em geral para a mudança (OPL, 2009: 4).



Figura 6: Logótipo da *One Planet Living*
(Fonte: <http://www.bioregional.com/our-vision/one-planet-living/>)

O objectivo da *One Planet Living* é a redução da Pegada Ecológica: uma pegada ecológica menor que 1,8 hectares por pessoa (ver Capítulo II).

Deste modo, as comunidades, regiões e empresas *One Planet Living* regem-se então pelos seguintes **princípios** (BioRegional, 2011):

-  Carbono zero (energia eficiente e renovável)
-  Lixo zero
-  Transporte sustentável
-  Utilização de materiais sustentáveis
-  Utilização de recursos locais (alimentação)
-  Conservação da água
-  Conservação da fauna e flora
-  Preservação e promoção do Património Natural e Cultural
-  Equidade e economia local
-  Qualidade de vida (saúde e felicidade)

Quadro 12: Princípios da *One Planet Living* (BioRegional, 2011)

Princípio	Descrição/Medidas
1. Carbono zero	Infra-estruturas e equipamentos eficientes com tecnologias renováveis
2. Lixo zero	Redução de resíduos, reutilização e reciclagem
3. Transporte sustentável	Preferência por transportes com baixas emissões de carbono
4. Utilização de materiais sustentáveis	que exijam o mínimo de energia
5. Utilização de recursos locais	Redução do desperdício de alimentos, pela escolha de dietas orgânicas, de acordo com a época e o local
6. Conservação da água	Uso eficiente da água nos edifícios e produtos consumidos, recurso a abastecimento local e controlo da poluição dos cursos de água
7. Conservação da fauna e flora	Protecção e expansão de habitats
8. Preservação e promoção do Património Natural e Cultural	Fomento da identidade e sabedoria local, apoio e participação sócio-culturais
9. Equidade e economia local	Fomento do emprego e uma economia justa e equitativa, e apoio às comunidades locais
10. Qualidade de vida	Promoção da saúde e bem-estar ao fomentar estilos de vida activos, sociáveis e com significado

4.3.2 Comunidades OPL

Exemplos de comunidades OPL são a Sonoma Mountain Village na América do Norte, a One Brighton no Reino Unido e a Mata de Sesimbra em Portugal (apresentada posteriormente em capítulo próprio).

A **Sonoma Mountain Village**, a norte de São Francisco, é uma comunidade que combina o urbanismo mais recente com a sustentabilidade num re-desenvolvimento de um espaço industrial. Com capacidade para 5.000 pessoas em 1.900 casas, criará 4.400 postos de trabalho em escritórios, comércio e retalho. Em fase final de construção, tem já instalado o maior sistema de captação de energia solar privado da Califórnia do Norte (um investimento de 7.5 milhões de dólares, com 1.5 mega watt, em 8.361m², que gerará energia a 1.000 casas) (BioRegional, s/data).



Figura 7: Espaço comercial e empresarial na Sonoma Mountain Village
(Fonte: <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet-initiative/one-planet-communities/sonoma-mountain-village/>)

A **One Brighton**, desenvolvida pela BioRegional Quintain e a Crest Nicholson, é um complexo com 172 casas, um café, um centro de treino, um espaço comercial e um clube do carro (que disponibiliza um automóvel aos residentes quando realmente necessitam de um). A redução de custos conseguida com o espaço para estacionamento, possibilitou a construção de edifícios sustentáveis e de qualidade (com cimento de argila

natural, isolamento em madeira e 50% da energia consumida proveniente de energia solar e da biomassa), sem custos acrescidos aos residentes (BioRegional, s/data).

Figura 8: Edifícios em One Brighton
(Fonte: <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet-initiative/one-planet-communities/one-brighton/>)



Outras comunidades sustentáveis que seguiram o esquema de desenvolvimento OPL no seu planeamento e construção são a eco-vila BedZED, no Reino Unido; a área empresarial de Jinshan, Guangzhou (na China); o complexo residencial e comercial de Ivory Park e Sibaya com as primeiras eco-casas (na África do Sul, cuja proposta de desenvolvimento foi financiada pelo Fundo para EcoCidades de Joanesburgo, em 2002); e o complexo residencial e empresarial “lixo zero, carbono zero e sem carros” de Masdar City (em Abu Dhabi, cuja construção começou em 2008) (BioRegional, s/data).

A eco-vila Beddington Zero Energy Development ou **BedZED** no Reino Unido, cuja construção terminou em 2002, é fruto de uma parceria entre a BioRegional, a Peabody e a Bill Dunster Architects, e constitui-se como o verdadeiro protótipo do programa OPL.



Figura 9: Casas da BedZED
(Fonte: <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet-initiative/one-planet-communities/other-communities/>)

Com 100 casas e apartamentos, os seus 220 residentes conseguem reduzir 50% das suas emissões de carbono com o seu estilo de vida sustentável. As emissões de carbono com o consumo energético das casas são menos 72% do que em casas semelhantes construídas na mesma altura. A cidade tem uma eficiente rede de transportes e ciclovias e um clube do carro. Semanalmente é feita a entrega ao domicílio de frutas e legumes biológicos da região. Estas medidas, entre outras, permitiram criar uma comunidade verdadeiramente sustentável, que tem inspirado muitos outros projectos sustentáveis por todo o mundo.

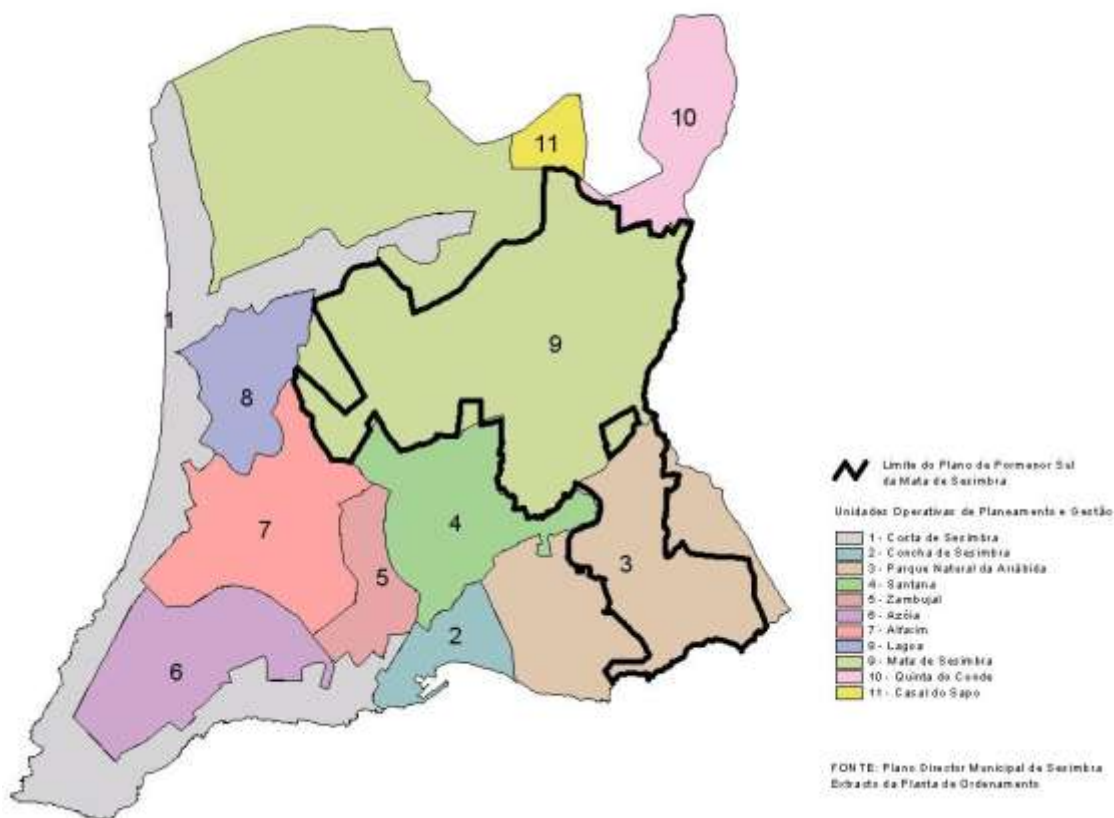
Capítulo V: Projecto da Mata de Sesimbra

5.1 Plano de Pormenor da Zona Sul: Mata de Sesimbra

O Plano de Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra (PPZSMS, com uma área total de 5.031,49ha), elaborado pela Pelicano, conforme deliberação da Câmara Municipal de Sesimbra de 17/12/2003, abrange duas unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG's): Mata de Sesimbra (com 3.742,23ha) e Parque Natural da Arrábida (com 1.284,85ha), e considera na sua envolvente a UOPG Costa de Sesimbra (com 4,41ha). Os principais objectivos de ocupação das UOPG apresentam-se como (Pelicano, 2007: 6):

- *Mata de Sesimbra – deverá manter o actual uso florestal, articulado com agricultura nos vales e alguns núcleos turísticos;*
- *Parque Natural da Arrábida – a parte incluída no Concelho de Sesimbra e que corresponde na sua maior parte a um espaço natural;*
- *Costa de Sesimbra – que inclui a Lagoa de Albufeira e que corresponde a um espaço natural a preservar.*

Figura 10: Modelo de Ordenamento vigente no PDM de Sesimbra: Identificação das UOPG



Os objectivos do Plano de Pormenor da área sul da Mata de Sesimbra, em consonância com as prioridades do Plano Director Municipal (PDM) prendem-se prioritariamente com os instrumentos de planeamento territorial, de forma a:

- a) *Considerar a Mata de Sesimbra como uma unidade de gestão ambiental integrada, em resposta a uma filosofia partilhada pela autarquia, pelos técnicos da área, e pelas principais organizações ambientalistas, promovendo uma minimização dos impactes ambientais decorrentes da natural ocupação humana;*
- b) *Garantir a manutenção e incremento dos valores naturais e paisagísticos, promovendo um planeamento da paisagem e aumentando de forma significativa a capacidade de absorção do CO₂;*
- c) *Promover as acções que conduzam à contínua recuperação, manutenção ou requalificação dos ecossistemas associados à Lagoa de Albufeira e suas margens, bem como às faixas litorais, minimizando, ao máximo, a ocupação das propriedades que confinam com esta área sensível.*

O Plano de Pormenor tem três áreas de usos turísticos: o Projecto de Vale da Fonte (62.091,63 m²); o Projecto PELICANO/ESPART, com 85% da capacidade construtiva (642.609,54 m²); e a área de expansão do Parque de Campismo (4.213,33 m² com 42 alvéolos).

O plano subjugar-se ao Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML), afectando deste modo:

- Esquema de modelo territorial – o concelho é Pólo de Valência Turística e Ambiental;
- Unidades Territoriais:
 - “Arrábida/Espichel/Mata de Sesimbra”: zona de lazer marcada pelos valores biológicos e paisagísticos, que se pretendem preservar e valorizar, com os adequados instrumentos territoriais de planeamento;
 - “Sesimbra/Santana/Lagoa da Albufeira”: um eixo urbano predominantemente vocacionado para o turismo, recreio e lazer, que se pretende consolidar, valorizando o seu potencial turístico e garantindo a preservação dos valores ecológicos, paisagísticos e patrimoniais;
- Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental – zona com um conjunto de valores ambientais muito significativos complementares dos valores dos eixos estuarinos do Tejo e Sado.

No Parque Natural da Arrábida, por sua vez, foram identificadas Áreas de Protecção parcial do tipo I e II, de protecção complementar do tipo I e áreas para a indústria extractiva³⁰.

³⁰ Áreas de Protecção parcial do tipo I: espaços com valores naturais e paisagísticos de significado e importância excepcional ou relevante para a conservação da natureza, bem como elevada ou moderada sensibilidade ecológica. Nestas áreas são permitidas utilizações do solo

5.1.1 Caracterização da área do PPZSMS

Estrutura sócio-económica e demográfica

De acordo com os censos de 2001 (INE, referido em Pelicano, 2007), a população residente na sub-região da Península de Setúbal representava 20.60% do total regional, dos quais 5.26% situava-se em Sesimbra. A população residente no concelho de Sesimbra é constituída maioritariamente por elementos de famílias clássicas (13.396 famílias clássicas e 19 famílias institucionais, em 2001). Quanto a faixas etárias o número de idosos (14.8%) é cerca de metade do de jovens (16.6% na faixa dos 0 aos 14; 13.3% na faixa dos 15 aos 24), enquanto a maioria da população é adulta (55.3% entre os 25 e os 64 anos). Quanto ao nível de ensino da população, em 2001, a maior percentagem encontrava-se no Ensino Básico (54.95%), uma percentagem relevante no Ensino Secundário (21.19%), alguma no Ensino Superior (9%) e a menor no Ensino Médio (0.6%) (os restantes 14,3% da população não teve ensino).

A Taxa de Actividade em Sesimbra, em 2001, era de 50.0% (superior à de 1991 [42.9%]), com um aumento ao nível do emprego das mulheres. Quanto à Taxa de Desemprego, atingia os 8.3%, o que traduz um aumento comparativamente a 1991 (6.9%), que afectou especificamente os homens.

Em relação ao número de sociedades sediadas em Sesimbra, prevalecem as sociedades sediadas no sector terciário (69.1%), seguidas do sector secundário (24,5%) e por último do sector primário (6,4%). Com predomínio das empresas de comércio por grosso e a retalho, de reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico (31.86%), de empresas de construção (24.68%) e de alojamento e restauração (10.94%). Existindo ainda algumas empresas de produção e distribuição de electricidade, gás e água (0.09%).

Relativamente ao Poder de Compra (indicador referente à qualidade de vida da população), Sesimbra apresentava um índice *per capita* (101.92; com percentagem de poder de compra de 0.3623%) inferior à sub-região (117,35) e à região a que pertence (147,86).

e dos recursos hídricos compatíveis com a preservação dos recursos naturais, designadamente a manutenção de habitats e de espécies da fauna e da flora. Áreas de Protecção parcial do tipo II: espaços que contêm valores naturais e paisagísticos relevantes, com moderada sensibilidade ecológica, e que desempenham funções de enquadramento das áreas de protecção total e das áreas de protecção parcial do tipo I, podendo ainda conter elementos estruturantes da paisagem. Nestas áreas são permitidas utilizações do solo e dos recursos hídricos compatíveis com a preservação dos recursos naturais, designadamente para fins agrícolas, florestais ou mistos, desde que constituam suporte dos valores naturais a proteger. Áreas de Protecção complementar do tipo I: espaços de enquadramento e de uso mais intensivo do solo, onde se pretende compatibilizar a intervenção humana e o desenvolvimento social e económico local com os valores naturais e paisagísticos e os objectivos de conservação da natureza. São áreas que podem exibir a presença de habitats ou de espécies da fauna e flora constantes dos anexos da Directiva n.º 92/43/CEE (directiva habitat), cuja ocorrência e viabilidade se encontra associada às actividades tradicionais nestas áreas, bem como os solos com aptidão para a vitivinicultura ou integrados na RAN ou na REN.

Património arqueológico

O levantamento toponímico, com base na Carta Militar de Portugal, demonstra que os vestígios arqueológicos da região são predominantemente do período do Paleolítico (milénio V a.C.), o que evidencia uma ocupação humana do território de milhares de anos³¹. Como ocorrências patrimoniais paleolíticas da Mata de Sesimbra temos o Tuberal, o Cabeço da Pedra, o Cabeço dos Cinco Pinheiros, a Mesquita, a Quinta do Perú e a Basteza da Mó. Com uma arquitectura significativa destacam-se ainda o jardim e a capela do Palácio de Palmela do Calhariz.

No âmbito do concelho, Sesimbra possui um património (histórico e cultural) classificado rico e diverso, como indica o quadro seguinte:

Quadro 13: Património Classificado do Concelho de Sesimbra (Pelicano, 2007)

Designação	Legislação
Castelo de Sesimbra	Monumento Nacional Decreto de 16/06/1910 D.G. n.º 136 de 3/6/1910 ZEP (Zonas Especiais de Preservação) – D.G. n.º 236 de 09/10/1945; D.G. n.º 223 de 23/09/1960
Capela do Espírito Santo dos Mareantes	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 129/77, D.R. n.º 226 de 29/09/1977
Pelourinho de Sesimbra	Imóvel de Interesse Público Decreto n.º 23 122, D.G. n.º 231 de 11/10/1933
Forte de Santiago	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 129/77, D.R. n.º 226 de 29/09/1977
Forte do Cavalo	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 95/78, D.R. n.º 210 de 12/09/1978
Monumento Megalítico da Roça do Casal do Meio (O único localizado na área da Mata de Sesimbra)	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 29/84, D.R. n.º 145 de 25/06/1984
Estação arqueológica da Lapa do Fumo	Imóvel de Interesse Público Decreto-Lei n.º 28/82, D.R. de 26/02/1982 ZEP – proposta uma linha de 50m de distância em relação à gruta
Conjunto da Igreja de Nossa Senhora do cabo Espichel, Casa dos Círios e Terreiro no cabo Espichel	Imóvel de Interesse Público Decreto n.º 37 728, D.G. n.º 4 de 05/01/1950 ZEP – D.G. n.º 280 2ª série de 29/11/1963
Capela da Misericórdia	Em vias de classificação
Edifício do Museu Municipal de Sesimbra	
Santuário de Nossa Senhora do cabo Espichel	

Caracterização hidrogeológica: recursos hídricos subterrâneos

A área em estudo insere-se no sistema aquífero designado por Margem Esquerda, que juntamente com o sistema aquífero da Margem Direita e o das Aluviões do Tejo, constituem a Bacia Terciária do Baixo Tejo, uma sub-unidade da bacia terminal do Tejo-Sado.

³¹ Sesimbra foi conquistada pelos portugueses em 1165, perdida posteriormente para os Almóadas, a sua conquista definitiva deu-se no período medieval (Pelicano, 2007).

A Bacia Terciária do Baixo Tejo integra o maior sistema aquífero nacional e os seus recursos hídricos subterrâneos são um importante factor de desenvolvimento, assegurando inúmeros abastecimentos urbanos, industriais e agrícolas. As suas águas são a principal e única fonte de abastecimento de água dos municípios a Sul do Tejo.

Os sectores mais produtivos correspondem à Ribeira da Apostiça e à região da Quinta do Conde e Casal do Sapo (com caudais da ordem dos 30 a 50l/s), enquanto o menos produtivo é o da região a Sul da Lagoa de Albufeira.

Relativamente ao uso agrícola, as águas apresentam um perigo de alcalinização do solo baixo e um perigo de salinização do solo baixo a médio (INAG, 2000, referido em Pelicano, 2007).

É de frisar a elevada vulnerabilidade à poluição deste sistema aquífero, por se tratar de um aquífero livre, com a sua recarga proveniente directamente das águas pluviais, que não se encontra impermeabilizada, o que possibilita o transporte de diversos tipos de agentes poluidores.

Tendo isto em conta, serão aplicadas práticas de manutenção e estratégias de protecção integradas que reduzam o risco de impactos negativos, como a ocorrência de doenças/pragas potencialmente oriundas dos campos de golfe a construir no empreendimento da Mata de Sesimbra. A fertilização dos campos será adequada ao tipo de área a fertilizar e de modo a evitar a sua não absorção e conseqüente contaminação dos fluxos de água. O sistema de drenagem superficial encaminhará as águas pluviais para fora dos relvados, para linhas de água naturais (temporárias), ou para caixas de dissipação. A água em excesso drenada dos *greens* será encaminhada para um local central, onde será monitorizada e tratada. Caso se justifique, posteriormente a água será encaminhada para o lago da rega onde será reciclada (processo de tratamento detalhado adiante).

O abastecimento de água ao empreendimento será feito através da rede pública. Os consumos previstos são de 3.750m³/dia (anual), e 5.625m³/dia para o mês de maior consumo.

Um estudo de Disponibilidades Hídricas na Mata de Sesimbra, levado a cabo pela Hidrogeo, Consultores de Hidrogeologia e Ambiente, Lda., onde se caracterizou os principais aspectos de hidrogeologia da Península de Setúbal, investigou a possibilidade de aumentar as extracções de forma a satisfazer os consumos previstos do novo empreendimento e avaliar a sustentabilidade da exploração do sistema aquífero e o seu impacto nas captações actuais.

Este estudo concluiu que o sistema aquífero onde a Mata de Sesimbra se insere apresenta de facto boas produtividades (caudais superiores a 20l/s, podendo mesmo ultrapassar os 50l/s). Pelo que o total previsto poderá ser satisfeito com a construção de quatro a seis captações, sendo aconselhável a distribuição de algumas delas no exterior da área em causa.

Em relação à sustentabilidade, prevê-se que as novas captações, com o caudal previsto, terão um impacto pouco significativo no funcionamento do sistema aquífero ou na qualidade da água (uma vez que as extracções actuais, para toda a Península de Setúbal, se situam abaixo dos recursos hídricos subterrâneos renováveis estimados).

Extracção de inertes

Existem bastantes explorações de actividade extractiva no concelho de Sesimbra, principalmente pedreiras de areia, argila e calcário. As areias representam cerca de 40% do abastecimento para a Construção Civil e Obras Públicas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e 10 a 15% da produção nacional. As explorações de argila abastecem 3 cerâmicas que produzem tijolo para a AML e parte do sul do país³².

Por englobar áreas de exploração, num conjunto de 27 (vinte e sete) propriedades, o Plano de Pormenor sugere uma nova filosofia de intervenção, dada a necessidade de “renaturalizar” os espaços florestais e agrícolas e diminuir os impactos paisagísticos e de circulação de tráfego pesado associados a estas actividades. Aposta-se assim numa postura de maior contenção das áreas de extracção de inertes no espaço e num prazo definitivo de encerramento no tempo.

Condicionantes à utilização do solo

De acordo com o Plano Director Municipal (PDM) e demais legislação em vigor, a área em estudo tem como principais limites à utilização do uso do solo a Reserva Ecológica Nacional (REN, com destaque para o Parque Natural da Arrábida) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN); as linhas de água existentes; as áreas de ocorrência de sobreiro (na

³² Muitas destas explorações, apesar de terem licenças de estabelecimento, extravasaram as áreas inicialmente licenciadas. Tendo sido autuadas e encerradas em 1999, reabriram após a realização de um Plano de Pormenor que permitisse realizar o ordenamento desta actividade, definindo zonas de exploração futura e metodologias de desmonte. Defende-se ainda a necessidade de criar uma zona de reserva para a exploração de areia e de argila na zona, que continue a assegurar o abastecimento da área metropolitana de Lisboa (Pelicano, 2007).

Herdade da Mesquita, Quinta de Vale Bom e da M6, Quinta do Peru e Quinta de St.º Ant6nio); as 6reas de protec76o das ETAR's; os corredores de protec76o 6s infra-estruturas vi6rias identificados no PDM; as 6reas relativas ao patrim6nio (na Quinta do Calhariz, Mesquita e Ferraria), as 6reas afectas 6 6ndustria extractiva e, ainda, os regimes de ca7a e o regime florestal.

Ocupa76o do solo

A 6rea do PPZSMS 6 um coberto vegetal composto maioritariamente por esp6cies de 6rvores como o pinheiro bravo (o mais abundante), o sobre, o pinheiro manso (mais interessante e apelativo para actividades de recreio) e o eucalipto. Actualmente, a monocultura de pinheiro bravo e eucalipto representa mais de 80% da 6rea florestal e existem 15 areiros diferentes na zona – alguns dos quais deixar6o de ser utilizados e outros ser6o encerrados a prazo e recuperados. A actividade agr6cola e pastoril, ainda existente em duas propriedades, tem como componente mais importante a pecu6ria.



Figura 11: Ocupa76o do solo em 2003 (Plano de Gest6o Ambiental da Mata de Sesimbra, em Pelicano, 2007)

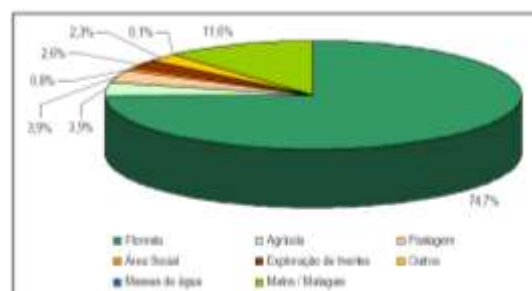


Figura 12: Padr6es de ocupa76o do solo em 2003 (Pelicano, 2007)

Quanto 6 a Mata de Sesimbra, a paisagem 6 dominada por florestas, matos e matagais, com algumas 6reas de agricultura de sequeiro (cereais para gr6o) e pastos (para comercializa76o de carne e explora76o de leite de gado bovino e ovino) – al6m da vinha, olival e culturas hort6colas intensivas, como a batata, horta e pomares, destinados ao com6rcio e auto consumo das fam6lias³³ –, bem como 6reas para a explora76o de inertes.

De acordo com a respectiva an6lise SWOT (do ingl6s *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), no quadro seguinte, destacam-se como pontos fortes da mata a

³³ A actividade agro-pastoril, al6m de relevante economicamente, 6 importante na manuten76o da diversidade biol6gica, diversidade paisag6stica, manuten76o de usos e tradi76es, etc. (Pelicano, 2007).

possibilidade de desenvolver economias de escala e o valor da cortiça, clima e ecossistemas locais, que se constituem como oportunidades a explorar e gerir numa lógica de preservação ambiental. Os seus principais pontos fracos, além de poucos recursos humanos qualificados (a nível operacional e de gestão) e da quase inexistente gestão florestal, prendem-se com a baixa biodiversidade, fraca produtividade das florestas e desaproveitamento de produtos – os quais se podem agravar com a ameaça de fogos e o nemátodo do pinheiro.

Quadro 14: Análise SWOT da Ocupação Florestal da Mata de Sesimbra (Pelicano, 2007)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização da cortiça; • Boa articulação das áreas de montado com os sistemas pecuários e com a cinegética; • A área das propriedades permite economias de escala; • Existência de unidades industriais locais/regionais para escoamento dos principais produtos florestais (madeira, cortiça e pinhão); • Relevância ambiental de alguns ecossistemas locais; • Características climáticas propícias às actividades florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca produtividade dos sistemas florestais; • Grande predominância de uma única espécie; • Diversidade paisagística pouco distribuída e/ou descaracterizada; • Escassez de mão-de-obra especializada; • Concentração da oferta de material lenhoso em determinados períodos do ano; • Condicionantes legais, relacionadas com a madeira do pinheiro, que implica um aumento nos custos de produção (eliminação de sobrantes de exploração); • Ausência de práticas de gestão efectiva e/ou adequadas; • Desaproveitamento dos subprodutos e/ou de produtos superiormente valorizados (lenhas/postes e varas, etc.); • Retorno do investimento a muito longo prazo; • Problemas fitossanitários ao nível do pinheiro bravo; • A percepção “pública” que a população local possui destes espaços florestais privados.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da componente ambiental e preservação dos ecossistemas; • Melhor exploração do sub-coberto e beneficiação florestal; • Gestão Florestal Sustentável/Certificação como meio de credibilidade junto do mercado consumidor; • Aumento da procura de produtos florestais enquanto tendência de mercado global; • Valorização de externalidades (ex. Mitigação do CO₂); • Possibilidade de introdução de outras espécies florestais através da conversão de parte da área de pinhal bravo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fogos florestais; • Nemátodo (conjunto de parasitas de plantas e animais) da madeira do pinheiro; • Dificuldade no escoamento de material lenhoso de resinosas; • Inexistência de gestão florestal face ao baixo nível de retorno ou desinteresse.

Foram também identificadas várias espécies importantes e de modo a restaurar o equilíbrio ecológico da zona, as medidas a seguir serão a vedação e a monitorização dos ninhos da águia de *bonelli* e a reflorestação de áreas degradadas com espécies autóctones (exemplo: plantação de uma floresta de pinheiros semi-natural com zimbrais na estrutura arbustiva; densificação das áreas de montado de sobro com medronheiros e outras espécies, e intervenção nas zonas húmidas de forma a aumentar a biodiversidade).

5.1.2 Ordenamento e zonamento do PPZSMS

Tendo em conta a caracterização da área em estudo, este plano pretende ordenar o território integrando um “empreendimento turístico que é o motor de uma grande intervenção” numa área de cerca de 5.031 hectares. Para o efeito reúnem-se os seguintes objectivos: conservação da natureza, floresta, construção sustentável e transportes *ecofriendly*.

De forma a garantir a alocação de estruturas, usos e actividades mais adequados a cada espaço e a libertação de espaço para os usos não urbanos, nomeadamente floresta e natureza, foi previamente executado um plano de gestão ambiental para a UOPG da Mata de Sesimbra. A visão global do território conseguida permitiu garantir mais-valias ambientais para toda a área de intervenção, ao equilibrar “o interesse específico de cada proprietário numa lógica global de ordenamento orientada pela vocação intrínseca do território” (Pelicano, 2007: 71):

“Este planeamento (...) permite a salvaguarda das áreas sensíveis, criando uma rede ecológica robusta que garanta as transferências biológicas em contínuo e, em simultâneo, potencia um ordenamento agro-florestal com promoção de sistemas de vegetação mais adequados o que permite a criação de uma paisagem mais adaptada ao local e a inserção dos espaços urbanos com grande qualidade no território”.

Procedeu-se igualmente à elaboração de um estudo para a criação de um sistema global de acessos e mobilidade para o concelho de Sesimbra, incluindo o transporte colectivo (TC). Este sistema engloba os acessos ao empreendimento, acessos à praia e aos pontos turísticos, e a circulação interna no empreendimento (descrito adiante).

O zonamento, e respectiva estruturação regulamentar, enquadrou-se nos parâmetros legislativos, nomeadamente: Planos de Ordenamento e Regulamentos das áreas naturais em vigor; condicionantes da RAN e da REN; e outros condicionantes dos Planos Regionais de Ordenamento do Território – designadamente PROTAML, conteúdos do relatório/diagnóstico PROFlorestal e POOC Sintra/Sado (que salvaguardam os valores naturais). Bem como, a regulamentação aplicável às áreas da Rede Natura 2000 (que define as condicionantes territoriais a aplicar aos sítios) e as Redes Nacional e Regional de Áreas Protegidas, pelo que “considerou-se este Plano de Pormenor, como o primeiro contributo para tal aplicação, quer ao nível do zonamento, quer na regulamentação das áreas não urbanas” (Pelicano, 2007: 74).

Foram definidas três zonas de planeamento integrado (ZPI), numa rede hierarquizada de corredores ecológicos (ver Anexo X) de acordo com a estratégia de

protecção ambiental almejada, ou seja, adaptando as áreas associadas aos principais cursos de água a corredores ecológicos e a campos de golfe e outros, numa lógica de uso compatível:

- áreas de conservação, coincidentes com o Plano Nacional da Água (PNA);
- áreas rurais, destinadas aos usos florestais e agrícolas;
- áreas de ocupação turística.

No Plano de Pormenor as ZPI agrupam-se em duas grandes áreas, para efeitos de classificação do solo, e organizam-se segundo as orientações estratégicas abaixo:

- **Áreas rurais** – áreas abrangidas pelas áreas de conservação e agro-florestais³⁴;
- **Áreas dos empreendimentos turísticos** – áreas de ocupação turística, equipamentos e infra-estruturas.

Quadro 15: Orientações estratégicas das áreas rurais (Pelicano, 2007)

<p>a) Conservar e melhorar os valores silvestres regionais englobados</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Protecção/Conservação das Áreas Nucleares (Áreas da Rede Natura 2000, da Rede Nacional de Áreas Protegidas e da Rede Regional de Áreas Protegidas) – Parque Natural da Arrábida; • Manutenção/melhoria do estado de conservação dos habitats naturais e das populações das espécies silvestres classificados que ocorrem actualmente na Mata ou que potencialmente ali se venham a (re)instalar; • “Renaturalização” da Mata por aproximação do coberto vegetal do território às estruturas climax potenciais; • Recuperação, reestruturação e requalificação da rede de corredores ecológicos da Mata.
<p>b) Valorizar os espaços, habitats e comunidades naturais e seminaturais da Mata, recorrendo a tais recursos como formas de identificação e qualificação das actividades económicas a desenvolver, acções essas suportadas pelo programa de execução e plano de financiamento.</p>	
<p>c) (Re) Nuclear as funções da Mata</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturas Nucleares de Conservação (áreas classificadas), a que se confere no global prioridade à conservação; • Rede de Corredores Ecológicos, a promover, desenvolver e conservar (proteger) em consonância com a respectiva hierarquia e com os valores e funções envolvidos; • Espaços rurais (florestais e agrícolas), categoria de espaço a atribuir às restantes áreas agro-florestais, incluindo áreas naturais e semi-naturais não englobadas nas Estruturas Nucleares e nos Corredores Ecológicos, onde se deverá promover a compatibilização da salvaguarda de actividades rurais tradicionais ou regionalmente relevantes com a conservação da natureza; • Estruturas Verdes Periurbanas localizadas na envolvência dos empreendimentos turísticos e englobadas directamente no detalhe e programa do Plano de Pormenor, concebidas de forma a dar continuidade estrutural às formações naturais e aos corredores atrás referidos.

Os empreendimentos projectados pretendem promover o desenvolvimento sustentável, ao nível urbanístico e na promoção do ambiente natural e humano, através da redução do consumo de energia e de água, da utilização dos recursos naturais de forma sustentável, da maximização do conforto térmico e acústico e duma promoção generalizada dos recursos locais (objectivos e estratégias descritos no capítulo Projecto Mata de Sesimbra).

³⁴ Áreas florestais e agrícolas são aquelas não afectas às Áreas Nucleares de Conservação e aos Corredores Ecológicos, com as classes de espaço florestais ou agrícolas. A ocupação destes espaços aponta para o uso dominante actual, a floresta, articulada com espaços agrícolas, onde é proibido o loteamento urbano e a construção, salvo para residência de proprietários, e para apoio a actividade agro-florestal e empreendimentos culturais, desportivos e científicos.

Os **empreendimentos turísticos**, à excepção do empreendimento da Quinta do Vale da Fonte (que inclui um hotel, moradias e apartamentos turísticos), localizar-se-ão nas propriedades da PELICANO/ESPART: a Quinta de Vale Bom e Mó e parte da Mesquita e do Cabeço da Pedra. Os 14 centros urbanos definidos materializar-se-ão em aldeamentos turísticos e hotéis, suportados por equipamentos de apoio geral, para uso dos turistas e da população das áreas envolventes. Estes equipamentos de uso geral são os seguintes:

- Equipamentos multifunções numa área destinada à oferta de comércio e animação, nomeadamente cinemas e espectáculos, onde se inclui um parque de estacionamento (a funcionar como parque dissuasor da área).
- Área desportiva, destinada a escolas de desporto e um *club house*;
- Clínica médica;
- Igreja;
- Centro de actividades ao ar livre, com o Centro de Interpretação Ambiental e a Estação de Interpretação Arqueológica;
- Quatro áreas de equipamento camarário para albergar equipamentos colectivos.

Os empreendimentos turísticos programados são os seguintes:

- Três estabelecimentos hoteleiros (hotéis e aparthotéis, cada um com máximo de 200 quartos e, no mínimo, de 4 estrelas);
- Dez aldeamentos turísticos (com diversos valores máximos de unidades de alojamento e classificação, no mínimo, de 4 estrelas também).

Diversas actividades de animação incluem-se ainda nos empreendimentos turísticos, como o ténis; o golfe (em 3 campos), estruturado em escola, prática e *championship golf course*; circuitos de manutenção; piscinas; animação infantil e actividades ligadas à natureza e educação ambiental (circuitos pedonais e de bicicleta e extensas zonas de estar associadas à mata).

A área dos empreendimentos baseia-se num conceito de cidade turística ciclável, com a promoção de uma **mobilidade não motorizada** – um dos principais vectores de qualidade do projecto (em oposição às organizações urbanas tradicionais que dependem demasiado das vias de deslocação automóvel) – possível pela acessibilidade directa aos serviços turísticos básicos, num sistema de proximidade³⁵. A estrutura urbana é suportada por uma estrutura verde, que delimita os principais espaços naturais e valores patrimoniais

³⁵ A ligação do empreendimento à praia (do Meco) será também possível por uma ciclovía (Pelicano, 2007).

a proteger (com vista à manutenção do equilíbrio biológico) e fomenta a fusão de usos urbanos com paisagem, estabelecendo uma ligação à paisagem envolvente que permite uma continuidade de imagem de “floresta” (ver Anexo XI).

Em números, a área destinada aos diferentes espaços é indicada no quadro seguinte:

Quadro 16: Solo destinado a acessos, estacionamento e edificações (m²) (Pelicano, 2007: 109)

Nº Parcela Pn	Uso	Solo para acessos, estacionamento e edificação*	Solos para grandes equipamentos
1	Aldeamento Turístico	267.877,58	
2	Estabelecimento Hoteleiro	36.098,30	
3	Aldeamento Turístico	261.102,33	
4	Golfe		368.165,68
5	Aldeamento Turístico Mesquita	89.009,22	
6	Aldeamento Turístico	211.012,38	
7	Equipamento Multifunções	36.957,77	
8	Estabelecimento Hoteleiro	14.295,94	
9	Espaço Religioso		9.889,41
10	Clínica Médica		6.520,77
11	Desporto		69.651,37
12	Aldeamento Turístico	136.113,71	
13	Aldeamento Turístico	578.616,98	
14	Golfe		1.258.355,49
15	Estabelecimento Hoteleiro	25.658,38	
16	Aldeamento Turístico	172.792,12	
17	Aldeamento Turístico	404.466,36	
18	Aldeamento Turístico	565.361,71	
19	Golfe		415.202,73
20	Aldeamento Turístico	174.119,42	
21	Vale da Fonte – Conjunto Turístico	520.315,58	304.041,43
22	Parque de Campismo	5.000,00	
Total		3.498.797,78	2.431.826,45

* exclui as áreas para equipamentos de utilização turística

área da UOPG Mata Sesimbra Sul	37.422.300,00
área de implantação para edificação máximo (10%)	3.742.230,00

Além destes espaços, reserva-se ainda uma área de construção em solo rural para habitação própria (35.615,75 m²) com valor para o turismo (703.094,25 m²).

Em relação a **infra-estruturas**, na área da PELICANO/ESPART, estas foram desenhadas de acordo com as seguintes orientações:

- Infra-estruturas Viárias – três níveis: de ligação aos núcleos centrais de comércio e serviços de cada parcela, de ligação às zonas de apartamentos e de ligação a moradias; o usufruto da rede viária por parte dos peões faz-se por passeios e bolsas de estacionamento, nos quais os alinhamentos arbóreos garantem uma protecção visual e sonora face ao ruído das vias de circulação automóvel; o estacionamento na sua

maioria será de utilização comum e dimensionado de forma a responder às necessidades locais, sem invadir os espaços pedonais; os atravessamentos das linhas REN, por estruturas do tipo aligeirado, serão executadas de modo a que nunca interfiram com a secção das linhas de água.

- Rede de Abastecimento de Água, Rede de Rega e Rede de Drenagem Pluvial – a captação e tratamento de água para a Rede de Abastecimento é feita a partir do sistema Municipal (da Apostiça, a norte da propriedade), com os necessários reforços de captação e tratamento (a partir dos locais definidos no Traçado do Sistema Base para Abastecimento de Água à Mata de Sesimbra, elaborado pelo Departamento do Ambiente e Água, da Câmara Municipal de Sesimbra); o serviço de combate a incêndio deverá ser assegurado pela rede pública de abastecimento a construir, sendo a zona de intervenção da propriedade classificada como uma zona de risco de grau 2 (grau de risco moderado); as águas para Rega serão adquiridas a partir da reutilização de águas convenientemente tratadas provenientes de ETAR's, aproveitamento de água das chuvas (recolhidas nas coberturas dos edifícios e zonas pavimentadas em geral), as quais são encaminhadas para um sistema de lagos de armazenamento, e em última instância, a partir de captações próprias no aquífero superficial.
- Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas – funcionará como um sistema único que transporta os efluentes até à ETAR.
- Tratamento de Águas Residuais – através de um Sistema de Lamas Activadas com Arejamento Prolongado, um processo biológico de tratamento eficaz, com um sistema de controlo relativamente simples: a água depois do pré-tratamento e sem decantação primária prévia, entra no reactor biológico onde a actividade microbiológica provoca a degradação da matéria orgânica. Para além disso, pode eliminar-se nutrientes, ou seja, azoto e fósforo. A mistura flui do reactor até ao decantador secundário onde a água clarificada sairá pela parte superficial e as lamas sedimentarão no fundo. A recirculação de lamas secundárias é necessária para manter um índice de biomassa no reactor.
- Rede de Distribuição de Gás Combustível Canalizado – segundo uma estrutura de rede constituída por um eixo principal que ligará os três núcleos da urbanização (a partir deste eixo principal sairão eixos secundários responsáveis pelo abastecimento, através de antenas, a cada uma das instalações de consumo).
- Instalações Eléctricas – o complexo turístico no seu interior, será servido por uma Rede em Média Tensão que alimentará diversos Postos de Transformação de carácter Público (PTD), que serão alimentados a partir da Rede da EDP Distribuição, com um

sistema de telecontagem³⁶. Ainda em estudo encontra-se o destino do consumo eléctrico para a totalidade ou parte das instalações eléctricas para iluminação, tomadas e aquecimento/arrefecimento, podendo os equipamentos de cozinha (fogão e aquecimento de águas) recorrer a gás.

- Telecomunicações e Redes Estruturadas – instalação convencional a nível do subsolo (obrigatória) e uma rede estruturada complementar (com integração de voz e dados por um subsistema de distribuição horizontal), que requer um tempo de instalação menor e permite beneficiar das mais avançadas e modernas tecnologias de comunicação.

No que toca a gestão de resíduos sólidos urbanos na área interna do plano de pormenor, o programa de certificação ambiental *One Planet Living* condiciona fortemente o tipo de gestão de resíduos a realizar: haverá sempre uma separação, na fonte, entre secos e molhados com a matéria orgânica a separar e a gerir directamente (com negociação da sua entrega à unidade de compostagem de Setúbal ou com outra solução local a estudar); as embalagens serão recolhidas, casa a casa ou em ecopontos, de acordo com a tipologia das unidades de alojamento e dos equipamentos e com a avaliação dos seus custos; a gestão dos indiferenciados será feita com transporte directo ao aterro da Amarsul; e a gestão do material a entregar à Sociedade Ponto Verde, e a outros sistemas similares, será feita localmente, com uma concentração do material reciclável seco para posterior recolha em quantidade pelo sistema.

Em relação ao sistema de transportes colectivos, onde recai muita atenção no contexto de desenvolvimento integrado e sustentável, o concelho de Sesimbra debate-se com um problema. Actualmente, a capacidade instalada possui grandes estrangulamentos que poderão pontualmente ser contornados com as intervenções previstas pelo Instituto de Estradas de Portugal, mas que não são suficientes para alterar o nível de serviço. Com a construção dos novos empreendimentos este problema vai agravar-se se o transporte individual (TI) se mantiver como prioritário ao colectivo.

A questão não se reduz à mobilidade viária, devendo ser encarada como uma questão de mobilidade global. Se ao invés de focarmos a mobilidade, passarmos o foco para a acessibilidade, o que se procura garantir é a possibilidade de qualquer indivíduo,

³⁶ O sistema de telecontagem constitui o suporte de base para a recolha e o processamento de dados associados aos fluxos de energia. É composto por um conjunto de equipamentos locais que efectuem a medição da energia transaccionada e que garantem a leitura remota dos respectivos valores em períodos de integração determinados (Pelicano, 2007).

dentro do concelho, poder deslocar-se a qualquer lugar, através de um modo de transporte com um nível de qualidade de serviço superior.

Para o efeito, o empreendimento Pelicano da Mata de Sesimbra apresenta uma **proposta** que pretende solucionar o problema de **mobilidade**. Sustentada por um conjunto de políticas, testadas internacionalmente, de promoção da acessibilidade e de diminuição da mobilidade pelo transporte individual, esta proposta, apresentada no quadro abaixo, promove a interiorização dos custos externos do automóvel, a diminuição dos impactos ambientais e o aumento da capacidade de carga. As vantagens ambientais advêm de um uso mais eficiente de diferentes modos de transporte e redução da poluição, com melhoria da qualidade do ar e diminuição do ruído, e um dimensionamento adequado das vias e tráfego, que reduzem o stress viário.

Quadro 17: Uma solução integrada de mobilidade do projecto Mata de Sesimbra (Pelicano, 2007)

Pressupostos	Configuração
<ul style="list-style-type: none"> • Possuir uma clara política de diminuição dos impactos nos pontos de destino (<i>end points</i>) que aumente o desejo pelo local, multiplicando a capacidade de gerar riqueza da actividade económica local. • Possuir um aumento da acessibilidade global, não só através da melhoria das infra-estruturas, mas de um aumento da oferta de TC de qualidade penalizando o TI. • Melhorar os eixos e os cruzamentos existentes, dando prioridade clara aos TC na máxima extensão possível. • Aumentar a velocidade média e o conforto dos TC, possuindo vias dedicadas na maior extensão possível, sem restrições mesmo nos eixos de distribuição. • Aumentar o tempo médio de permanência nos locais de interesse final o que potencia a riqueza gerada pelos visitantes e turistas. • Não abrir novas frentes rodoviárias com impacto negativo, em termos ambientais, em zonas sensíveis. • Reconhecer que a capacidade dos <i>end points</i> para TI (particularmente da Vila de Sesimbra) já está excedida nos picos da procura actual. • Reconhecer que o turismo e as visitas nesses locais não se limitará à procura gerada pelos empreendimentos, i.e., o chamado turismo do dia vai continuar a crescer. • Privilegiar a utilização pedonal e ciclável do espaço público nos locais de maior atractividade e vivência social, organizando uma hierarquia clara na utilização do espaço. • A política de transportes do projecto da Mata de Sesimbra será vocacionada para uma clara intervenção que possibilite uma drástica diminuição do TI dentro do empreendimento. A consistência dessa política com a seguida a nível local e regional é a única via para obter os objectivos ambientais de excelência propostos, aumentando a apetência do empreendimento e dos locais de destino de usufruto turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade da EN378, construção da circular de Sesimbra e da Lagoa de Albufeira como proposto. • Construção de vias dedicadas para Bus a partir do nó da Carrasqueira (EN378, Circulares de Sesimbra e da Lagoa de Albufeira) até à praia e a Sesimbra. • No acesso à vila de Sesimbra na sequência da variante de Sesimbra o corredor Bus, dadas as restrições físicas, poderá ser uma Via de Uso Exclusivo Temporário para TC. • Criação de uma via exclusiva de TC de acesso à praia do Meco – norte. • Criação de um sistema de estacionamento com rebatimentos programados que induza o comportamento correcto dos visitantes através de uma política de preços muito consistente (que deverá ser objecto de um estudo económico e de análise da elasticidade do comportamento). • Introdução de um sistema de informação “on-line” – através de painéis – que informe o estado de ocupação dos parques (i.e., quando o automobilista se encontra no Marco do Grilo saberá o estado – não apenas “livre” ou “completo” – de preenchimento dos outros parques).

“Os comportamentos de viagem são naturalmente apreendidos. As pessoas têm tendência para desenvolver padrões de comportamento em resposta a necessidades ou estímulos específicos; contudo, uma vez criados, esses padrões são frequentemente difíceis de mudar e podem persistir mesmo após a alteração ou desaparecimento das condições sob as quais se desenvolveram” (OCDE, 1997 em Pelicano, 2007: 145). *“Daí que a intervenção na Mata de Sesimbra, e o seu **sistema de acessibilidades**, deverá*

*constituir uma oportunidade para **introduzir em Portugal uma fundamental mudança** que tem vindo a ser consubstanciada em muitos locais do mundo” (Pelicano, 2007: 145).*

Críticas ao Plano de Pormenor

O Plano de Pormenor inicial (2003) foi revisto (tendo sido aprovado em Fevereiro de 2008) e sofreu uma redução do número de camas inicialmente previsto e da área de implantação, uma vez que a carga turística apresentava-se um pouco excessiva, contudo algumas críticas ainda subsistem.

A Liga para a Protecção da Natureza (LPN), a Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza e o Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) concordam com os princípios gerais e medidas ambientais inerentes à implementação do Empreendimento Turístico da Mata de Sesimbra: Plano de Gestão Ambiental, princípios OPL, etc.. No entanto, aquando da discussão pública do projecto em 2006, chamaram a atenção para a ausência de garantias de aplicação destes princípios e do PGA, alegando que não acompanham as diferentes fases de implementação do empreendimento e as acessibilidades previstas dependem da aprovação concreta, com financiamento e programação garantidos, tal como o PGA carece de confirmação de muitos dos financiamentos, dependentes de verbas comunitárias. Razões pelas quais questionam a viabilidade do empreendimento (GEOTA, 2009), esquecendo que a maioria do financiamento deriva de investimentos privados.

Foram ainda levantadas questões quanto ao método de cálculo do índice de construção (de acordo com o sistema de transmissão de direitos das propriedades, no modelo de organização do espaço urbano) que permite ainda, supostamente, uma carga turística excessiva e a alternativa legislativa ao PDM em vigor, que alegadamente inverte a hierarquia de planeamento. Questões que se mostram, contudo, infundadas quando correctamente avaliadas a justificação e análise dos mesmos, patentes no Requerimento PIN (Potencial Interesse Nacional) do projecto.

5.2 Projecto Mata de Sesimbra

O Projecto da Mata de Sesimbra é o primeiro projecto integrado de construção, ecoturismo sustentável e conservação da natureza a nível nacional, levado a cabo pela imobiliária Pelicano em parceria com a ONG *World Wildlife Fund* e a *BioRegional* – à semelhança do bem sucedido Projecto BedZED no Reino Unido.

Um investimento de 1 bilião de euros, cujo processo de reflorestação está em curso, apesar de só ter obtido a sua aprovação final há pouco tempo. O projecto pretende alcançar as metas de carbono e lixo zero, e conseguir 50% de abastecimento alimentar localmente (BioRegional, s/data), com a criação de uma comunidade sustentável (que viva dentro das capacidades do planeta), recorrendo a sistemas e processos de gestão inovadores e ao desenvolvimento de novas tecnologias. Deste modo, procura responder ao desafio que se coloca a Portugal de alcançar os níveis médios de conforto e de qualidade de vida da União Europeia, mas reduzindo a sua pegada ecológica.

Quadro 18: Apresentação do Projecto da Mata de Sesimbra

Localização	<ul style="list-style-type: none"> • Sesimbra • 30 minutos de Lisboa • 15 minutos das praias
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> • Área Total do Projecto: 5200 ha • Área de Paisagem Florestal Recuperada e Conservação de Fauna e Flora: 4800 ha (o maior projecto de restauro florestal na Europa) • Área do Resort: 400 ha (com cerca de 5.000 unidades)
Objectivos-chave	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura de Qualidade • Conservação da Natureza em áreas degradadas ou ameaçadas • Revitalização da agricultura e floresta local
Reduzir o impacto em áreas essenciais	<ul style="list-style-type: none"> • Energia • Água • Resíduos • Transporte
Plano Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> • Substituir a actual aprovação de 12 projectos para a área pela concentração por um só projecto integrado • Desenvolver um modelo de turismo sustentável para o Mediterrâneo
Aspectos Sociais e Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover estilos de vida sustentáveis • Criar postos de trabalho locais • Utilização de produtos e serviços locais • Desenvolver negócios e actividades económicas compatíveis

Fonte: Pelicano (s/data), Resorts: *Mata de Sesimbra*, disponível em <http://www.pelicano.pt/mapa/>

Além da proximidade à capital e da forte relação com o mar do concelho de Sesimbra, é de destacar o património histórico e cultural e a mancha florestal do mesmo, que constituem importantes mais-valias para o projecto.

O Plano de Gestão Ambiental, de acordo com uma **estratégia para a conservação**, tem então como linhas orientadoras (OPL, 2009: 1):

- *Preservar/restaurar os corredores ecológicos;*
- *Ser um modelo inovador de um correcto planeamento e de conservação;*

A estratégia do Projecto resume-se em 10 pontos citados abaixo (OPL, 2009: 1), com metas definidas para os alcançar (quadro seguinte):

1. Assegurar e recuperar os corredores ecológicos (incluindo outras eco-regiões vizinhas);
2. Criar um fundo de preservação de áreas naturais importantes (quer sejam dentro ou fora das áreas protegidas);
3. Manter e recuperar espécies importantes de florestas, áreas húmidas e vegetação junto de galerias nidícolas;
4. Dar prioridade a espécies locais importantes/negligenciadas;
5. Substituição substancial em áreas de plantações de floresta exótica/não-natural;
6. Recuperar a utilização tradicional do solo e dos seus produtos (exemplo: agro-silva-pastorícia extensiva);
7. Controlo do tráfego/fluxo de pessoas;
8. Vedar o acesso de pessoas a zonas ecológicas sensíveis/habitats naturais (exemplo: zonas de ninho da águia de *bonelli*);
9. Utilização de uma taxa verde de modo a garantir o financiamento de medidas eficientes de conservação;
10. Desenvolver modelos de turismo sustentável.

A comunidade *One Planet Living* da Mata de Sesimbra terá, como todas as comunidades OPL, um centro de formação e treino sobre os princípios OPL, para profissionais da indústria e público em geral (escolas, autarquia e outras partes interessadas), promovendo estágios e acções de divulgação. Uma vez que não basta existirem os equipamentos, há que convencer e/ou ensinar os utentes a utilizá-los, a componente comportamental é de extrema importância. Disponibilizará ainda produtos e serviços que facilitam um estilo de vida sustentável.



Figura 13: Protótipo de uma casa da Mata de Sesimbra
(Fonte: <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet-initiative/one-planet-communities/mata-de-sesimbra/>)

Quadro 19: Metas do Projecto Mata de Sesimbra (Adaptado de OPL, 2009 e Pelicano, 2007)

Princípio OPL	Medidas
Carbono zero/Energia eficiente e renovável	<p>Zero gCO₂/kWh de emissões para a atmosfera:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução em 40% de energia eléctrica através da instalação de aplicações de classe energética A e design de construção de modo a maximizar a luz solar; • Redução em 60% de água aquecida através do uso de torneiras de caudal reduzido, utilização de aquecimento solar, etc; • Redução em 95% de equipamentos de arrefecimento/aquecimento através de energia solar, isolamento térmico e fachadas viradas a sul com soluções de sombreamento. <p>Atingir os 100% de Energia “Verde” por Energia consumida (objectivo final ao fim de 15 anos): produção de energia renovável, não fóssil, através, por exemplo, da inclusão de placas foto voltaicas (painéis solares térmicos) na arquitectura, design bioclimático, utilização de biomassa para produção de energia.</p>
Lixo zero	<p>Envio para aterro de 5% dos resíduos produzidos; Reduzir em 5% a média nacional de ocupação do solo. Reduzir a produção de resíduos em 25% face aos valores nacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Através da eliminação e da reutilização de produtos alimentares embalados, promovendo a utilização de embalagens reutilizáveis e reduzindo a utilização de produtos descartáveis; • Assegurar que um mínimo de 25% de lixo é reciclado; • Compostagem em mais de 90% de lixo orgânico.
Transporte sustentável	<p>Atingir uma redução de 70% na quantidade anual de CO₂ emitido no transporte de turistas dentro do projecto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o uso de automóvel em áreas urbanizadas através de alternativas como percursos pedonais e ciclo-vias; • Criação de rede de transportes colectivo e vias rodoviárias dedicadas; • Aumentar o número médio de passageiros por carro para 3 pessoas por veículo através de um sistema de partilha de carro.
Utilização de materiais sustentáveis	<p>Menos 50% do CO₂ incorporado na produção, transporte e uso, por comparação com outros equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de mais de 50% de materiais recicláveis, como por exemplo o betão; • Eliminação de mais de 90% de materiais tóxicos em comparação com casas comuns; • Redução de mais 30% de CO₂ incorporado na construção, transporte e materiais utilizados.
Utilização de recursos locais	<p>50% de Consumo de bens alimentares locais/regionais/nacionais (por massa e percentagem):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais de 50% dos produtos alimentares consumidos no empreendimento serão oriundos de um raio de 50km, sendo para tal desenvolvida uma rede de produtos e de fornecedores de serviços locais³⁷; • Mais de 15% dos principais serviços serão preferencialmente fornecidos por fornecedores locais, e prestarão apoio àqueles que não estarão disponíveis; <p>Criação de emprego na ordem de 11.000 pessoas³⁸ (2.790 em emprego directo e 8.370 em indirecto e induzido), oriundas preferencialmente da região, de forma a reduzir o desemprego e desenvolver em paralelo programas de formação profissional³⁹.</p>
Conservação da água	<p>Redução em 25% do consumo de água através da utilização da reciclagem de águas cinzentas, autoclismos e torneiras eficientes, e captação de águas fluviais; Redução em 35% do consumo de água face aos valores nacionais, para fins de rega; Redução de forma significativa dos consumos de água nos equipamentos desportivos e de lazer.</p>
Conservação da fauna e flora	<p>Aumento da re-naturalização da área global (85%) e da riqueza específica das áreas seleccionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Converter a floresta de monocultura degradada, composta por eucaliptos e pinheiro bravo, em florestas autóctones; • Investimento de 20 milhões de euros numa estratégia de conservação da natureza local; • Criação de corredores de habitats locais e ligação com corredores regionais, conservação e aumento de zonas húmidas sensíveis; • Conservar e melhorar o estatuto de conservação das espécies vulneráveis alvo, tais como a águia de <i>bonelli</i> e regeneração de bolsas de biodiversidade, exemplo: montados de sobro e sobreiros com matagal mediterrânico e proteger habitats importantes (exemplo: áreas de nidificação de aves de rapina).
Preservação e promoção do Património Natural e Cultural	<p>Aumento da actividade económica ligada às actividades tradicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia de preservação e promoção do património local e produtos (exemplo: artesanato), valorizando e promovendo valores naturais, culturais e históricos – onde se incluem programas de formação, educação ambiental e outras oportunidades de publicitação da filosofia e dos princípios do projecto.

³⁷ A redução da distância entre o fornecedor de serviços ou recursos e o destino final, além de reduzir custos, tem a vantagem de reduzir a poluição associada ao transporte (Pelicano, 2007).

³⁸ Para a capacidade de alojamento prevista, serão necessários cerca de 2.790 postos de trabalho (exclui-se os empregos gerados pelos equipamentos e zonas comerciais difíceis de estimar por enquanto). Considerando um efeito multiplicador de 2 para emprego indirecto e de 3 para o induzido + indirecto (calculados de acordo com a Conta-Satélite do Turismo em Portugal) o empreendimento criará 8.370 empregos indirectos e induzidos (Pelicano, 2008).

³⁹ Para a criação de estruturas de formação e qualificação profissional estão previstas parcerias com entidades oficiais, como o IEFEP, organismos do Ministério da Agricultura e diversos organismos do ensino superior (Instituto Superior Técnico, Universidade de Évora, Universidade Clássica de Lisboa e Universidade de Aveiro) (Pelicano, 2008).

Qualidade de vida	Incrementar continuamente os níveis de satisfação dos utilizadores: <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de indicadores de qualidade ambiental; • Garantia de equipamentos desportivos e culturais e espaços verdes públicos; • Alcançar valores positivos de comunidade e redução de níveis de stress através de programas de comunicação e participação.
-------------------	---

Objectivos e medidas mais específicas do projecto estão ainda a ser desenvolvidos no Plano de Acção de Sustentabilidade (PAS ou SAP, em inglês *Sustainability Action Plan*). Documento este que constitui a peça fundamental da relação de trabalho entre a WWF/BioRegional e a Pelicano. “Ou seja, define planos, medidas, objectivos e alvos necessários para que o projecto da Mata de Sesimbra possa ser considerado como um Projecto Pioneiro na campanha OPL” (Pelicano, 2004: 4), através de um sistema de gestão e recolha de informação continuada (ver Anexo XII).

Além destes objectivos, é importante fazer um **balanço económico** do projecto. O qual representa um investimento global de 1.138.076 milhares de euros, que gera cerca de 218.000 milhares de euros em receitas fiscais (IVA), e as seguintes receitas de alojamento, restauração, e uso de equipamentos desportivos (não se contempla ainda as receitas da gestão e manutenção de infra-estruturas), com base em contas de exploração turísticas deste tipo de investimentos da Associação Hotéis de Portugal (AHP), e pressupondo um gasto médio por turista de 119€/dia e uma taxa média de ocupação de 34,6%:

Quadro 20: Receitas previstas na fase de desenvolvimento do empreendimento

		Receitas/Custos Anuais (€)
Alojamento + Restauração	100%	456.067.500
Pessoal	-19%	- 86.424.791
Serviços Externos	-7%	- 33.292.928
Outros	-34%	- 153.922.781
Margem Bruta	40%	136.455.396
Impostos – IRC		47.759.389
Impostos – IVA		95.774.175

Fonte: Pelicano (2008), *Requerimento PIN*, Pelicano, Lisboa, pp. 16.

De acordo com os equipamentos, actividades e alojamento pensados, os **produtos turísticos** oferecidos são o ecoturismo/turismo de natureza e turismo desportivo (com as actividades desportivas, centros de estágio e de treino) com destaque para o golfe. Aos quais se aliam a variedade de oferta a nível do alojamento, que só por si constitui uma possibilidade de explorar o turismo residencial, e as componentes cultural e ambiental únicas da região.

O **mercado-alvo** engloba assim diferentes segmentos de turistas, que no geral são ambientalmente conscientes, pretendem usufruir da natureza e cultura regional, bem como

das actividades físicas/lúdicas, num clima mediterrânico, e ainda os que desejem ter uma residência num destino com estas características.

Em traços largos, podemos distinguir os principais segmentos: o típico ecoturista tende a ser de um país desenvolvido, com rendimentos e níveis de educação acima da média, com mais idade que o turista médio (acima dos 34 anos) e disposição para um gasto-médio maior que o turista médio, procura experiência directa com o ambiente natural, educação e apreciação, e possui alta dimensão cognitiva e afectiva (Weaver, 2001); o turista sénior, com muita disponibilidade de tempo, viaja fora da época alta e procura um ambiente calmo e acolhedor com um clima ameno; o turista golfista maioritariamente masculino, profissional qualificado, com idade entre os 45 e os 60 anos, com um bom poder de compra e exigente, faz as suas férias na época baixa (nos meses melhores para a prática do golfe: Fevereiro, Março, Setembro e Outubro), com uma estada média de 5 a 6 noites em hotéis e aldeamentos turísticos de quatro e cinco estrelas. Pode-se ainda enumerar o turista desportivo e cultural, se bem que se enquadram ou complementam de certo modo os apresentados anteriormente.

De acordo com um estudo (“Projecto MotivTur” da Universidade Lusófona e CISE – Centro de Investigações Sociais e Empresariais, em Pelicano, 2008: 19) e estatísticas nacionais (TP, 2010) de caracterização do turista que procura Portugal como destino para as suas férias, este valoriza o clima, a hospitalidade e cordialidade portuguesas, a imagem positiva do país (segurança, paz social) e a relação qualidade/preço. A nível de motivos para viajar até ao nosso país contam-se a “educação e cultura”, “relaxamento e recreio”, “aventura e novidade” e “reencontro com a natureza”. No que concerne os atractivos nacionais distinguem-se o “sol e mar”, a “imagem Portugal”, o “turismo no espaço rural” e o “turismo cultural”. Quanto aos principais países emissores turísticos, Portugal depende bastante da Espanha (representa mais de 46% do total de turistas), do Reino Unido (16%), da França (7,2%), da Alemanha (7,2%) e da Holanda (4,1%).

Tendo tudo isto em conta e a segmentação da clientela prevista, os mercados mais propícios ao projecto da Mata de Sesimbra são o mercado inglês, francês, alemão e holandês, visto que o mercado espanhol não se enquadra tanto no perfil de turista pretendido (DGT, 2003 em Pelicano, 2008).

5.2.1 *Benchmarking* sustentável

A **auto-suficiência e sustentabilidade** do projecto – a nível construtivo, na previsão de soluções técnicas e logística na correcta gestão de resíduos e a introdução de mecanismos de selecção preferencial de produtores e fornecedores de bens e serviços acreditados – inspirará de certo outras actividades e empresas, em especial as pequenas e médias empresas, a perseguir práticas sustentáveis, em actividades de concepção, design e certificação de sistemas de qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social. O que se traduz na **valorização da cadeia de fornecimentos** e numa **mudança positiva no perfil sócio-económico da região**. Esta característica poderá potenciar o aparecimento de **novos canais de produção e distribuição e processos de internacionalização** de fornecedores e clientes. O que representa um desafio ao próprio projecto: conjugar a internacionalização da oferta turística com a utilização de recursos endógenos, de modo a promover a centralidade da produção/comercialização de bens e serviços da Mata de Sesimbra. O que passa por medidas como (Pelicano, 2008: 11):

- *Avaliar as aptidões dos agentes locais para aderirem a um projecto desta natureza;*
- *Verificar qual a consistência do abastecimento e qualidade de todos estes operadores;*
- *Acautelar um correcto binómio preço/qualidade;*
- *Fomentar a produção junto de agricultores locais promovendo-se, inclusivamente, práticas culturais que não agridam o meio ambiente (agricultura biológica);*
- *Elucidar os diversos agentes económicos acerca dos objectivos pretendidos com a realização deste projecto;*
- *Promover acções de formação destinadas aos diversos operadores que venham a revelar interesse em melhorar as suas práticas ao nível da produção e operação neste empreendimento.*

No que concerne o desenvolvimento sustentável a nível de **normas**, visto que não existe uma norma que englobe todas as áreas inerentes ao projecto, as referências são várias: ISO 9001: 2000 (Sistemas de Gestão de Qualidade), Regulamento EMAS, ISO 14001: 2004 (Sistemas de Gestão Ambiental), OSHAS 18001: 1999 (Sistemas de Gestão da Segurança e da Saúde Ocupacional, em inglês *Occupational Safety and Health Administration*), SA 8000 (relativa à Responsabilidade Social), normas de Certificação Alimentar – ISO 2200: 2005, Regulamento EurepGAP (conjunto de normas técnicas e compromissos de boas práticas agrícolas), Sistema HACCP (de segurança alimentar – Análise de Perigo e os Pontos Críticos de Controlo, em inglês *Hazard Analysis Critical Control Point*) e outros sistemas de certificação reconhecidos e devidamente acreditados (agricultura de protecção integrada, biológica, produtos DOP (com Denominação de Origem Protegida), DOC (Denominação de Origem Controlada), IGP (Indicação Geográfica Protegida)).

Capítulo VI: Avaliação do Projecto

De modo a justificar o Projecto da Mata de Sesimbra como um projecto de Potencial Interesse Nacional (PIN)⁴⁰, foi elaborado um requerimento (de acordo com o Art. 1.º do Regulamento do Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento dos projectos PIN, anexo ao Decreto-Lei n.º 174/2008, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 76/2011, de 20 de Junho e dos elementos instrutórios referidos no Despacho n.º 30850/2008, de 28 de Novembro) e o respectivo Estudo Ambiental⁴¹ e Plano de Gestão Ambiental.

O projecto PELICANO/ESPART na Mata de Sesimbra parte do acordo (realizado a 17 de Março de 2003) entre o Estado Português, o Município de Sesimbra, a Aldeia do Meco – Sociedade para o Desenvolvimento Turístico, S.A. e a Pelicano/ESPART.

Os descritores ambientais incluídos no estudo são relativos à geologia, hidrologia, clima, recursos hídricos, tipo e capacidade de uso dos solos, qualidade do ar, ruído, componente biológica, património, paisagem, ordenamento do território e componente social.

O Estudo Ambiental (englobando as três fases de um projecto: design e construção, exploração e desmantelamento) e o PGA do projecto da Mata de Sesimbra permitem concluir a proposta de uma **nova filosofia de intervenção**, com base numa contenção das áreas de extracção de inertes no espaço e um prazo definitivo de encerramento no tempo, possibilitando a “re-naturalização” dos espaços florestais e agrícolas e a diminuição dos impactos paisagísticos e de circulação de tráfego pesado associadas a estas actividades. De igual forma, a construção dos empreendimentos turísticos segue uma óptica de **sustentabilidade** ao nível urbanístico e na promoção do ambiente natural e humano.

A análise do E.A. destaca a estratégia do projecto pensado como uma **solução integrada de um projecto de qualidade, aliado à conservação da natureza e à redução de impactos** através de estratégias para a energia, água, resíduos, integração social

⁴⁰ Em Portugal, a qualidade e relevância turística de empresas e empreendimentos são reconhecidas por instrumentos específicos: “a Classificação de Empreendimentos Turísticos, Sistema de Qualidade no Turismo, O Rótulo Ecológico Comunitário, A Declaração de Interesse para o Turismo e a Declaração de Utilidade Turística. O Turismo de Portugal tem colaborado com o Sistema Português de Qualidade em questões de normalização no domínio do turismo, presidindo à Comissão Portuguesa de Normalização para o Turismo - CT 144, estrutura que acompanha e valida o processo europeu de normalização e através da qual Portugal aderiu ao Comité Técnico para os Serviços Turísticos - TC 228, criado em 2005, no âmbito da *International Standardization* (ISO)” (IP, 2010: 70).

⁴¹ O Estudo Ambiental foi feito a partir da Directiva 2001/42/CE do parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Junho de 2001 para a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente (Pelicano, 2008).

e económica, estilo de vida “verde”, emprego local, serviços e produtos locais e regionais, desenvolvimento de novos negócios e um plano de mobilidade.

O projecto apresenta **sustentabilidade territorial**, uma vez que a articulação do empreendimento com as infra-estruturas disponíveis encontra-se bem delineada. O projecto tem ligação à EN261 e é autónomo nas restantes infra-estruturas urbanas: sistemas de drenagem de efluentes domésticos e pluviais e ETAR com sistema de captação, armazenamento, distribuição e reutilização de água, sistema de distribuição de energia (com abastecimento da rede pública de energia eléctrica e gás), sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos e sistema próprio de manutenção de espaços verdes. Além do programa de sustentabilidade subjacente ao uso de recursos humanos e naturais (locais).

A nível legal, o projecto respeita os trâmites legais de ordenamento do território, enquadrando-se o PP no PDM e de acordo com o PROTAML, a REN e a RAN.

Os **produtos turísticos** oferecidos, ecoturismo/turismo de natureza e turismo desportivo, constituem alternativas ao turismo sazonal e intensivo de sol e mar, característico da zona e do nosso país, o que **augmenta a capacidade competitiva** do projecto no mercado europeu. Aos quais se aliam, como já referido, o turismo residencial e as componentes cultural e ambiental ímpares da região.

De acordo com a segmentação dos clientes, os motivos e atractivos que os turistas reconhecem a Portugal, e a dependência do mesmo de cinco principais países emissores turísticos, os **mercados-alvo** a que se dirige o projecto são o mercado do Reino Unido, França, Alemanha e Holanda.

Tendo referido os principais pontos gerais do projecto, passamos então para a avaliação global a nível dos impactos, o corolário desta dissertação.

Os impactos ambientais foram analisados a nível local, na zona de implementação directa do empreendimento, e ao nível da envolvente do projecto, nas propriedades cujos direitos de construção foram adquiridos pela Pelicano (a área do PP da Mata de Sesimbra e abrangida pelo PGA). Englobaram-se os impactos directos do empreendimento e os indirectos, resultantes da implementação do PGA e do PP.

Visto que a Mata de Sesimbra está actualmente abandonada e com algumas zonas degradadas, e este projecto pretende potenciar o seu desenvolvimento, com a adequada preservação e exploração, os impactos previstos mostram-se positivos.

Concluiu-se ainda que o projecto evidencia uma **leitura cultural do território, a preservação das áreas mais sensíveis e a concentração da construção** – através de contractos de transmissão dos direitos de construção das propriedades envolvidas (sistema de perequação), concentra-se a construção de infra-estruturas num único empreendimento turístico na propriedade da Quinta do Vale Bom e da Mó, ao invés de seguir um modelo de dispersão de organização do espaço urbano (elimina assim a promoção individual e dispersa da iniciativa de cada proprietário) – respeitando o ambiente e a integração do projecto na estrutura ecológica (Pelicano, 2008).

Quadro 21: Grelha de avaliação dos impactos positivos do Projecto (Pelicano, 2004)

Impactos Positivos	Ponderação
Ambientais	
Uso de materiais de construção sustentáveis (construção, transporte e uso)	4
Plano de Zero Carbono: balanço neutro de CO ₂ (iluminação, electrodomésticos, aquecimento/arrefecimento e água)	5
Plano de Zero Resíduos: gestão de resíduos eficiente (redução da produção, efectiva separação, compostagem, evitar incineração)	5
Energia renovável e eficiência energética (design arquitectónico e produção de energia)	5
Uso de recursos locais (bens e serviços, recursos humanos)	5
Plano de Transportes Sustentável (redução do transporte individual em detrimento do colectivo e deslocações a pé, plano de acessibilidades)	5
Plano de Conservação da Fauna e Flora (re-naturalização da mata, maior biodiversidade, aumento de espécies relevantes, conservação de habitats com corredores ecológicos e planos de água, melhoria agrícola)	4
Plano de Conservação da Água (redução do consumo, reciclagem e tratamento de água, reutilização para rega, uso da água da chuva)	4
Plano de Qualidade de Vida (equilíbrio progressivo nas dimensões social e física do ambiente: produção e consumo de bens e serviços locais e regionais (num raio de 50km) de qualidade, emprego de pessoas locais reduzindo o desemprego, planos de formação profissional, extensão da utilização de estruturas e serviços aos residentes locais, municipais, regionais, ou nacionais)	5
Plano de Património (preservação e promoção do património natural, cultural e histórico)	4
Imagem ambiental	4
Económicos	
Geração de emprego local	4
Aumento da qualificação profissional	4
Desenvolvimento de serviços	4
Aumento da oferta turística	4
Fomento da economia local (uso de recursos locais)	5
Valorização da cadeia de fornecimentos	5
Mudança positiva no perfil sócio económico da região	4
Criação de novos canais de produção e distribuição	4
Processos de internacionalização de fornecedores e clientes	4
Centralidade da produção/comercialização de bens e serviços	4
Sócio-culturais	
Preservação e promoção do património natural, cultural e histórico	
Melhorias na estrutura da população	4
Manutenção e reforço dos modos de vida, identidade local e sentido de comunidade	5
Melhoria da imagem da Mata	4
Reforço da identidade do empreendimento com a qualidade ambiental	4
Maior vivência do espaço e promoção da interacção social	4
Qualidade de vida	5
Avaliação dos equipamentos e serviços pelos utilizadores	5
Aumento da satisfação associada ao alojamento e utilização das estruturas e espaços do empreendimento	4

Escala de ponderação: 1-Muito prejudicial; 2-Prejudicial; 3-Pouco relevante; 4-Benéfico; 5-Muito benéfico

Quadro 21.1: Grelha de avaliação dos impactos negativos do Projecto (Pelicano, 2004)

Impactos negativos	Ponderação
Sócio-económicos	
Sobrecarga dos equipamentos e serviços sociais	2
Maior pressão urbanística	2
Aumento do número de fogos	2
Maior congestionamento nas acessibilidades e rede viária	3
Maior utilização das infra-estruturas e actividades turísticas	3

Escala de ponderação: 1-Muito prejudicial; 2-Prejudicial; 3-Pouco relevante; 4-Benéfico; 5-Muito benéfico

De acordo com o Plano de Acção de Sustentabilidade, baseado no EA e no PGA (ver Anexo XII), prevêem-se vários impactos do projecto para os concelhos e freguesias incluídos no PP, e para a sub-região e região. Impactos estes que se encontram resumidos nas grelhas de avaliação anteriores e cuja ponderação atribuída tem inevitavelmente uma componente subjectiva, sujeita por isso a discordância segundo outros avaliadores ou pontos de vista. Os principais **impactos positivos** na **área envolvente** podem ser agrupados em três categorias:

- **Ambientais:** melhor desempenho ambiental – conseguido pelo adequado consumo de recursos (água e energia) e gestão de resíduos – o que gera uma imagem ambiental positiva da Mata e do concelho.
- **Económicos:** geração de emprego local, com a criação de 11.000 postos de trabalho (2.790 de emprego directo e 8.370 de indirecto e induzido); aumento da qualificação profissional, através de parcerias com entidades oficiais, públicas e do ensino superior, e Centro de Formação OPL na área da sustentabilidade; desenvolvimento de serviços locais; aumento da oferta turística; fomento da economia local (218.000 milhares de euros só em receitas fiscais do investimento do projecto), valorização da cadeia de fornecimentos e uma mudança positiva no perfil sócio económico da região; oportunidade de criação de novos canais de produção e distribuição, e processos de internacionalização de fornecedores e clientes.
- **Sócio-culturais:** melhorias na estrutura da população (redução dos índices de envelhecimento, devido à fixação de população numa faixa etária activa); manutenção e reforço dos modos de vida, identidade local e sentido de comunidade, através das medidas OPL – princípios de Uso de Recursos Locais, Plano de Qualidade de Vida, de Património e da Conservação da Fauna e Flora; melhoria da imagem da Mata, património natural importante no concelho e na região.

Os principais **impactos negativos** do projecto na **área envolvente** concentram-se nos aspectos:

- **Sócio-económicos**: sobrecarga dos equipamentos e serviços sociais (segurança social e equipamentos de saúde); maior pressão urbanística e um aumento do número de fogos (pelo aumento dos novos residentes e postos de trabalho); maior congestionamento nas acessibilidades e rede viária – reduzidos na área do empreendimento com o Plano de Transportes Sustentável do OPL; maior utilização das infra-estruturas e actividades turísticas – atenuados com os programas de Sensibilização e Educação Ambiental do Plano de Património.

Na **área do empreendimento**, por sua vez, os **impactos** esperados para os seus utilizadores são somente **positivos**:

- **Ambientais**: qualidade ambiental, com a eficácia e benefícios das medidas OPL;
- **Económicos**: centralidade da produção/comercialização de bens e serviços da Mata de Sesimbra.
- **Sócio-culturais**: reforço da identidade do empreendimento com a qualidade ambiental da zona; maior vivência do espaço e promoção da interacção social (mobilidade pedonal e ciclável privilegiadas e desenho de espaços *sociopetal*); qualidade de vida, com equipamentos e serviços diversos para a realização de actividades rotineiras, culturais e de lazer; participação dos utilizadores na avaliação dos equipamentos e serviços, o que facilita o seu ajustamento às necessidades e gestão dos mesmos; aumento da satisfação associada ao alojamento e utilização das estruturas e espaços do empreendimento.

Deste modo, o projecto trará **benefícios** ao concelho de Sesimbra e áreas envolventes, com uma **propagação no espaço e no tempo bastante significativos** – superior às de outros projectos turísticos em Portugal, o que vai de encontro à pergunta de partida que se esperava responder com esta investigação: *Como criar valor local com o Projecto da Mata de Sesimbra?*. Destaca-se ainda positivamente de outros projectos pela sua política de promoção da sustentabilidade ambiental, social e económica.

Em relação à segunda pergunta de partida: *Qual a gestão do projecto, barreiras e apoios inerentes ao desenvolvimento turístico sustentável em Sesimbra?* A gestão desenvolveu o planeamento e ordenamento do território, numa óptica de sustentabilidade, flexibilidade e inovação de processos e equipamentos de qualidade. Criou-se um plano de acessibilidades, propondo

uma nova postura no que concerne a mobilidade em Portugal, esperando com esta iniciativa impulsionar o país a pensar na mobilidade de uma forma mais consciente e sustentável.

Os apoios ao desenvolvimento turístico sustentável formalizaram-se pelas parcerias estabelecidas com entidades públicas (AFLOPS e estabelecimentos de ensino) e as ONGs (a nível de investigação), o que em muito contribuiu o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra no que toca a adaptação legislativa do Plano de Pormenor, nomeadamente no modelo de concentração a nível de organização do espaço urbano seguido. Além da estrutura e sistemas de gestão ambiental já existente em Portugal, o que facilita a adaptação e conformidade com os mesmos, potenciados pelos princípios OPL.

As barreiras encontradas, por sua vez, além da habitual demora e complexidade burocrática associada à análise e aprovação de projectos deste género em Portugal, prendem-se com a inovação de processos de gestão sustentável inerentes ao projecto, que suscita dúvidas à população e algumas organizações ambientais, bem como a dimensão do projecto, que os mesmos cépticos questionam se a área em causa terá a capacidade para absorver tamanha estrutura. No entanto, após a correcta análise do projecto verifica-se que este está dimensionado para a área em estudo e as boas práticas de gestão em que se baseia já deram provas do seu sucesso a nível mundial.

Aqui é importante destacar que a fraca articulação/cooperação entre entidades públicas (como o Turismo de Portugal, o Ministério da Economia, a Câmara Municipal de Sesimbra e os próprios bombeiros locais) impede um acordo mútuo quanto ao conceito de interesse público. Prevalece ainda o interesse individual de cada entidade, que procura e exige objectivos e parâmetros diferentes por parte dos promotores privados do projecto. Esta indefinição e falta de clareza do que é o interesse comum, tem constituído o principal entrave à aprovação final do projecto, que a conseqüente demora já conduziu ao desaparecimento de investimentos estrangeiros – à semelhança de outros casos em Portugal.

Em relação às reflexões mencionadas na introdução, respondidas um pouco ao longo do trabalho, o que importa reter é o seguinte:

- Quais as questões a analisar na decisão da realização de um empreendimento turístico em espaço público? – A viabilidade e pertinência do projecto. A análise da viabilidade do projecto teve em conta a vertente económica, sócio-cultural e ambiental. Além da componente legal, onde os planos realizados são consonantes

com a legislação em vigor (a nível de ordenamento do território, exploração de inertes, construção de infra-estruturas e equipamentos, redes de transporte e comunicação, etc).

- Quais as entidades públicas envolvidas? – O Turismo de Portugal, integrado no Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento; a Junta de Freguesia e Câmara Municipal da região em causa, os bombeiros, forças policiais, SMAS, Estradas de Portugal e as demais organizações responsáveis pela normalização e fiscalização de processos e serviços.
- Que apoios (do sector público) estão disponíveis para o desenvolvimento turístico sustentável na região? – nenhuns em particular, salvo uma maior agilidade de processos junto das entidades públicas graças ao projecto ser considerado PIN.
- Que possíveis parcerias? Com o sector público, comunidade local, organizações ambientalistas? – A nível de investigação estabeleceram-se parcerias com escolas de ensino superior; a Pelicano pode contar com o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra, o Turismo de Portugal e a AFLOPS, e destaca-se a participação activa das ONG's WWF e BioRegional no projecto. Quanto à comunidade local, 60% da população do concelho de Sesimbra é a favor do projecto (dado recolhido através de inquérito) e gradualmente vai-se envolvendo no mesmo.
- Como envolver a comunidade local? – A Pelicano teve desde o início a preocupação em envolver a população no projecto da Mata de Sesimbra. Assim, no seu plano de comunicação incluiu-se uma discussão pública do projecto e uma conferência de apresentação do Plano de Acção de Sustentabilidade, em 2004, dirigida pelo Presidente da WWF, uma “loja aberta” com apresentações do projecto em várias freguesias do concelho, entre outras iniciativas e acções de comunicação contínuas. O que se traduz no apoio efectivo ao projecto por parte da população e numa relação progressiva de proximidade e cooperação entre esta e os responsáveis pelo projecto.
- Quais os benefícios e prejuízos para a economia local? – Ver os impactos do projecto descritos anteriormente.
- Qual o perfil do empreendimento? – A Mata de Sesimbra contará com 14 centros urbanos, com 3 estabelecimentos hoteleiros (hotéis e apart-hotéis, com máximo de 200 quartos) e 10 aldeamentos turísticos (com capacidade variável), no mínimo, de 4 estrelas; suportados por equipamentos de apoio geral, para uso dos turistas e da população das áreas envolventes: equipamentos multifunções numa área destinada à

oferta de comércio e animação; área desportiva, para escolas de desporto, circuitos de manutenção, piscinas, campos de ténis e golfe e um *club house*; clínica médica; igreja; centro de actividades ao ar livre, com o Centro de Interpretação Ambiental e a Estação de Interpretação Arqueológica; e quatro áreas de equipamento camarário para albergar equipamentos colectivos. O produto turístico central oferecido é o turismo residencial, associado ao ecoturismo/turismo de natureza e turismo desportivo, aliados às componentes cultural e ambiental.

Capítulo VII: Conclusão

O turismo é um direito de todos, tal como o é a qualidade de vida do ser humano, dependente da qualidade ambiental. A prática turística só é viável se for sustentável – economicamente eficiente, socialmente compatível e que contribua para a conservação – com um conhecimento e correcto usufruto do seu atractivo base – o ambiente. Compreender a causa e tipos de impactos gerados pelo turismo no ambiente é essencial no seu planeamento, desenvolvimento e gestão, como se demonstrou com este trabalho. Gestão esta que tem de saber gerir de modo a manter a integridade ambiental no seu serviço/produto e a qualidade da experiência do turista.

Há que ter em conta que a procura continuará a aumentar, com cada vez mais segmentação do mercado, o que exige a concepção de produtos especializados, com responsabilidade ambiental, mas sem detrimento do conforto, conveniência e qualidade. O turista é cada vez mais exigente e autónomo, preocupa-se com questões éticas e ambientais, pelo que a indústria tem de saber lidar com esta mudança de percepções e atitude do consumidor. Contudo, a componente económica tem de deixar de ser prioritária, é necessário um equilíbrio ambiental, cultural e económico, equidade entre os três eixos. O que não é de todo impossível, como se verifica com esta investigação, apenas um pouco difícil enquanto não se alterar o pensamento hedonista e consumista da sociedade actual.

A transição para um turismo sustentável requer uma reorientação do seu desenvolvimento por parte do sector público e privado. Existe um longo caminho a percorrer rumo à sustentabilidade no turismo, que se prevê exigida cada vez mais pelos consumidores (que se consciencializam da sua responsabilidade ambiental, mas que eles mesmos estão longe de viver numa sociedade conservacionista).

Neste âmbito, o Projecto da Mata de Sesimbra surge como um exemplo inovador, pioneiro em Portugal, de desenvolvimento turístico sustentável, com a qualidade e conforto indispensáveis hoje em dia.

Penso que os objectivos desta dissertação foram alcançados, uma vez que se respondeu às perguntas de partida enunciadas na introdução, evidenciando uma forma de dar valor à economia local de Sesimbra através de um projecto de turismo sustentável integrado e de qualidade ímpar no país, com benefícios ambientais, económicos e sócio-culturais que se propagarão a longo prazo. Penso ter conseguido igualmente responder à segunda pergunta de partida, verificando que a gestão do projecto é uma gestão inovadora

e flexível com vista à sustentabilidade, onde o correcto planeamento e ordenamento do território constituem a base para a alcançar.

Concluiu-se que os apoios ao desenvolvimento turístico sustentável são ainda insuficientes, resumindo-se a parcerias com entidades públicas, privadas e/ou organizações ambientalistas. Por outro lado, existem obstáculos difíceis de contornar, nomeadamente a demora e complexidade burocrática na análise e aprovação de projectos deste tipo em Portugal, que se agravam com a fraca articulação entre entidades públicas.

Embora a cooperação entre o sector público e privado seja ainda insuficiente e a população portuguesa pouco consciente da sua responsabilidade ambiental, na população do concelho de Sesimbra começa a crescer a consciência ambiental, o que deve ser visto como um indutor de mudança a nível nacional. É necessário um esforço concertado para informar e educar a população no geral da importância da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável, e a contribuição inegável do turismo para os mesmos, como evidencia o projecto em causa.

Bibliografia

Cater & Lowman (Eds) (1994), *Ecotourism a Sustainable Option?*, Wiley, Chicester.

BioRegional (2011), “About BioRegional”, disponível em <http://www.bioregional.com/about-us/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (2011), “One Planet Living”, disponível em <http://www.bioregional.com/our-vision/one-planet-living/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (2011), “Our Approach”, disponível em <http://www.bioregional.com/our-vision/our-approach/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (2011), “Our Approach: Ecological footprinting”, disponível em <http://www.bioregional.com/our-vision/our-approach/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (2011), “Our Vision”, disponível em <http://www.bioregional.com/our-vision/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (s/data), “One Planet Living: One Planet communities: Mata de Sesimbra”, disponível em <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet-initiative/one-planet-communities/mata-de-sesimbra/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (s/data), “One Planet Living: One Planet communities: One Brighton”, disponível em <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet-initiative/one-planet-communities/one-brighton/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (s/data), “One Planet Living: One Planet Living framework”, disponível em <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/opl-framework/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (s/data), “One Planet Living: One Planet communities: Other communities”, disponível em <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet-initiative/one-planet-communities/other-communities/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011).

BioRegional (s/data), “One Planet Living: One Planet communities: Sonoma Mountain Village”, disponível em <http://www.oneplanetvision.org/one-planet-living/one-planet->

initiative/one-planet-communities/sonoma-mountain-village/(acedido a 10 de Janeiro de 2011).

Briassoulis, H. & Straaten, J. (1992), *Tourism and the Environment: Regional, Economic and Policy Issues*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.

Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal (s/data), “AS ONG E O DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA: Como presta o DIP assistência às ONG?”, disponível em <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/ong.pdf> (acedido a 10 de Abril de 2011).

Cunha, Licínio (2003), *Introdução ao Turismo*, 2ª ed., Verbo, Lisboa.

Dias, R. (2003), *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*, Editora Atlas, São Paulo.

GEOTA (2009); “Empreendimento Turístico da Mata de Sesimbra Sul insiste nos erros do Plano de Pormenor” disponível em <http://www.geota.pt/scid/geotaWebPage/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=720&articleID=2126> (acedido a 27 de Outubro de 2010)

Holden, Andrew (2000), “Sustainability and tourism”, in *Environment and Tourism*, Routledge, Londres, pp.161-182.

Holden, Andrew (2000), “The future of tourism’s relationship with the environment”, in *Environment and Tourism*, Routledge, Londres, pp. 183-208.

Holden, Andrew (2000), “The environmental planning and management of tourism”, in *Environment and Tourism*, Routledge, Londres, pp. 126-160.

Moiteiro, A. I. (2000); *O Papel dos Instrumentos de Ordenamento do Território no Planeamento Turístico e no Equilíbrio entre a Relação Homem-Turismo-Ambiente (Caso de Estudo: Tróia)*, dissertação de mestrado, ESHTE, Estoril.

Magalhães, Cláudia F. (2002); “Bases para o Desenvolvimento do turismo sustentável em Municípios”, em *Directrizes para o Turismo Sustentável em Municípios*, Ed. Roca, São Paulo, pp. 87-163.

Newsome, D., Moore, S. A. & Dowling, R. K. (2002), *Aspects of Tourism 4: “Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management”*, Channel View Publications, Clevedon.

- Neiman, Zysman (2002), *Meio Ambiente: Educação e Ecoturismo*, Manole, São Paulo.
- NGLS (2009), “NGLS: Objectives and Activities”, disponível em http://www.un-npls.org/spip.php?page=article_s&id_article=3136 (acedido a 10 de Abril de 2011).
- OMT (2001), “Global Forecasts and Profile of Market Segments”, Vol. 7, em *Tourism 2020 Vision*, OMT, Madrid, pp. 5-27; 59-69.
- OMT (2002), “Reports from the thematic working groups”, em *World Ecotourism Summit – Final Report*, OMT, Madrid, pp. 24-55.
- OMT (2002), “The Quebec Declaration on Ecotourism”, em OMT, *World Ecotourism Summit – Final Report*, OMT, Madrid, pp. 65-75.
- OMT (2003), *Turismo Internacional: Uma perspectiva global*, Bookmann, Porto Alegre. (pp. 128-251)
- OMT e WTTC (1997), *Agenda 21 for the Travel & Tourism Industry: Towards Environmentally Sustainable Development*, OMT, Madrid.
- ONU (2009), “DPI-NGO: About us”, disponível em <http://www.un.org/wcm/content/site/dpingorelations/home/pid/7316> (acedido a 10 de Abril de 2011).
- ONU (2009), “UN: About us”, disponível em <http://esango.un.org/paperless/Web?page=static&content=about> (acedido a 10 de Abril de 2011).
- ONU (2009), “Introduction to ECOSOC Consultative Status”, disponível em <http://esango.un.org/paperless/Web?page=static&content=intro> (acedido a 10 de Abril de 2011).
- ONU (2010), “GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM CRITERIA: The Partnership”, disponível em <http://www.unfoundation.org/global-issues/sustainable-development/global-sustainable-tourism-criteria.html> (acedido a 10 de Abril de 2011).
- OPL (2009), “Mata de Sesimbra – One Planet Living Pioneer Project”, disponível em http://matadesesimbra.com.pt/39_Brochura_MS_OPL.pdf (acedido a 27 de Outubro de 2010).

Pelicano (s/data), “Grupo Pelicano: Missão e Valores”, disponível em http://www.pelicano.pt/pt/missao_e_valores/ (acedido a 10 de Janeiro de 2011)

Pelicano (s/data), “Grupo Pelicano: Organização”, disponível em <http://www.pelicano.pt/pt/organizacao/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011)

Pelicano (s/data), “Resorts: Mata de Sesimbra”, disponível em <http://www.pelicano.pt/mapa/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011)

Pelicano (s/data), “Sustentabilidade”, disponível em <http://www.pelicano.pt/pt/ambiente/> (acedido a 10 de Janeiro de 2011)

Pelicano (2004), *Plano de Acção de Sustentabilidade*, Pelicano, Lisboa.

Pelicano (2007), *Plano de Pormenor da Zona Sul: Mata de Sesimbra – Relatório*, Pelicano, Lisboa.

Pelicano (2008), *Requerimento PIN*, Pelicano, Lisboa.

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa.

Schossler, Alexandre (2011); “Partido Verde alcança vitória histórica em eleições regionais alemãs”, disponível em <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,14946782,00.html> (acedido a 24 de Outubro de 2011)

Stabler, M. J. (2001); “Principles Influencing the Determination of Environmental Standards for Sustainable Tourism”, em *Tourism and Sustainability: Principles to Practice*, CAB International, Londres, pp. 279-301.

Turismo de Portugal, I.P. (2010), “Relatório de Sustentabilidade Turismo de Portugal 2009: Liderar o debate da sustentabilidade no sector”, disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAAs/ProTurismo/destinos/destinotur%C3%ADsticos/Documents/RelatSustTurismo%202072010%20FINAL.pdf> (acedido a 27 de Outubro de 2010).

TUI AG (2011); “Environmental awards”, disponível em http://www.tui-group.com/en/sustainability/env_management/env_awards (acedido a 24 de Outubro de 2011)

Turisver (2009); “Turismo de Portugal lidera avaliação de sustentabilidade”, disponível em <http://www.turisver.com/article.php?id=43691> (acedido a 27 de Outubro de 2010).

Vieira, João M. (2007), *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: Uma perspectiva estratégica*, Verbo, Lisboa.

Weaver, David B. (2001), *The Encyclopedia of Ecotourism*, CABI, Londres, pp. 1-82.

World Wildlife Fund (s/data), *Sobre a WWF*, disponível em http://www.wwf.pt/sobre_a_wwf/ (acedido a 23 de Novembro de 2010).

World Wildlife Fund (s/data), *Missão e prioridades*, disponível em http://www.wwf.pt/sobre_a_wwf/missao_e_prioridades/ (acedido a 23 de Novembro de 2010).

World Wildlife Fund (s/data), *WWF em Portugal*, disponível em http://www.wwf.pt/sobre_a_wwf/wwf_em_portugal2/ (acedido a 23 de Novembro de 2010).

World Wildlife Fund (s/data), *WWF no Mediterrâneo*, disponível em http://www.wwf.pt/sobre_a_wwf/wwf_no_mediterraneo/ (acedido a 23 de Novembro de 2010).

Anexos

Anexo I - Recomendações dos relatórios apresentados na Cimeira Mundial sobre Ecoturismo, em Quebec, Canadá (Adaptado de “Reports from the thematic working groups”, OMT, 2002)

Gerais

- Integrar políticas e planos de turismo transnacionais;
- Assegurar liderança e apoio necessários da parte do governo;
- Formular planos conjuntos entre agências públicas, ONG's e outros *stakeholders*, com uma visão holística a longo prazo e objectivos claros;
- Desenvolver ferramentas que potenciem o planeamento e gestão do turismo (com grande relevância dada à Educação e Interpretação Ambiental);
- Disponibilizar fundos adequados e apropriados a projectos e parcerias;
- Envolver governo, agências de desenvolvimento, ONG's, sector privado e outros no fomento da participação e emprego da população local;
- Definir critérios de avaliação e requisitos na cooperação com autoridades nacionais e locais;
- Assegurar a consulta e participação de todos os *stakeholders* no planeamento e desenvolvimento de políticas (com criação de centros públicos próximos e acessíveis aos cidadãos por exemplo).
- Estabelecer um sistema de gestão evolucionário, com forte monitorização, baseado em parcerias público-privadas.

Conservação ambiental

- Conservação da energia, água e outros recursos, redução de lixo e preferência por materiais não importados;
- Planeamento de alternativas de transporte, construção de infra-estruturas e processos de produção mais sustentáveis;
- Promoção da conservação e protecção da biodiversidade junto das comunidades locais e visitantes;
- Utilização de ferramentas/indicadores adequados à identificação de limites de uso e gestão de impactos, bem como de informação e interpretação na gestão de visitantes;
- Tentativa de influenciar a procura e o controlo de visitantes;

Desenvolvimento económico

- Fornecer treino, micro-crédito e outros apoios a pequenas, médias e micro-empresas;
- Fornecer incentivos a empresas com políticas sustentáveis;
- Desenvolver infra-estruturas que apoiem o desenvolvimento do turismo por parte das comunidades;
- Fomentar o papel do governo como facilitador em vez de operador;
- Incentivar um gasto médio por turista maior, em vez de aumentar o número de turistas;

Benefícios sociais e culturais

- Utilizar edificios históricos e outro património de modo a contribuir para a sua protecção;
- Envolver as comunidades em programas sociais e culturais, de forma a assegurar controlo e propriedade local e autenticidade;
- Criar programas de consciencialização direccionados à comunidade;
- Assegurar que operadores turísticos e outras organizações tenham consciência das suas responsabilidades para com as comunidades locais.

Participação de vários *stakeholders*

- Criar apoio para iniciativas conjuntas (*joint ventures* e outros acordos de gestão);
- Encorajar alianças entre o sector privado e comunidades locais.

Institucionais

- Assegurar coordenação entre instituições públicas no planeamento e regulamentação do turismo;
- Desenvolver uma plataforma de cooperação entre sector público, privado e organizações não-governamentais;
- Assegurar o entendimento por parte das instituições das dimensões do turismo sustentável.

Regulamentação do turismo

- Mudar gradualmente de simples orientações e códigos de conduta opcionais para regulamentações obrigatórias;
- Estabelecer quadros legislativos adequados com ferramentas eficazes na regulação do turismo;
- Desenvolver orientações e boas práticas a todos os níveis.

Certificação

- Fornecer orientações acerca de processos de certificação;
- Evitar penalizar as pequenas empresas e facilitar o seu acesso a sistemas de certificação;
- Envolver os *stakeholders* no desenvolvimento e implementação de processos de certificação;
- Assegurar a transparência, compreensão e actualização dos processos de certificação.

Monitorização, custos e benefícios

- Incluir impactos económicos, sociais e ambientais do turismo na monitorização;
- Definir metas a alcançar em dados períodos de tempo;
- Estabelecer sistemas de recolha de dados, que envolvam turistas, fornecedores de serviços e comunidade local (avaliar o seu grau de satisfação);
- Definir e usar indicadores representativos dos custos ambientais, sociais e económicos (com infra-estruturas, energia, transportes, tratamento de resíduos, perturbação nos modos de vida da comunidade), numa abordagem integrada;
- Contabilizar os benefícios do turismo para o local – emprego, receitas, melhoria de serviços e condições de vida (conta satélite do turismo).
- Assegurar que a monitorização é um pré-requisito no desenvolvimento de projectos.

Estruturas e relações no desenvolvimento do produto e marketing

- Ter em conta as necessidades e oportunidades da comunidade local;
- Reconhecer o papel do sector privado e reforçar as suas relações com as comunidades locais;
- Reforçar a cooperação entre pequenas empresas e projectos, de modo a alargar o mercado e promover standards comuns;
- Aumentar o apoio nacional e local público;
- Assegurar qualidade, autenticidade e segurança;
- Evitar a discriminação de pessoas (por raça, género ou outras características), sejam consumidores ou fornecedores de serviços, fomentar o acesso ao turismo;
- Desenvolver e gerir serviços que maximizem princípios sustentáveis;

Compreensão dos mercados

- Recorrer a mais pesquisa sobre os mercados;
- Reconhecer a diferenciação de segmentos de mercado;
- Estudar fluxos de visitantes e condições locais antes de desenvolver o produto.

Apoio técnico a comunidades e empresas

- Disponibilizar formação e treino local a populações locais e empresas (formação contínua de colaboradores) para encorajar a participação;
- Disponibilizar assistência financeira acessível e bem dirigida.

Promoção do turismo sustentável (mensagens e produtos)

- Fomentar a consciencialização ambiental, princípios e acções a tomar.
- Utilizar diversas técnicas de marketing e parceiros.
- Aproveitar as facilidades da Internet (disseminação de informação);
- Fornecer informação e educação antes, durante e após as visitas;

Distribuição equitativa dos benefícios entre *stakeholders*

- Estabelecer mecanismos fiscais e financeiros que assegurem que uma parte significativa das receitas do turismo permanece na comunidade local, é dirigida à conservação e reinvestida;
- Considerar o impacto nos preços (possível inflação) na distribuição dos benefícios económicos.
- Distribuir os benefícios económicos, sociais e ambientais de forma equitativa, minimizar e evitar efeitos negativos do turismo.

Anexo II - Recomendações da Declaração de Quebec sobre Ecoturismo (Adaptado de “The Quebec Declaration on Ecotourism”, OMT, 2002)

Sector público – local, regional e nacional

- Formular políticas e estratégias de desenvolvimento (locais, regionais e nacionais) consistentes com objectivos de desenvolvimento sustentável, recorrendo à consulta dos vários intervenientes no turismo (os que afectam e são afectados pela actividade turística);
- Garantir a protecção da natureza, dos recursos e dos valores e modos de vida locais (em conjunto com a população local, sector privado, ONG’s e outros *stakeholders* turísticos);
- Assegurar o envolvimento, participação e coordenação de instituições públicas a nível nacional, regional e local (criar centros ou grupos de trabalho multidisciplinares e transcendentais a diversas áreas/sectores quando necessários);
- Disponibilizar mecanismos legislativos e financeiros adequados à implementação de projectos com vários *stakeholders*;
- Incluir mecanismos de monitorização e regulamentação locais, regionais e nacionais, com indicadores objectivos de sustentabilidade e estudos de impacto ambiental, e disponibilizá-los ao público.
- Desenvolver mecanismo de internalização dos custos ambientais em todos os aspectos do produto turístico, incluindo o transporte internacional;
- Seguir orientações internacionais na persecução da certificação e qualidade e outras iniciativas voluntárias consonantes com a sustentabilidade, encorajar o sector privado a aderir a esses esquemas de trabalho e promover o seu reconhecimento por parte dos consumidores. Apoiar ainda as pequenas e médias empresas na persecução dos mesmos princípios (apoio financeiro e outros).
- Prover recursos técnicos, financeiros e humanos no desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas, de modo a ajudá-las a crescer de forma sustentável;
- Incluir micro, pequenas e médias empresas, ONG’s e populações locais na promoção de estratégias e programas turísticos (para o mercado doméstico e internacional);
- Encorajar e apoiar a cooperação na promoção e marketing turísticos nacional e internacional;
- Fornecer incentivos a operadores turísticos e outros fornecedores de serviços para a adopção de princípios e práticas responsáveis a nível ambiental, social e cultural;
- Assegurar requisitos mínimos de saúde e ambiente em zonas rurais ou menos desenvolvidas (como saneamento e serviços de tratamento de resíduos);
- Promover e desenvolver programas educacionais de consciencialização ambiental;
- Incorporar princípios sustentáveis no planeamento e implementação de transportes e acessos, e encorajar a indústria turística a optar por alternativas de mobilidade igualmente sustentáveis.

Sector privado

- Ter em conta que a sustentabilidade do negócio requer benefícios para todos os envolvidos: donos de projectos/empresas, investidores, gestores e colaboradores, bem como as comunidades e organizações de conservação ambiental locais;
- Conceber e desenvolver o negócio com o mínimo de impactos negativos, contribuindo para a conservação e envolvendo e beneficiando as comunidades locais;
- Incorporar princípios sustentáveis no planeamento, gestão e desenvolvimento dos seus projectos;
- Procurar sistemas de certificação ou outros sistemas voluntários de regulação ecológica, demonstrando a sua preocupação ambiental aos consumidores;
- Cooperar com organizações governamentais e não-governamentais na persecução da sustentabilidade de serviços e produtos;
- Recorrer prioritariamente ao uso de materiais e produtos locais, bem como recursos humanos e logísticos, de modo a manter a autenticidade do serviço local e aumentar os benefícios para a economia local (importância da formação de colaboradores locais);

- Promover um comportamento ético e ambiental entre os consumidores;
- Fomentar uma consciência ambiental e cultural nos seus colaboradores, através de educação ambiental, e apoiar o contributo destes e das suas famílias à conservação, desenvolvimento económico local e combate à pobreza;
- Diversificar a oferta, a nível de produtos, espaço e tempo, evitando sobrecarregar determinados espaços e agindo em conformidade com os limites de uso ou capacidade de carga locais;
- Criar e desenvolver mecanismos de financiamento/apoio a associações e cooperativas relacionadas com a educação, marketing, desenvolvimento do produto, pesquisa e financiamento;
- Assegurar uma distribuição equitativa dos benefícios financeiros das receitas turísticas entre fornecedores de serviços locais, nacionais e internacionais e comunidade local, através de instrumentos e alianças estratégicas apropriadas.

Organizações não-governamentais, associações locais, académicas e instituições de pesquisa

- Apoiar a nível técnico, financeiro, educacional e outros os destinos, organizações locais, pequenas empresas e poder público local, na correcta implementação de políticas, desenvolvimento, gestão e monitorização de actividades, com vista à sustentabilidade;
- Monitorizar e conduzir pesquisas e estudos acerca dos impactos ambientais, económicos e sócio-culturais nos destinos;
- Cooperar com o sector público e privado na recolha de dados e disseminação de informação fidedigna, que auxilie a gestão de um desenvolvimento sustentável;
- Cooperar na pesquisa e desenvolvimento de soluções práticas de desenvolvimento sustentável.

Organizações inter-governamentais, instituições financeiras internacionais e agências de apoio ao desenvolvimento

- Desenvolver e apoiar a implementação de políticas, planos e mecanismos de avaliação do turismo e suas relações com a conservação da biodiversidade, desenvolvimento sócio-económico, respeito pelos direitos humanos, combate à pobreza e outros objectivos do desenvolvimento sustentável e intensificar a partilha de conhecimento e experiência com todos os países (em especial nos países subdesenvolvidos);
- Desenvolver e adoptar requisitos internacionais e mecanismos financeiros de certificação ambiental, facilitando o acesso e implementação destes por parte de pequenas e médias empresas;
- Adaptar processos financeiros às necessidades das micro, pequenas e médias empresas, assegurando a sua viabilidade económica de forma sustentável;
- Fomentar o diálogo e troca de conhecimento e experiências entre países e sectores turísticos, promover boas práticas (com publicações, seminários, formação, encontros da OMT, PNUMA e outras organizações internacionais);
- Capacitar os recursos humanos com conhecimentos e aptidões que potenciem o desenvolvimento sustentável;
- Treinar e apoiar as comunidades locais para uma participação equitativa no desenvolvimento sustentável.

Comunidades locais

- Desenvolver e implementar estratégias que fomentem benefícios colectivos para a comunidade através do turismo: desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, e acesso e partilha de informação;
- Encorajar e reforçar a cultura local: tradições, uso de materiais locais, construções harmoniosas com a paisagem e história local, etc.

Anexo III: “WTTC quer intervir mais na questão das alterações climáticas”

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) quer ser consultado mais frequentemente pelos políticos que decidem no campo das alterações climáticas, porque acredita que os governos continuam, erradamente, a prejudicar a imagem da indústria no que diz respeito às emissões de gases com efeito de estufa.

Por isso mesmo, o WTTC publicou uma série de recomendações, depois de ter consultado a indústria e outros *stakeholders*, intitulada “Climate Change: A Joint Approach to Addressing the Challenge”.

Os documentos salientam a necessidade de uma política que conduza ao desenvolvimento sustentável da indústria, dissociando a relação entre crescimento e aumento das emissões de gases com efeito de estufa.

Fonte: Esteves, T.C. (2010); “WTTC quer intervir mais na questão das alterações climáticas”, disponível em <http://www.publituris.pt/2010/11/11/wttc-quer-intervir-mais-na-questao-das-alteracoes-climaticas/> (acedido a 23 de Novembro de 2010).

Anexo IV: “OMT junta-se a nova parceria pelo Turismo Sustentável”

A Organização Mundial do Turismo (OMT) é a mais recente aliada da Parceria Global para o Turismo Sustentável (GPST). A entidade, recentemente formada, tem como objectivo juntar todos os stakeholders no sentido de trabalhar para o desenvolvimento do Turismo Sustentável.

A GPST é constituída por cinco organizações das Nações Unidas, governos, organismos multilaterais, sector privado e ONG’s.

“O sector do Turismo tem sido cada vez mais reconhecido como um mecanismo-chave para o crescimento económico, especialmente no desenvolvimento dos países menos avançados. O número de chegadas de turistas internacionais deverá atingir os 1,6 mil milhões em 2020”, disse Luigi Cabrini, director da OMT para o desenvolvimento do Turismo Sustentável.

A parceria da GPST foi estabelecida em Janeiro, na Costa Rica, e apoiada pelos governos francês e norueguês, juntamente com a OMT e o Programa Ambiental das Nações Unidas.

Fonte: Esteves, T. (2011); “OMT junta-se a nova parceria pelo Turismo Sustentável”, disponível em <http://www.publituris.pt/2011/02/04/omt-alia-se-a-gpst-pelo-turismo-sustentavel/> (acedido a 6 de Fevereiro de 2011).

Anexo V: Agenda 21

A Agenda 21 é um programa de acção compreensivo adoptado por 182 governos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (UNCED), a Conferência do Planeta, em 14 de Junho de 1992. O primeiro documento do género com consenso internacional, fornece um plano que assegura o futuro sustentável do planeta, identificando questões de desenvolvimento e meio ambiente, com uma estratégia de transição para práticas de desenvolvimento mais sustentáveis.

Através da aplicação do programa **Agenda 21**, o desenvolvimento turístico pode: criar valor para recursos cuja utilização e exploração não gera, em princípio, proveitos como as florestas, as paisagens, monumentos e bens culturais; justificar a recuperação de áreas degradadas urbanas ou industriais; criar novas oportunidades de emprego; proporcionar os benefícios da existência de infra-estruturas em regiões remotas; transferir experiências de sustentabilidade no desenvolvimento, entre países; e servir de exemplo para outras actividades económicas.

O objectivo primordial para os departamentos governamentais, NTAs, e organizações comerciais representativas, é estabelecer sistemas e processos que incorporem o desenvolvimento sustentável rumo ao desenvolvimento turístico sustentável. As empresas por sua vez têm como objectivo principal incorporar o turismo sustentável na sua gestão. Para tal definiram-se nove áreas de acção prioritárias para os primeiros e dez para o sector privado, como indica o quadro a baixo:

Quadro I : Áreas de acção prioritárias (OMT e WTTC, 1997)

Sector público	Sector privado
i. Avaliar a capacidade do quadro de trabalho voluntário, económico e regulador existente para realizar o turismo sustentável;	i. Redução do desperdício;
ii. Avaliar as implicações do meio ambiente, culturais e económicas das operações da organização;	ii. Conservação e gestão energética;
iii. Formação, educação e consciencialização do público;	iii. Gestão dos recursos hídricos;
iv. Planear para o desenvolvimento turístico sustentável;	iv. Gestão do desperdício de água;
v. Facilitar a troca de informação, habilidades e tecnologia relativas ao turismo sustentável entre países desenvolvidos e em desenvolvimento;	v. Substâncias perigosas;
vi. Proporcionar a participação de todos os sectores da sociedade;	vi. Transporte;
vii. Desenhar produtos turísticos com a sustentabilidade no seu âmago;	vii. Gestão e planeamento do uso do solo;
viii. Medir a progressão no alcance do desenvolvimento sustentável;	viii. Envolvimento de colaboradores, clientes e comunidades nas questões ambientais;
ix. Sociedades para o desenvolvimento sustentável.	ix. Design sustentável;
	x. Parcerias/sociedades rumo ao desenvolvimento sustentável.

As acções delineadas na Agenda 21 têm como objectivo a protecção ambiental e o desenvolvimento humano de acordo com incentivos e medidas concretas que reduzem a desigualdade entre as nações pobres e ricas, estimulam as economias dos países em desenvolvimento, aliviam a pobreza e reduzem o uso dos recursos naturais e os níveis de poluição.

Para a sua efectiva implementação é necessária uma “parceria global”, com cooperação e crescente consciencialização das questões ambientais e do desenvolvimento em todos os sectores do governo e da sociedade. A sua eficácia depende de três ferramentas primordiais: a introdução de nova, ou o aprimoramento da já existente, regulamentação, que assegure a protecção da saúde humana e do ambiente; o uso de mecanismos de mercado livre; e programas voluntários na indústria, que assegurem a gestão responsável e ética de produtos e processos. Uma série de recomendações foram traçadas num programa de acção para o sector turístico, como indica o quadro abaixo, e medidas específicas para as empresas do sector, como demonstram os quadros posteriores:

Quadro II : Programa para a indústria turística (OMT e WTTC, 1997)

Recomendações	<ul style="list-style-type: none"> • Criar valor económico para os recursos que de outra forma não teriam valor financeiro, como a biodiversidade, património construído e cultural (tradições e modos de vida); • Fornecer incentivos e meios de melhoria ambiental de áreas como os centros urbanos e antigas zonas industriais, com criação de emprego. • Estabelecer as infra-estruturas essenciais a residentes e visitantes, estimulando outras actividades económicas; • Pesquisa e desenvolvimento de técnicas e tecnologias ambientalmente responsáveis, que possam ser transferidas a outras empresas, países e comunidades; • Aproveitar a comunicação com clientes e comunidade local para a transmissão de informação e práticas de desenvolvimento sustentável; • Disponibilizar alternativas de crescimento sustentável para os países em desenvolvimento, ajudando-os a alcançar padrões de desenvolvimento sustentável; • Liderar outras indústrias na adopção de práticas de negócio que contribuam para o desenvolvimento sustentável, preferindo fornecedores de produtos ambientalmente responsáveis e fomentando a troca de informação e experiência quanto à gestão ambiental.
Medidas gerais	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o compromisso da gestão de topo ao conceito de sustentabilidade; • Comunicar a todos os colaboradores a intenção de desenvolver um programa turístico sustentável e os seus objectivos; • Avaliar os impactos ambientais, económicos e socioculturais do turismo na região; • Dar prioridade a áreas de acção de acordo com as identificadas na Agenda 21.
Medidas específicas de cada área de actuação	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer objectivos realistas, alcançáveis, específicos e claros para cada área de acção, indicando um período de tempo para os atingir; • Designar as principais organizações responsáveis por cada objectivo e a parceria necessária; • Implementar programas de acção; • Monitorizar o progresso, comparando o desempenho actual com o esperado; • Divulgar os resultados da organização interna e externamente.

Exemplo prático: Ao nível privado um **projecto** notável rumo ao desenvolvimento do turismo sustentável é o desenvolvido pela International Federation of Tour Operators (IFTO) nas ilhas Baleares. Após o devido estudo, foram identificados os principais requisitos para o turismo no destino, que se vinha a degradar: a população deve manter-se próspera e com a sua identidade cultural, o destino deve continuar a atrair turistas, nada que destrua a ecologia é feito e um quadro político eficiente tem de ser seguido (Agenda 21 local). De acordo com estas premissas estas ilhas mediterrânicas sofreram grandes alterações estruturais que evitaram o declínio da actividade turística que se adivinhava.

Quadro III.a: Áreas prioritárias e acções para as empresas turísticas (OMT e WTTC, 1997)

Área	i. Redução do desperdício/resíduos	ii. Conservação e gestão energética	iii. Gestão dos recursos hídricos	iv. Gestão do desperdício de água
Objectivo	Reduzir o uso dos recursos, maximizar a qualidade do produto e minimizar a produção de resíduos.	Reduzir o consumo energético e as emissões adversas de gases.	Proteger a qualidade da água e utilizar os recursos existentes eficaz e equitativamente.	Minimizar o desperdício de água para proteger o ambiente aquático, salvaguardar a flora e fauna, conservar e proteger a qualidade dos recursos de água doce.
Medidas	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o desperdício com a selecção de produtos com o mínimo de resíduos produzidos; • Preferir fornecedores com produtos e processos de produção que reduzem e reutilizam embalagens; • Reutilizar produtos sempre que possível; • Reciclar quando a redução e reutilização não é possível ou os equipamentos de tratamento de resíduos não são apropriados; • Eliminar/despejar os resíduos inevitáveis de forma responsável; • Encorajar os colaboradores para empregar os princípios de redução de resíduos em casa; • Colaborar com os governos e outras autoridades para estabelecer esquemas de certificação que forneçam informação ambiental realista sobre os produtos e o seu tratamento; • Facilitar o acesso à reciclagem e equipamentos de tratamento de resíduos a empregados e população local com vista à melhoria da qualidade do destino. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar programas e práticas de redução energética; • Pesquisar modos alternativos de gerar energia, como a solar, eólica e da biomassa; • Desenvolver, utilizar e disseminar tecnologia de baixo consumo energético; • Integrar a eficiência energética no desenvolvimento de novos produtos e serviços; • Informar e treinar os colaboradores acerca dos benefícios ambientais resultantes da poupança energética; • Empregar tecnologias energeticamente eficientes nas infra-estruturas e equipamentos nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tomar as medidas necessárias para proteger a qualidade das reservas de água doce e estabelecer procedimentos de emergência apropriados caso as reservas entrem em risco; • Disponibilizar o acesso e uso de equipamentos de abastecimento de água local ou instalar infra-estruturas (a pagar) que sirvam as necessidades de turistas e comunidade local; • Minimizar o desperdício de água, controlando o seu abastecimento; • Colaborar com os clientes na redução do consumo hídrico, alertando os turistas para a importância da conservação da água; • Utilizar dispositivos de poupança de água que reduzam o seu consumo mantendo um serviço de qualidade. • Plantar espécies florais resistentes a secas em áreas paisagísticas; • Desenvolver critérios de design e impactos ambientais adequados, que assegurem a conservação da água; • Disseminar tecnologias e técnicas de poupança de água nos países em desenvolvimento; • Reutilizar e reciclar água sempre que possível; • Encorajar os colaboradores e clientes a incorporar práticas de poupança de água no seu quotidiano em casa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar a água de acordo com os standards internacionais e reutilizar água quando apropriado; • Colaborar com outras empresas e governos para instalar equipamentos e procedimentos de abastecimento de água onde estes não existam; • Estabelecer fontes de abastecimento adequadas, assegurando que químicos potencialmente perigosos não entram no fluxo de água; • Estabelecer programas de limpeza de ambientes aquáticos degradados com colaboradores, turistas e comunidades; • Desenvolver procedimentos de emergência que assegurem a protecção dos recursos hídricos de acidentes na empresa; • Evitar produtos com substâncias perigosas que possam contaminar o fluxo de água; • Utilizar a água responsabilmente; • Eliminar a água inutilizável de forma responsável.

Quadro III.b: Áreas prioritárias e acções para as empresas turísticas (OMT e WTTC, 1997)

Área	v. Substâncias perigosas	vi. Transporte	vii. Gestão e planeamento do uso dos solos
Objectivo	Substituir os produtos com substâncias potencialmente perigosas por produtos mais ambientalmente sustentáveis	Reduzir ou controlar as emissões de gases para a atmosfera e outros efeitos ambientais	Lidar com as múltiplas necessidades de uso dos solos de forma equitativa, assegurando um desenvolvimento rentável, mas visualmente não intrusivo e que contribua para a conservação ambiental e cultural
Medidas	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a necessidade de usar produtos com substâncias potencialmente perigosas e quando possível substituí-los por produtos mais ambientalmente responsáveis; • Avaliar as implicações ambientais de novos produtos antes de os comprar; • Quando alternativas ambientalmente benignas não existem, criar parcerias com governos e empresas para as desenvolver; • Reduzir o uso de produtos com substâncias potencialmente perigosas ao máximo e reciclar ou reutilizar quaisquer resíduos; • Eliminar/despejar resíduos de forma responsável; • Criar inventários e procedimentos de armazenagem contra roubo e acidentes; • Assegurar a formação de colaboradores no manuseamento de substâncias perigosas e procedimentos de emergência; • Disponibilizar a transferência de tecnologias e conhecimento a países em desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Usar tecnologia moderna e em bom estado, reduzindo as emissões atmosféricas; • Ajudar os países em desenvolvimento a adquirir competências e equipamentos tecnológicos relevantes; • Desenvolver e gerir a partilha de carros, bicicletas e passeio na deslocação para e no trabalho para os colaboradores e criar incentivos para assegurar o seu sucesso; • Disponibilizar informação aos clientes para os ajudar a utilizar transportes públicos, ciclo vias ou caminhos pedestres; • Colaborar com autoridades de modo a assegurar que os pontos de recolha e largada de passageiros estão bem localizados; • Colaborar com fornecedores de modo a assegurar que as entregas não são feitas em horas de ponta (evitando o congestionamento) e que o seu transporte é rentabilizado ao máximo (capacidade de carga cheia); • Colaborar com produtores locais para adquirir produtos locais sempre que possível; • Colaborar com os governos na implementação de medidas de redução de congestionamento e poluição; • Colaborar com os governos na integração dos meios de transporte, reduzindo a utilização do transporte individual; • Considerar o transporte como parte dos planos de desenvolvimento; • Preferir meios de transporte e actividades menos poluentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os potenciais impactos ambientais, económicos e sócio-culturais de novos empreendimentos; • Evitar impactos negativos ou minimizar impactos inevitáveis; • Monitorizar os impactos de todos os processos e procedimentos; • Utilizar materiais (de recursos sustentáveis) e mão-de-obra local na construção de equipamentos e infra-estruturas; • Empregar tecnologias e materiais apropriados às condições locais na construção, reparação e remodelação de equipamentos; • Colaborar com entidades regionais e nacionais de modo a assegurar que as adequadas infra-estruturas são desenvolvidas; • Envolver a comunidade local nos processos de tomada de decisão; • Ter em conta a capacidade de carga ou outros limites dos recursos no desenvolvimento de novos produtos; • Colaborar com outros sectores de modo a assegurar padrões de desenvolvimento complementares e equilibrados.

Quadro III.c: Áreas prioritárias e acções para as empresas turísticas (OMT e WTTC, 1997)

Área	viii. Envolvimento de colaboradores, clientes e comunidades nas questões ambientais	ix. Design sustentável	x. Parcerias rumo ao desenvolvimento sustentável
Objectivo	Proteger e incorporar os interesses das comunidades no desenvolvimento e assegurar que as práticas ambientalmente sustentáveis aprendidas pelos colaboradores, clientes e comunidades são postas em prática em casa.	Assegurar que o design de novas tecnologias e produtos é menos poluente, mais eficiente, adequado social e culturalmente e disponível a nível global.	Criar parcerias que alcancem a sustentabilidade a longo prazo.
Medidas	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar as opiniões de todos os sectores da comunidade na gestão do desenvolvimento turístico; • Disponibilizar espaços para o comércio local; • Discutir planos de desenvolvimento e oportunidades com as comunidades locais; • Facilitar o acesso e uso de equipamentos de reciclagem, tratamento de lixo e abastecimento de água à comunidade local; • Informar a comunidade acerca dos riscos e benefícios ambientais do negócio; • Assegurar que todos os membros da comunidade, incluindo as mulheres, indígenas, jovens e idosos, têm acesso a emprego e oportunidades de evolução de carreira na empresa; • Melhorar o ambiente local, através de limpezas e outras acções; • Formar, treinar e educar colaboradores a nível ambiental; • Informar os clientes das iniciativas ambientais da empresa, fomentando a fidelidade dos mesmos e assegurando a prática das atitudes e comportamentos sustentáveis no seu quotidiano; • Colaborar com estabelecimentos de ensino locais na integração da problemática ambiental na educação; • Encorajar ou patrocinar formação e treino a membros da comunidade que lhes permitam participar no processo ambiental e de desenvolvimento; • Envolver familiares dos colaboradores em actividades e eventos ambientais; • Oferecer oportunidades de formação e treino a outros negócios locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer políticas empresariais de desenvolvimento sustentável; • Aumentar a pesquisa e actividades de desenvolvimento; • Avaliar os potenciais impactos ambientais, económicos e sócio-culturais de novos produtos; • Procurar soluções para os problemas ambientais em países desenvolvidos e em desenvolvimento; • Reforçar esforços para a recolha, análise e troca de informação acerca da relação do transporte com o ambiente, no sector dos transportes; • Fornecer informação e apoio a estabelecimentos de ensino acerca de questões ambientais de modo a contribuir para a consciencialização e capacitação institucional, científica, de gestão e planeamento; • Preparar-se para e prevenir acidentes naturais, no design e construção de equipamentos e infra-estruturas; • Partilhar informação acerca de soluções e práticas ambientais; • Assegurar o cumprimento de requisitos ambientais do país de origem no desenvolvimento de equipamentos e infra-estruturas noutros países. 	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o desenvolvimento económico e melhoria do bem-estar da comunidade local; • Recorrer a membros especializados para avaliar e empregar iniciativas conjuntas de desenvolvimento sustentáveis; • Fomentar o diálogo entre indústrias, na resolução de problemas comuns; • Colaborar com pequenas e médias empresas na troca de capacidades de gestão, desenvolvimento de mercado e conhecimento tecnológico; • Colaborar com governos para estabelecer um quadro de referência na persecução do desenvolvimento sustentável; • Promover a interacção entre turistas e comunidades locais, fomentando o potencial da indústria para o aumento do entendimento de outras culturas; • Promover e apoiar o acesso ao mercado aos vários interessados na indústria turística; • Incorporar as preocupações das comunidades no planeamento do desenvolvimento turístico sustentável, para que efectivamente participem nele.

Anexo VI: Turismo de Portugal – competências e orientações

O Turismo de Portugal (TP) tem como visão a liderança da sustentabilidade no turismo, a qual passa por uma acção concertada sobre as seguintes áreas: qualificação, capacitação para a sustentabilidade, gestão da sazonalidade, impacto social e ambiental. As quais foram identificadas como áreas prioritárias no Relatório de Sustentabilidade de 2009 levado a cabo pelo instituto, no qual enumera uma série de desafios e barreiras ao turismo sustentável nacional, apresentados no quadro abaixo, que se propõe a colmatar.

Quadro IV: Desafios e barreiras ao turismo sustentável em Portugal (adaptado de TP, 2010: 53 e 54)

Desafios	Barreiras
<ul style="list-style-type: none">• A cooperação entre os agentes do sector, um desafio transversal, pelo potencial de desenvolvimento da actividade e pelo papel fundamental na operacionalização, no terreno, de um turismo mais sustentável. Verifica-se a necessidade de comunicar melhor junto dos interlocutores do sector os apoios disponíveis e os benefícios decorrentes da realização de investimentos, bem como apostar na sensibilização ambiental.• A qualificação do sector e dos recursos humanos, nomeadamente na sua gestão e garantia de ajustamento da mão-de-obra às necessidades do mercado.• A diferenciação da oferta: necessidade de maior dinamização da oferta; ajustamento da oferta à procura face ao perfil do turista actual; captação de nichos de mercado de valor acrescentado; e melhor aproveitamento dos recursos culturais, naturais e gastronómicos. Vencer este desafio permite também responder à sazonalidade.	<ul style="list-style-type: none">• A relação entre os interlocutores do turismo: falta de proximidade, transparência e visão regional e fraca articulação entre os parceiros sociais, são algumas das condicionantes associadas à responsabilidade dos agentes.• A falta de informação e sensibilização.• A dispersão de investimentos e a ausência de análise de impactos a longo prazo.• Relativamente a questões mais operacionais: limitações económicas; burocracia ao nível do licenciamento, embora se tenha registado uma evolução nos últimos tempos; e condicionantes ao nível das acessibilidades.

O TP tem uma forte imagem externa, tendo como qualidades reconhecidas pelos colaboradores a modernização, a tecnologia avançada ao serviço dos clientes e a capacidade financeira. De facto em 2009, segundo o Presidente do Conselho Directivo, Luís Patrão, o TP prosseguiu “com o incentivo ao recurso a novas tecnologias para a operacionalização, melhoria e desburocratização dos nossos processos, mantendo-nos como um dos mais modernos organismos públicos do nosso país (...) apoiado em sistemas informáticos de primeira geração” (em TP, 2010: 10).

O instituto rege-se pelos seguintes princípios estruturantes (Código de Conduta e Compromisso Ético do Turismo de Portugal, em TP, 2010: 26):

- *Respeito e protecção dos direitos humanos*
- *Erradicação de todas as formas de exploração e de práticas discriminatórias*
- *Luta contra a corrupção*
- *Responsabilidade na defesa e protecção do meio ambiente*
- *Contributo para o desenvolvimento sustentável*

A nível de competências do organismo, cabe ao Turismo de Portugal (TP 2010: 26):

- *Propor linhas estratégicas e planos de concretização para o desenvolvimento do turismo*
- *Garantir a transparência do mercado e dos serviços prestados aos turistas*
- *Qualificar os profissionais e melhorar a qualidade dos serviços turísticos*
- *Consolidar a imagem de Portugal como um destino com grande diversidade paisagística e cultural e rico em experiências*
- *Representar Portugal nas organizações internacionais de turismo*
- *Gerir instrumentos de apoio financeiro ao sector turístico*
- *Mobilizar os agentes públicos e privados para a implementação do PENT*
- *Acompanhar a actividade dos casinos e bingos e combater o jogo ilícito*

Fonte: Turismo de Portugal, I.P. (2010); “Relatório de Sustentabilidade Turismo de Portugal 2009: Liderar o debate da sustentabilidade no sector”, disponível em:

<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAAs/ProTurismo/destinos/destinotur%C3%ADsticos/Documents/RelatSustTurismo%2002072010%20FINAL.pdf> (acedido a 27 de Outubro de 2010).

Anexo VII: Evolução do desenvolvimento e planeamento do turismo

O desenvolvimento turístico começou por ser desordenado e espontâneo, quase sem planeamento (considerado um obstáculo), ditado pelo crescimento explosivo do turismo (*boosterism*¹), pretendia apenas maximizar o lucro (anos 50-60). Na fase seguinte, quando se reconhece o turismo como uma indústria numa *perspectiva económica*, o planeamento começa a ser integrado no turismo e aos poucos a deixar de ser visto como um entrave ao desenvolvimento. Surgindo a *perspectiva física/espacial do uso do solo*, defende-se que uma definição do uso do solo é a melhor forma de defender o ambiente – através dos conceitos de capacidade de carga, limites ambientais e limites das taxas de mudança ambientais (a nível ecológico, económico e social). A *abordagem orientada para a comunidade residente* no destino turístico vem, de seguida, ressaltar a importância da participação da comunidade local no processo de tomada de decisões e no desenvolvimento turístico, que se relacionam com a qualidade do destino (inserindo no seu estudo a componente cultural e social do destino turístico), na defesa do interesse colectivo. Por fim, pela *abordagem sustentável* (surge nos finais dos anos 80), o turismo sustentável apresenta-se como uma forma de turismo planeada em consonância com todas as demais actividades locais, englobando o contexto sócio-cultural, económico e ambiental do destino, evitando assim o esgotamento de recursos, a degradação ambiental, a ruptura cultural e instabilidade social (Hall, 2000 em Moiteiro, 2000). Apresentam-se então as principais características do desenvolvimento turístico, segundo as diferentes perspectivas:

Quadro V: Evolução do desenvolvimento do turismo e planeamento (adaptado)

Perspectiva/ abordagem	Características do desenvolvimento turístico
<i>Boosterism</i>	Desenvolvimento que não considera os aspectos negativos do turismo no ambiente, a nível ambiental, económico ou social, considera os recursos dessas áreas (naturais, económicos e sociais) apenas como recursos, que devem ser explorados ao máximo para gerar lucro.
Perspectiva económica	O turismo é um meio dos governos atingirem os seus objectivos: a redução das assimetrias regionais ou a diminuição do emprego, através de subsídios ou simples apoio ao desenvolvimento, estudo, marketing e promoção do turismo, e nunca esquecendo os benefícios do turismo no equilíbrio da balança de pagamentos e na captação de divisas estrangeiras.
Uso do solo ou perspectiva física/espacial	Planeamento baseado em planos de desenvolvimento apoiados na perspectiva do uso do solo, definida através das espécies ecológicas (animais e plantas), relevo e clima, e nunca esquecendo a componente social do destino turístico. Defende um tipo de estudo para certas áreas consideradas especiais, pela sua fragilidade (como é o caso das frentes marítimas ou fluviais, onde são estudados os impactos ao nível do emprego, dos acessos, da segurança, da qualidade do ar e da água, etc.) (Hall, 2000).
Abordagem orientada para a comunidade residente	O desenvolvimento turístico tem como objectivos: <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o nível de vida dos residentes, através dos objectivos económicos do turismo; • Desenvolver e criar infra-estruturas de apoio e animação, para usufruto dos turistas e residentes; • Assegurar que os tipos de desenvolvimento nos centros de visitantes são as mais correctas para esse propósito; • Estabelecer um tipo de desenvolvimento consonante com os valores culturais, sociais e económicos do destino; • Optimizar a satisfação do visitante (McIntosh, Goeldner e Ritchie, 1995). Através de parcerias entre grandes grupos económicos e comunidades locais (preferencialmente envolvendo o governo também) pode conseguir-se um turismo em que as tradições locais são respeitadas, a população sente que tem controlo sobre o futuro da sua localidade e não há conflitos pelo poder de recursos naturais.
Abordagem sustentável	Pressupõe uma série de medidas que englobam diversas variáveis: a formação ambiental por parte dos “produtores” e “consumidores” do turismo, marketing e promoção do turismo sustentável, adopção de critérios de qualidade, articulação com o ambiente e o ordenamento do território, participação das entidades governamentais no processo de planeamento/desenvolvimento turístico ou a auto-regulação das actividades turísticas (cf. WTO: 1993, e Hall, 2000).

Fonte: Moiteiro, A. I. (2000); *O Papel dos Instrumentos de Ordenamento do Território no Planeamento Turístico e no Equilíbrio entre a Relação Homem-Turismo-Ambiente (Caso de Estudo: Tróia)*, dissertação de mestrado, ESHTe, Estoril.

¹ *Boosterism* do inglês *boost*, que significa encorajamento ao incremento de algo.

Anexo VIII: Planeamento do Desenvolvimento Turístico em Portugal e na Europa

Nos termos da Constituição, os **Planos de Desenvolvimento Económico e Social** almejam:

- *O crescimento económico e o desenvolvimento harmonioso e integrado de sectores e regiões;*
- *A justa repartição individual e regional do produto nacional;*
- *A coordenação da política económica com as políticas social, educativa e cultural;*
- *A defesa do mundo rural;*
- *A preservação do equilíbrio ecológico e a defesa do ambiente;*
- *A melhoria da qualidade de vida do povo português.*

O **Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social** (PNDES) (2000-2006) pretendia “iniciar um novo ciclo na abordagem do planeamento, operacionalizando este conceito numa perspectiva de processo dinâmico” (citado por Vieira, 2007: 123) e tinha como objectivos:

- *Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social;*
- *Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro;*
- *Afirmar a valia do território e da posição geoeconómica do país;*
- *Promover o desenvolvimento sustentável das regiões, a qualidade de vida urbana e o desenvolvimento rural;*
- *Garantir a melhoria sustentada da protecção social.*

O PNDES beneficiou o turismo nacional, visto já como um sector económico “fortemente dinamizador de actividades económicas locais” e “um conjunto de actividades económicas que pode contribuir para preservar as características locais ou regionais, sem perigo de deslocalização de actividades e, conseqüentemente, de posto de trabalho” (PNDES, 1999 citado em Vieira, 2007: 123).

O trabalho de planeamento mais relevante em Portugal foi o **Plano de Desenvolvimento Regional** (PDR) 1994-1999, que pretendia “preparar Portugal para o século XXI”, no novo contexto europeu, competindo numa economia global e para uma vida de mais qualidade, onde o turismo integrava o subprograma “Turismo e Património Cultural” no programa operacional de “Modernização do Tecido Económico”, a par da agricultura, pesca, indústria, comércio e serviços. Pretendia-se a diversificação de produtos e mercados e a melhoria da qualidade da oferta e da qualificação dos recursos humanos.

Outro documento importante com efeitos no turismo foi a **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável** (ENDS – a primeira versão de 2002, relativa aos compromissos da “Cimeira da Terra” em 1992), que tinha como principais objectivos: garantir o desenvolvimento equilibrado do território, melhorar a qualidade ambiental, produção e consumo sustentáveis e rumo a uma sociedade solidária e do conhecimento. No que toca o turismo defende-se uma melhor articulação entre este e o ambiente, emprego e ordenamento do território.

Para a década de 2005-2015 a ENDS (citado em Vieira, 2007: 128) “consiste num conjunto ordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam, num horizonte de 10 anos, assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente.

A realidade nacional implica reconhecer que só haverá efectivo crescimento e convergência no quadro europeu se Portugal adoptar uma estratégia global de desenvolvimento sustentável. Assim, o grande desígnio que enforma a ENDS é o de ‘fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social.’”

Em 1986 apresenta-se o **Plano Nacional de Turismo** (PNT), o mais interessante e inovador trabalho de planeamento turístico, englobando todos os actores da actividade na sua análise para a “defesa intransigente da qualidade”. Um plano orientador para o sector público e

privado, com linhas de orientação genérica e respectivos objectivos e políticas – base para o **Plano Estratégico Nacional do Turismo** (PENT) de 2006.

Quadro VI: Objectivos e áreas de actuação do PNT de 1986 (Vieira, 2007)

Objectivos para o sector turístico	Áreas-chave de intervenção prioritária
Contribuir para: <ul style="list-style-type: none"> • Atenuar os défices cambiais, desequilíbrios e assimetrias regionais; • A melhoria da qualidade de vida da população portuguesa; • A protecção do património natural e valorização do património cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento turístico • Termalismo • Animação • Estrutura administrativa • Formação • Investimentos • Promoção

O ordenamento turístico tinha como base as regiões homogéneas e as seguintes figuras de ordenamento territorial do turismo:

- **ROT – Regiões de Ordenamento Turístico** (não claramente definidas), orientavam o aproveitamento dos recursos turísticos;
- **REAT – Regiões Específicas de Aproveitamento Turístico:** áreas com condições específicas para aproveitamento turístico;
- **ZPDT – Zonas Privilegiadas de Desenvolvimento Turístico:**
 - **EDT – Eixos de Desenvolvimento Turístico:** conjuntos direccionais de núcleos que podem constituir elementos importantes do desenvolvimento turístico das regiões onde se inserem;
 - **PDT – Pólos de Desenvolvimento Turístico:** áreas de concentração de relevantes recursos e equipamentos turísticos.

Estas zonas podiam classificar-se como saturadas, semi-saturadas, insuficientemente aproveitadas e zonas de reserva, com vista ao seu correcto aproveitamento através da definição do tipo de turismo e equipamentos a aplicar em cada região.

A estas figuras acrescem hoje:

- **ADT – Áreas de Desenvolvimento do Turismo:** áreas não urbanas, em forma de cunha, estreitando-se do interior para o litoral;
- **UNOR – Unidades de Ordenamento Turístico:** áreas que pela complementaridade biofísica, social e urbana, exigem um planeamento conjunto e integrado na delimitação das áreas de desenvolvimento turístico;
- **NDT – Núcleos de Desenvolvimento do Turismo:** aglomerados urbanos já existentes na Faixa Litoral;
- **AIT – Áreas de Interesse Turístico:** definidas pelas Câmaras Municipais no interior dos PDT;
- **APT – Áreas de Protecção Turística:** áreas com vocação turística ou com significativo potencial de futuro desenvolvimento turístico, onde se incentiva “*o investimento na reabilitação, extensão e melhoria da qualidade de empreendimentos existentes de relevante interesse para o turismo, mas fundamentalmente, o investimento em novos empreendimentos turísticos de qualidade e em infra-estruturas e ou actividades complementares de animação turística, no âmbito do turismo e lazer*” (Resolução do Conselho de Ministros, 2003 citado em Vieira, 2007: 209).

Em 2003 (durante a III Cimeira Mundial do WTTC em Vilamoura) o novo **Plano de Desenvolvimento do Sector do Turismo** (PDST) destaca o sector como um eixo de desenvolvimento económico nacional vital, com os seguintes propósitos:

Quadro VII: Objectivos e medidas do PDST de 2003 (Vieira, 2007)

Objectivos para o turismo	Medidas
<ul style="list-style-type: none"> • Rever a regulamentação e processo de aprovação e licenciamento de projectos turísticos dando maior flexibilidade ao processo de aprovação de projectos; • Criar um centro de apoio ao licenciamento de projectos; • Criar um novo instrumento de planeamento, ordenamento e gestão do território criando “Áreas de Protecção Turística”; • Criar um centro de avaliação, classificação e qualificação do alojamento turístico; • Qualificar os recursos humanos; • Agilizar o processo de licenciamento dos estabelecimentos de alimentação e bebidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vertente oferta: revisão da legislação, criação das Áreas de Protecção Turística e assegurar a qualidade pela formação; • Vertente procura: implementação de novo modelo de promoção com participação dos vários actores turísticos privilegiando as parcerias entre o sector privado e o sector público central e regional; • Vertente institucional: criação do Instituto de Turismo de Portugal, reforço do papel da DGT e revisão da legislação sobre as Regiões de Turismo; • Reforço da informação e conhecimento do sector.

Mais abrangentes que os planos regionais de turismo, existem os programas de turismo, como o **Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)**, que “visa a promoção e afirmação dos valores e potencialidade que estes espaços encerram, especializando uma actividade turística, sob a denominação de “turismo de natureza” e propiciando a criação de produtos turísticos adequados” (1998, citado por Vieira, 2007: 137) na **Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)** – áreas terrestres, águas interiores e marítimas de especial valia que exijam protecção. No continente a RNAP engloba o Parque Nacional da Peneda-Gerês, 12 parques naturais, 9 reservas naturais, 3 paisagens protegidas e monumentos naturais.

A nível europeu os principais marcos na regulamentação do território foram os seguintes:

- **Carta Europeia do Ordenamento do Território – Carta de Torremolinos**, aprovada em 1983 pela 6ª Conferência dos Ministros Europeus (cujos objectivos e princípios constam no quadro seguinte);
- **Europa 2000: As Perspectivas do Território Comunitário** – resultado da primeira reunião dos ministros do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em Nantes, 1989;
- **Europa 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu** – acrescenta a dimensão ambiental ao Europa 2000;
- **Estratégia Europeia para o Ordenamento do Território** – aprovada em 1991, em Ancara;
- **PEOT – Perspectivas Europeias de Ordenamento do Território** de 1999: define objectivos políticos e princípios gerais com vista ao desenvolvimento sustentável equilibrado do território europeu, respeitando a sua diversidade;
- **ETE – Estratégia Territorial Europeia** (em inglês *ESDP – European Spatial Development Perspective*): referência das políticas europeias sobre o espaço territorial, de modo a combinar e integrar objectivos de coesão, protecção, competitividade e sustentabilidade;
- **Programa TERRA** – testa instrumentos e métodos de ordenamento do território e avalia opções da ETE;
- **EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário**: quadro orientador das políticas sectoriais da ETE, com quatro grandes domínios, a evolução das zonas urbanas e rurais, os transportes e o património natural e cultural (cujos objectivos se listam no quadro IX).

Quadro VIII: Objectivos e princípios da Carta de Torremolinos (Vieira, 2007: 158)

Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu	Objectivos globais
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado das regiões e de uma maior competitividade; • Incentivar o desenvolvimento gerado pelas funções urbanas e melhorar a relação cidade-campo; • Promover uma acessibilidade mais equilibrada; • Desenvolver o acesso à informação e ao conhecimento; • Reduzir os danos ambientais; • Valorizar e proteger os recursos naturais e o património natural; • Valorizar o património cultural como factor de desenvolvimento; • Explorar os recursos energéticos com segurança; • Incentivar um turismo sustentável e de grande qualidade; • Minimizar o impacto das catástrofes naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade de vida das populações; • Gestão responsável dos recursos naturais, reduzindo os conflitos entre usos alternativos; • Protecção do ambiente com especial atenção às belezas naturais e ao património cultural e arquitectónico; • Utilização racional do território, assegurando as terras agrícolas e florestais e regulando a implantação de grandes complexos industriais e de infra-estruturas.

Quadro IX: Objectivos do EDEC (Vieira, 2007)

Objectivos globais	Objectivos específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a coesão económica e social; • Promover o desenvolvimento sustentável pela conservação e gestão dos recursos naturais e culturais, salvaguardando as identidades regionais; • Promover uma competitividade territorial europeia mais equilibrada, através da cooperação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar as políticas sectoriais da União no contexto territorial, considerando o território "um bem comum"; • Facilitar a elaboração de uma estratégia integrada e multisectorial, segundo o modelo territorial policêntrico.

Anexo IX: Áreas de Protecção Ambiental e o Turismo

Um modo de protecção e conservação ambiental é o estabelecimento de áreas Naturais Protegidas, que procuram garantir a conservação da diversidade biológica. Para as quais o turismo surge como um importante promotor dos benefícios socioeconómicos no que respeita (OMT/Pnuma, 1992 em Vieira, 2007):

- *a geração de emprego local, tanto directamente no sector turístico, como nos diversos sectores auxiliares e de gestão de recursos;*
- *a geração de divisas;*
- *a diversificação da economia local, em especial nas zonas rurais e no entorno, em que o emprego na agricultura é esporádico e insuficiente;*
- *ao estímulo do aperfeiçoamento da infra-estrutura de transportes e comunicação locais, com consequentes benefícios para a população local;*
- *a criação de instalações recreativas que podem ser utilizadas tanto por comunidades locais, como por visitantes;*
- *a correcta organização, que possa proporcionar um mecanismo de auto-financiamento para a manutenção do parque e, portanto, servir de instrumento para a conservação do património natural.*

Para que o desenvolvimento do turismo nestas áreas se proceda correctamente o mais importante é a mudança dos envolvidos: turistas, administração e colaboradores públicos e privados e população local. Todos têm de se convencer da importância da protecção do ambiente, como fundamental para a manutenção da vida na Terra. Como tal, deve ser utilizado como recurso de modo permanente, conservando-o para o usufruto das gerações vindouras.

As **áreas protegidas** são áreas homogéneas do ponto de vista biofísico e socioeconómico, constituindo unidades de paisagem, podem ser de interesse nacional, regional, local ou de estatuto privado e classificam-se nas seguintes categorias (Vieira, 2007: 186):

- **Parque nacional** – área com um ou vários ecossistemas inalterados ou pouco alterados pela intervenção humana.
- **Reserva natural** – área destinada à protecção de habitats da flora e fauna.
- **Parque natural** – área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, exemplo da integração harmoniosa da actividade humana e da natureza, com amostras de um bioma ou região natural.
- **Monumento natural** – ocorrência natural com um ou mais aspectos cuja singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos e culturais, exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade.
- **Paisagem protegida** – área com paisagens naturais, seminaturais e humanizada, de interesse regional ou local, resultantes da interacção harmoniosa do homem e da natureza, com grande valor estético ou natural.
- **Sítio de interesse biológico** – área protegida de interesse privado, com o objectivo de proteger espécies da fauna e da flora selvagem e respectivos habitats naturais com interesse ecológico ou científico.
- **Reservas marinhas** – visam a protecção das comunidades e dos habitats marinhos sensíveis, de forma a assegurar a biodiversidade marinha.
- **Parques marinhos** – visam a protecção, valorização e uso sustentável dos recursos marinhos, através da integração harmoniosa das actividades humanas.

De modo a organizar a fruição turística das áreas protegidas criou-se o Programa Nacional de Turismo de Natureza.

Anexo X: Corredores ecológicos na Mata de Sesimbra (Pelicano, 2007)

O ordenamento levado a cabo no Plano de Pormenor da Zona Sul: Mata de Sesimbra (PPZSMS) delimita cinco géneros de corredores ecológicos (definindo os seus usos florestais, agrícolas e pastoris, e em formas de recreio, localizadas e controladas, como corrida, percursos (pedonais, de bicicleta ou a cavalo), observação ou fotografia de natureza), que suportam e asseguram:

- As correntes e os fluxos migratórios sud-ocidental europeus e transcontinentais com incidência no território;
- O contínuo ecológico entre as diferentes áreas naturais classificadas ao nível regional (áreas nucleares de conservação), que englobam na Península de Setúbal situações com relevância internacional, europeia, nacional, regional e local;
- Os fluxos e as ligações entre as restantes áreas naturais e semi-naturais do território regional e entre estas e as áreas nucleares de conservação;
- O possível contorno ou desbloqueio de estrangulamentos e intrusões de estruturas construídas nos corredores com significado pelo menos regional.

Quadro X: Tipologia dos corredores ecológicos (Pelicano, 2007)

Tipo de corredor	Descrição
Corredores Litorais (Nível 1)	Áreas litorais regionais com corredores com importância internacional, em resultado do importante papel que desempenham no apoio e suporte aos fluxos migratórios sazonais do Paleártico, bem como entre esta região biogeográfica e a Africana, quer em termos das “passagens” ligadas às movimentações pré e pós reprodutoras, quer em termos de comunidades de nidificantes ou de invernantes.
Corredores nos Vales Principais (Nível 2)	As situações a que estão ligados os fluxos migratórios sazonais ou temporários com importância nacional, designadamente os que ligam entre si os estuários do Tejo e Sado com a Lagoa de Albufeira e o conjunto destes com a Arrábida e a Arriba Fóssil, e que se estruturam nos vales da ribeira da Apostiça, que corta transversalmente a Mata de Sesimbra, e da Vala Real de Coína, que margina a Mata a Nascente.
Corredores nos Vales Secundários (Nível 3)	Estruturas associadas (drenantes) aos Vales Principais, que integram fluxos e sistemas de revitalização biofísica com incidência regional e integram os vales das ribeiras da Ferraria, Aiana, Pateira, Brava e seus tributários, Amieiros e Vale Bom.
Corredores Locais Principais (Nível 4)	Corredores com importância municipal/local. Estabelecem continuidade e derivações aos corredores de nível superior, e integram na base da estrutura verde da Mata de Sesimbra 4 conjuntos diferenciados, mas complementares nas suas funções sistémicas e de revitalização biofísica: <ul style="list-style-type: none"> • as linhas de água tributárias dos cursos de água principais e delimitadas como da REN (cursos de água claramente estruturados, ainda que efémeros, tributárias dos cursos de água principais e delimitados como REN, integrando uma faixa de protecção de 10 metros para cada lado); • as estruturas verdes de alinhamento ao longo de caminhos e vias (integram elementos lineares planeados, estruturados e geridos segundo modelos propostos para a Mata, visando fins múltiplos, incluindo objectivos ecológicos, estéticos, de recreio e de prevenção de incêndios, entre outros); • as manchas de habitats classificados como prioritários e exteriores às áreas de conservação (conjunto de estruturas com ocorrência pontual na Mata que integra os habitats classificados como prioritários e que se localizam fora das áreas nucleares de conservação); • a rede de pontos e planos de água (elementos com água à superfície directamente acessíveis pelas espécies silvestres, existentes ou a requalificar, bem como aqueles que se prevêem construir com o mesmo objectivo, incluindo, designadamente, açudes e albufeiras, charcas, charcos temporários, fontes, tanques e alguns poços).
Corredores Locais Secundários (Nível 5)	Linhas de água da rede hidrográfica secundária incluída na REN concelhia, no geral com estruturas muito difusas e cursos de água episódicos, quando a pluviosidade é muito intensa e concentrada.

Anexo XI: Sistema Verde na Mata de Sesimbra (Pelicano, 2007)

O Sistema Verde é um sistema de espaços abertos, predominantemente verdes, que, de acordo com a morfologia e sensibilidade ecológica própria de cada unidade territorial do PPZSMS, estruturam todo o tecido edificado definindo não só o tipo de estrutura, como a sua hierarquia.

A afectação de usos neste sistema permite, para além da salvaguarda de áreas indispensáveis à manutenção do equilíbrio biológico, o desenvolvimento do tecido urbano com base numa rede de activação biológica. Este sistema será responsável por:

- Estruturar o espaço de ocupação turística;
- Manter e recriar o contacto dos utilizadores do espaço com os fenómenos naturais e a paisagem envolvente dos empreendimentos;
- Suportar as actividades de lazer e recreio e os equipamentos de utilização comum dos empreendimentos;
- Enquadrar as infra-estruturas de transporte não motorizado;
- Melhorar a qualidade estética do espaço, só possível através do contraste entre os materiais vegetal e inerte, considerados para a sua concepção.

A estrutura do sistema verde é definida e formalizada pela seguinte hierarquia:

- 1) **Estrutura Primária** – Elementos de Estrutura Ecológica, que formalizam, na área do Plano, a visão estratégica e conjunta do território, integrando uma rede de áreas que visam o funcionamento dos ecossistemas fundamentais da paisagem, bem como um sistema de apoio à vida silvestre que convém estabelecer, manter e desenvolver no meio urbano, assegurando a continuidade da paisagem.
- 2) **Estrutura Primária** – Novos Corredores Ecológicos, que, em conjunto com os primeiros, asseguram o estabelecimento de ligações físicas e naturais entre os centros urbanos previstos. Em complemento a estes corredores são incluídas na Estrutura Primária as áreas de sobreiro e pinhal manso existente, e outras áreas livres de urbanização que serão requalificadas e que se constituem como áreas peri-urbanas/áreas agro-florestais de transição (a esta rede verde estão associadas funções de carácter ecológico e funcional, privilegiando-se a instalação de equipamentos de utilização comum, espaços verdes urbanos, sistemas de recreio e lazer e zonas de desporto livre).
- 3) **Estrutura Secundária** – formalizada na organização interna do empreendimento turístico, em articulação com a Estrutura Primária, integra faixa(s) de arborização, ciclovia e/ou passeio pedonal. O conjunto definido e hierarquizado informa no plano a recriação de alguns troços da paisagem tradicional e de ecossistemas naturais mais representativos da paisagem envolvente.

O traçado do Sistema Verde dispõe o desenho urbano e informa o desenvolvimento das urbanizações previstas, retirando partido das melhores condições de conforto exterior, da valorização dos elementos naturais existentes no terreno (relevo e elementos do coberto vegetal próprios do sítio), e das menores exigências especiais de manutenção, em especial dos de natureza hídrica que, à partida, se sabem ser limitantes do efectivo e sustentável desenvolvimento turístico.

A circulação pedonal e/ou velocipédica percorre toda a urbanização e mantém uma rede própria e independente da circulação rodoviária, através dos corredores verdes de hierarquia ecológica, primária e secundária.

Os princípios fundamentais de concepção do plano foram assim, desde o início apoiados no relevo, portanto sem grandes alterações topográficas, na ocupação do solo, e na própria morfologia do terreno.

Anexo XII: Plano de Acção de Sustentabilidade (Pelicano, 2004)

O Plano de Acção de Sustentabilidade (SAP, em inglês *Sustainability Action Plan*) do projecto Mata de Sesimbra da Pelicano estabelece compromissos ao longo do tempo, através de um sistema de gestão e recolha de informação continuada. Ao qual se alia o programa de gestão ambiental (dentro e fora do empreendimento) com sistemas de gestão paralelos e coincidentes durante a vigência de todo o contrato (20 anos).

Dos 10 princípios OPL (Uso de Materiais de Construção Sustentáveis, Plano de Zero Carbono, Plano de Zero Resíduos, Energia renovável e o seu uso eficiente, Uso de recursos locais, Plano de Transportes Sustentável, Plano de Conservação da Fauna e da Flora, Plano de Conservação da Água, Plano de Qualidade de Vida e Plano de Património), há alguns pontos a destacar. O Plano de Zero Carbono estabelece que o projecto como um todo deve ter como objectivo um balanço neutro de Dióxido de Carbono (CO₂); o Plano de Zero Resíduos pretende seguir uma estratégia concordante e melhorar as estratégias nacional e regional de gestão de resíduos; o Uso de recursos locais representa um incremento para a economia local e uma contribuição para o desenvolvimento económico local, na medida em que beneficia produtores e fornecedores locais; e o Plano de Qualidade de Vida almeja que o projecto, através de relações dinâmicas entre o projecto e a sua envolvente, seja capaz de induzir um equilíbrio progressivo dentro das dimensões social e física do ambiente, mas também entre as mesmas. Mais ainda, ao mesmo tempo que reflecte a identidade local, o projecto deve fortalecer essa mesma identidade e induzir mudanças positivas e equilibradas na realidade social e física da comunidade.

Diversos relatórios que incluam a informação recolhida acerca de cada princípio OPL serão tornados disponíveis ao público. Estes relatórios servem duas funções, a informação ao público e o estabelecimento de padrões de *benchmark*.

1. USO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEIS

Contrariamente aos demais países da UE, Portugal não tem um documento que defina o impacto do uso de materiais de diferentes tipos, nem uma política global de utilização de materiais com menor impacto. Pelo que as Análises do Ciclo de Vida dos materiais ficam a cargo da empresa Pelicano. A qual escolherá os materiais de acordo com:

- 1) Cada material deverá ser sujeito a uma análise de Ciclo de Vida e a um valor de carbono (CO₂) incorporado. Este valor poderá ser obtido através da análise das fases de transporte, construção, uso e desmantelamento.
- 2) Os aspectos acima descritos poderão ser obtidos através da utilização de um conjunto de factores apropriados tais como: reutilização directa e indirecta de materiais, grau de reciclagem utilizado para obter os materiais, grau de impacto ambiental na extracção e produção (considerando quer impactos directos, quer indirectos), tipo e extensão do transporte de materiais quer para os locais de produção quer de construção, os resíduos que a sua aplicação pode gerar, e o grau de reciclabilidade e facilidade de desmantelamento, entre outros.
- 3) O grau de toxicidade de aplicação dos materiais e o seu uso devem constituir um factor de exclusão, i.e. o material tóxico² deve ser aplicado apenas quando não existir alternativa disponível.

² Materiais de construção que possam emitir compostos orgânicos voláteis (COV).

Quanto aos resíduos da fase de construção irá ser realizado um programa de gestão ambiental da obra que incluirá regras específicas de separação de resíduos, nomeadamente por tipologia de separação e perigosidade.

Quadro XI.a: Uso de materiais de Construção sustentáveis - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 15)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
Redução em 10% do CO ₂ incorporado nos materiais de construção, no transporte e no uso (controlado através da informação disponível)	Redução em 20% do CO ₂ incorporado nos materiais de construção, no transporte e no uso (controlado através da informação disponível)	Redução em 35% do CO ₂ incorporado nos materiais de construção, no transporte e no uso (controlado através da informação disponível)	Redução em 50% do CO ₂ incorporado nos materiais de construção, no transporte e no uso (controlado através da informação disponível)
Redução em 35% no uso e aplicação de materiais tóxicos	Redução em 50% no uso e aplicação de materiais tóxicos	Redução em 70% no uso e aplicação de materiais tóxicos	Redução em 90% no uso e aplicação de materiais tóxicos
Aumento em 10% nos materiais recicláveis (uso directo e indirecto, como seja, incorporação em outros materiais como no cimento)	Aumento em 20% nos materiais recicláveis (uso directo e indirecto)	Aumento em 35% nos materiais recicláveis (uso directo e indirecto)	Aumento em 50% nos materiais recicláveis (uso directo e indirecto)
Recolha de informação sobre os resíduos provenientes das actividades da construção	Redução em 10% dos resíduos provenientes da construção	Redução em 20% dos resíduos provenientes da construção	Redução em 40% dos resíduos provenientes da construção

Os indicadores relacionados com o uso de materiais de construção sustentáveis serão monitorizados durante as fases de projecto e construção. Será feita uma desagregação por tipo, qualidade e quantidade dos materiais por forma a avaliar o uso correcto do grupo de critérios do Plano de Materiais de Construção Sustentável.

Quadro XI.b: Uso de materiais de Construção sustentáveis - Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 14)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
% de materiais reciclados (uso directo e indirecto)	- Será definida uma política global tendo como objectivo negociar com empresas certificadas ambientalmente, ou que sejam capazes de fornecer informação acerca dos seus procedimentos e impactes ambientais - Será definida uma política global tendo como objectivo promover a utilização de resíduos como material alternativo ou como valorização energética na produção dos materiais	Computação de Análise do Ciclo de Vida e CO ₂ , sempre que possível	Exceder em 50% a base do <i>benchmarking</i>	Baixo nível de consciencialização e certificação dos produtores
% de materiais tóxicos em uso e aplicação			Menos 90% que o <i>benchmarking</i>	
% de materiais pré-fabricados			-	
% de produção local / regional			Exceder em 50% a base do <i>benchmarking</i>	
CO ₂ incorporado na produção, transporte e uso			Menos 30% que o <i>benchmarking</i>	

2. PLANO DE CARBONO ZERO

Considera-se os três tipos principais do uso da energia: edifícios, equipamentos e sistemas. O grupo dos equipamentos engloba as casas, apartamentos e hotéis e todos os equipamentos de suporte e de lazer existentes no empreendimento (como a igreja, os campos de jogos e os restaurantes). A categoria dos sistemas inclui redes de infra-estruturas, bombagem e iluminação pública.

O plano global de 'Carbono Zero' irá incluir o balanço integrando o Sistema de Transportes Verde, a Energia Renovável e os aspectos da Eficiência Energética.

A variação dos valores dos indicadores de desempenho foi realizada assumindo dois cenários base. O cenário 1 considerou uma casa portuguesa típica onde os métodos de construção e exigências energéticas estandardizados (com médias nacionais e cálculos para casas 'tipo'/standard). O cenário 2 considerou uma situação onde os padrões de construção e equipamentos pudessem responder de forma satisfatória ao desafio do 'Carbono Zero'.

As medidas do Plano da Água também foram contempladas na medida em que a redução do uso de água quente é determinante nos gastos energéticos.

Quadro XII: Plano de Carbono Zero – Comparação de cenários (Pelicano, 2004: 20)

	Cenário 1 Casa portuguesa Tipo	Cenário 2 OPL
Pressupostos	Exigência média de energia Electrodomésticos Classe-A Regulamentos de Edifícios 2002	Design Bio-climático Electrodomésticos Classe-A Reduzida exigência energética Plano de água Uso de sistemas solares e passivos
Consumo global de energia: Edifícios	135,22 kWh/m ²	39,13 kWh/m²
Iluminação e Electrodomésticos	37,10 kWh/m ²	22,38 kWh/m²
Bombas e Ventoinhas	5,50 kWh/m ²	3,07 kWh/m²
Água Quente	25,88 kWh/m ²	10,35 kWh/m²
Aquecimento/Arrefecimento do Espaço	66,74 kWh/m ²	3,34 kWh/m²

Os dados dos indicadores relacionados com o consumo e produção de energia serão monitorizados de modo a fornecer um balanço oferta-procura. Esta mesma metodologia será aplicada ao princípio da Energia Renovável e Eficiência Energética.

Os relatórios relativos à evolução do Plano de Carbono Zero enfatizarão o cumprimento de objectivos. Os utilizadores do empreendimento também terão acesso aos dados através da intranet. Estas acções estimularão o público a apoiar medidas de bom desempenho energético e a encorajar mais acções de poupança energética.

Quadro XII.a: Plano de Carbono Zero - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 25)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
Balanço Global de CO ₂ igual a 70% do valor standard	Balanço Global de CO ₂ igual a 60% do valor standard	Balanço Global de CO ₂ igual a 20% do valor standard	Balanço Global de CO ₂ igual a 0g

Quadro XII.b: Plano de Carbono Zero – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 22-24)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Iluminação e Equipamento por tipologia (kWh/m ²)	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os resultados da monitorização energética aos utentes de modo a aumentar a consciência do consumo; • Disponibilizar dados online acerca do desempenho energético na rede interna; • Implementar incentivos para os utentes com melhor desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Vender casas com electrodomésticos classe-A instalados; • Vender casas com lâmpadas fluorescentes compactas (CFL) instaladas; • Desenhar os edifícios de modo a maximizar o uso da luz natural; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior custo
Ventilação por tipologia (kWh/m ²)		<ul style="list-style-type: none"> • Desenhar soluções naturais guiadas pelo vento; 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor residual 	<ul style="list-style-type: none"> • Pode entrar em conflito com o design arquitectónico
Água Quente por tipologia (kWh/m ²)	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os resultados da monitorização do uso de água quente aos utentes de modo a aumentar a consciência do consumo; • Disponibilizar dados online sobre o desempenho respeitante a água quente na rede interna; • Implementar incentivos para os utentes com melhor desempenho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Medidas no “Plano da Água” de modo a reduzir o consumo de água quente (condicionadores de fluxo, torneiras pulverizadoras e chuveiros eficientes); • Uso de Painéis de Aquecimento Solares nos edifícios para o uso de água quente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo mais elevado; • Pode entrar em conflito com o design arquitectónico
Aquecimento/Arrefecimento do Espaço por tipologia (kWh/m ²)		<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir perdas de calor pelo uso de princípios de aquecimento solar passivos; • Maximizar as soluções de isolamento; • Maximizar as fachadas viradas para sul e minimizar o sombreado de edifícios adjacentes; • Design de sombreado Verão/Inverno; • Uso de vidros duplos/triplos; • Implementar soluções de poupança energética para funções de aquecimento/arrefecimento sempre que necessário; • Aumentar o isolamento das janelas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor residual. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo mais elevado; • A Legislação Nacional pode ser uma barreira para algumas soluções.
Eficiência da Iluminação Pública (%)		<ul style="list-style-type: none"> • Optimizar as horas de iluminação dia-noite; • Optimizar as perdas de luz pela redução das áreas sobre-iluminadas; • Uso de lâmpadas CFL; • Uso de energia foto voltaica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a eficiência geral e reduzir a poluição da luz. 	-
Emissão de CO ₂ para a Energia (gCO ₂ /kWh)		<ul style="list-style-type: none"> • Maximizar o uso de energia não-fóssil. 	<ul style="list-style-type: none"> • 0g CO₂/kWh 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo mais elevado; • A Legislação Nacional pode ser uma barreira para algumas soluções.

3. PLANO DE ZERO RESÍDUOS

Serão feitas quatro campanhas por ano, uma por estação, de modo a saber que tipo de pessoas produz que tipo de resíduos, para averiguar que plano de atitudes e comportamentos será mais eficaz no sentido de apontar a mudanças comportamentais. Para os resíduos efectivamente separados nas casas serão usados dados dos transportadores, que nos fornecerão o peso de cada tipo de resíduo, de modo a que o sistema suporte o custo do transporte e do destino final.

Quadro XIII: Plano de Zero Resíduos – Comparação de cenários (Pelicano, 2004: 27)

Percentagem de Resíduos	Cenário 1 Percentagem de resíduos na Região de Setúbal	Cenário 2 OPL – Energia fóssil zero, resíduos comunitários zero
Pressupostos	Resíduos Médios de Produção Baixos Níveis de Reciclagem Altos Níveis de Compostagem	25% de resíduos enviados para aterro 25% de resíduos separados 50% de resíduos enviados para compostagem 25% de redução na produção de resíduos
Enviados para aterro	50%	5%
Enviados para incinerar	0%	0%
Percentagem de resíduos separados nas casas	3%	25%
Enviados para compostagem	45%	45%
Redução da produção de resíduos	0%	25%

Quadro XIII.a: Plano de Zero Resíduos - Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 29-30)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Redução da produção de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de mudanças comportamentais para a redução do uso de embalagens secundárias e terciárias (Planos de Mudança de Atitudes e Comportamentos). 	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição de vegetais e outras comidas em embalagens que possam ser reutilizadas; Promover a reutilização de embalagens aquando do transporte de bens do supermercado; Promover a venda de embalagens reutilizáveis; Promover a venda de embalagens com maior capacidade; Promover a venda de produtos concentrados; Promover a venda de baterias recarregáveis; Não promover a venda de utensílios descartáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Redução em 25% da produção de resíduos face aos valores nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> O sucesso depende das mudanças de comportamento; Será necessária uma distribuição eficiente de produtos em todas as casas; Será necessário que a escolha de produtos disponíveis para compra obedeça aos critérios impostos nas medidas.
% de resíduos enviados para aterro	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de mudanças de comportamento para a separação de resíduos (Planos de Mudança de Atitudes e Comportamentos). 	<ul style="list-style-type: none"> Separação eficiente de resíduos. 	<ul style="list-style-type: none"> 5% de resíduos enviados para aterro 	<ul style="list-style-type: none"> O sucesso depende das mudanças de comportamento para separar os diferentes tipos de resíduos.
% de resíduos enviados para compostagem		<ul style="list-style-type: none"> Separação eficiente de resíduos orgânicos. 	<ul style="list-style-type: none"> 45% de resíduos enviados para compostagem. 	
% de resíduos enviados para incineração		<ul style="list-style-type: none"> Não enviar resíduos para um lugar que promova a incineração. 	<ul style="list-style-type: none"> 0% de resíduos enviados para incineração. 	-
% de resíduos separados nas casas		<ul style="list-style-type: none"> Colocar diferentes contentores para cada tipo de resíduo. 	<ul style="list-style-type: none"> 25% de resíduos reciclados. 	<ul style="list-style-type: none"> O sucesso depende das mudanças de comportamento.

Quadro XIII.b: Plano de Zero Resíduos - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 30)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
Percentagem de resíduos enviados para aterro – não mais de 40%	Percentagem de resíduos enviados para aterro – não mais de 30%	Percentagem de resíduos enviados para aterro – não mais de 25%	Percentagem de resíduos enviados para aterro – não mais de 5%
Redução de 10% dos resíduos produzidos	Redução de 15% dos resíduos produzidos	Redução de 20% dos resíduos produzidos	Redução de 25% dos resíduos produzidos

Os respectivos relatórios revelarão a evolução das quantidades de resíduos, separados e não separados, e, principalmente, a taxa de reciclagem atribuível a uma boa separação de resíduos. Isto estimulará o público a separar os resíduos de um modo melhor e mais intenso.

4. ENERGIA RENOVÁVEL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Foram definidos dois indicadores principais para determinar a energia renovável e a eficiência energética. A primeira representa a quantidade de energia produzida a partir de fontes renováveis por ano. O segundo indicador refere-se à quantidade de dióxido de carbono produzido por energia consumida.

Quadro XIV.a: Energia Renovável e Eficiência Energética – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 35)

Indicadores	Medidas	Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Estruturais e Funcionais		
Produção de energia renovável por tipo (kWh)	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir design foto voltaica nas definições arquitectónicas e de produção centralizada; • Incluir o design Térmico Solar nas definições arquitectónicas; • Uso de aquecimento de Biomassa de pequena escala; • Uso de energia eólica; • Uso de lençóis de água para o sistema de refrigeração do espaço; • Ligação à Rede Nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maximizar a produção de Energia Renovável 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo mais elevado; • Alcançar consumos de massa críticos; • A Legislação Nacional pode ser uma barreira para algumas soluções.
Emissão de CO ₂ para Energia (gCO ₂ /kWh)	<ul style="list-style-type: none"> • Maximizar o uso de energia não-fóssil. 	<ul style="list-style-type: none"> • 0g CO₂/kWh 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo mais elevado; • Alcançar consumos de massa críticos; • A Legislação Nacional pode ser uma barreira para algumas soluções.

Quadro XIV.b: Energia Renovável e Eficiência Energética - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 36)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
kWh produzido por fontes de energia renováveis/ kWh consumido dentro do empreendimento igual a 20%	kWh produzido por fontes de energia renováveis/ kWh consumido dentro do empreendimento igual a 40%	kWh produzido por fontes de energia renováveis/ kWh consumido dentro do empreendimento igual a 80%	kWh produzido por fontes de energia renováveis/ kWh consumido dentro do empreendimento igual a 100%

5.USO DE RECURSOS LOCAIS

As principais apostas focam-se no consumo primordial de bens e serviços produzidos localmente, e no emprego da população local através do desenho de planos de desenvolvimento de postos de trabalho e de formação.

Apesar de não existir informação relativa às percentagens de bens e serviços consumidos actualmente que são produzidos a nível local, nacional e internacional, são avançados objectivos para o vigésimo ano do empreendimento. Ainda assim, salvaguarda-se a possibilidade de reformulação dos mesmos face aos valores apresentados no decurso do primeiro ano de actividade do mesmo. Está neste momento em curso a recolha de informação actual relativa a actividades de serviços, comércio, indústria e turismo; bem como dos níveis de emprego e desemprego (já que os dados dos Censos 2001 são anteriores aos fenómenos mais recentes de aumento dos índices de desemprego), e das áreas de actividade dos desempregados.

Quadro XV: Uso de Recursos Locais – Comparação de cenários (Pelicano, 2004: 38 e 39)

Percentagem de bens e serviços consumidos que são produzidos localmente (distância inferior a 50km)	Cenário 1 Percentagem de bens e serviços consumidos que são produzidos localmente (distância inferior a 50km)	Cenário 2 OPL- Percentagem desejável de bens e serviços consumidos que são produzidos localmente (distância inferior a 50km)
(A ser deduzida através da recolha de informação, uma vez que não está disponível neste momento)	(A ser deduzida através da recolha de informação uma vez que não está disponível neste momento)	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 50% dos bens e serviços são produzidos a menos de 50 km • 30% máximo de bens e serviços são produzidos a nível nacional • 20% máximo de bens e serviços são produzidos a nível internacional

Quadro XV.a: Uso de Recursos Locais 1 – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 40-45)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Percentagem de melhoria económica que está directa ou indirectamente relacionada com o projecto	<ul style="list-style-type: none"> • Promover atitudes positivas face a consumir bens e serviços locais e nacionais vs. internacionais e enfatizar a sua importância (Plano de Atitudes). • Estratégia de comunicação para promover o uso e consumo de bens e serviços locais (Plano de Atitudes para Recursos Locais). 	-	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a economia local 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade dos produtores locais para fornecer bens e serviços com níveis adequados de qualidade.
Taxas de desemprego local/regional por diferentes grupos etários	-	<ul style="list-style-type: none"> • Incluir itens nos contratos que exijam uma política de emprego clara, promovendo o emprego dos residentes locais ou que habitam na mesma região, sem desrespeito pelos princípios de igualdade (Plano de Trabalho). • Desenvolver um plano de formação profissional para as pessoas locais sempre que necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Decréscimo do desemprego local e regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Competências profissionais das pessoas locais, e sua capacidade para se adaptar a diferentes contextos laborais.
Taxas de desemprego local/regional por diferentes categorias profissionais	-	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um plano de formação profissional para as pessoas locais sempre que necessário. 		
Número de horas de formação profissional	-	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver um plano de formação profissional para as pessoas locais sempre que necessário. 		<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade das pessoas para aprender e desenvolver novas competências.

Quadro XV.b: Uso de Recursos Locais 2 – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 40-45)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
% de produtos ou serviços ³ que são produzidos localmente (este nível estende-se até 50 km, incluindo pois o nível regional e abrangendo regiões vizinhas: Setúbal e Lisboa) por categoria de produto/serviço	<ul style="list-style-type: none"> Promover atitudes positivas face a consumir bens e serviços locais e nacionais vs. internacionais; e enfatizar a sua importância (Plano de Atitudes). 	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico para identificar produtores locais (dentro de um raio de 50 km) e organizar uma rede de fornecedores de produtos e serviços. Incluir itens nos contratos que exijam uma política clara de aquisição de bens e contratação de serviços, a qual promova a aquisição e contratação ao nível local/regional sem desrespeito pelo princípio do preço e qualidade. Apoiar iniciativas para desenvolver a produção de bens e serviços que não existam na área local e sejam necessários ao projecto. Uso de bens produzidos na Mata de Sesimbra Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> 25% da comida consumida no interior do recinto turístico produzida ao nível regional 15% dos serviços fundamentais fornecidos por entidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Produtos ou serviços que não existam na região Baixa qualidade dos produtos.
% de produtos ou serviços que são produzidos ao nível nacional por tipo de categoria de produto/serviço		<ul style="list-style-type: none"> Incluir itens nos contratos que exijam uma política clara de aquisição de bens e contratação de serviços, a qual promova a aquisição e contratação ao nível local/regional sem desrespeito pelo princípio do preço e qualidade. Apoiar iniciativas para desenvolver a produção de bens e serviços que não existam na área local e sejam necessários ao projecto. 	<ul style="list-style-type: none"> 25% da comida produzida no interior do recinto turístico produzida ao nível nacional 	
% de produtos ou serviços que são produzidos ao nível internacional por tipo de categoria de produto/serviço			<ul style="list-style-type: none"> Reduzir a quantidade total de bens e serviços produzidos no estrangeiro 	<ul style="list-style-type: none"> Produtos ou serviços que apenas existam no estrangeiro Baixa qualidade dos produtos
Percentagem média de melhoria económica para os produtores e serviços locais/regionais ⁴				<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a economia local

Quadro XV.c: Uso de Recursos Locais - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 46)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
Identificação das percentagens de bens e serviços consumidos por local de produção, para diferentes tipos de produtos e categorias de serviços	<ul style="list-style-type: none"> Aumento das percentagens de consumo de bens e serviços produzidos localmente (i.e. à escala regional) Diminuição das percentagens de consumo de bens e serviços produzidos à escala internacional 		<ul style="list-style-type: none"> Aumento das percentagens de consumo de bens e serviços produzidos localmente (i.e. à escala regional) Diminuição das percentagens de consumo de bens e serviços produzidos à escala internacional - 25% dos produtos alimentares consumidos no empreendimento de origem regional 25% dos produtos alimentares consumidos no empreendimento de origem nacional 15% dos serviços estratégicos providenciados pelas autoridades locais
Identificação das percentagens de Crescimento Económico Local	Aumento das percentagens de Crescimento Económico Local		

³ A percentagem de produtos refere-se à quantidade de produtos (em toneladas), enquanto a percentagem de serviços refere-se à quantidade de custos dispendidos em serviços (em euros).

⁴ Estes indicadores aplicam-se também à Qualidade de Vida.

Deve existir uma actualização anual das listas que identificam os bens e serviços consumidos no seio do recinto turístico, bem como das entidades que os produziram ou forneceram; e estas listas devem ser disponibilizadas ao público em geral. Deverão também ser disponibilizadas as quantidades de consumo de bens e serviços fornecidas por cada entidade.

Devem ser formalizadas parcerias através de contratos que exijam a contínua melhoria ambiental de ambos os lados, e de modo a monitorizar melhorias deve ser desenvolvido um relatório de melhoria pelos fornecedores de cinco em cinco anos. Estes relatórios deverão também ser disponibilizados ao público.

6. PLANO DE TRANSPORTES SUSTENTÁVEL

A aposta mais forte do plano consiste na redução do uso do automóvel. Alguns estudos sobre as necessidades de transporte relativa a viagens pendulares (entre casa e o trabalho) para as pessoas que vivem em Sesimbra já foram identificados; estando neste momento a ser desenvolvidos estudos que permitam aferir as necessidades de transporte da população de forma mais detalhada, incluindo a deslocação para núcleos ou áreas de lazer.

Devem ser efectuadas avaliações periódicas (uma vez por ano considerando todo o tipo de utentes e destinos das viagens (e.g. praia, casa, trabalho...), usando os métodos de sondagem ou de mapeamento comportamental) da satisfação com as viagens, que permitam uma avaliação dos níveis globais de satisfação e stress, de factores de insatisfação ou de oportunidades para melhorar a satisfação (e.g. identificação de necessidades insatisfeitas). A concretização dos objectivos respeitantes às percentagens de uso de diferentes modos de transporte e o sucesso das estratégias desenvolvidas para alcançar esses objectivos devem também ser monitorizados, de modo a avaliar a necessidade de reconceber estratégias. A vivência no interior do recinto turístico deve também ser monitorizada (métodos de sondagem, mapeamento comportamental ou registo visual).

Quadro XVI: Plano de Transportes Sustentável – Comparação de cenários (Pelicano, 2004: 50)

Indicadores	Cenário 1	Cenário 2: OPL
Distribuição Modal (percentagem de uso de diferentes modos de transporte)	<ul style="list-style-type: none"> • Carro: 52% • Autocarro: 20% • Comboio: 2% • Motociclos e Bicicletas: 2% • Caminhar: 23% (Dados estatísticos para AML, INE)	<ul style="list-style-type: none"> • Redução de 50% de uso de carro na área do projecto • 50% de uso do carro para a compra de comida dentro da área do projecto • Maioria das viagens a pé ou de bicicleta dentro da área do projecto • Redução global do uso de carro para viagens que exijam sair ou entrar na área do projecto para todos os grupos (residentes, trabalhadores e turistas).
Número médio de utentes por modalidade de transporte	<ul style="list-style-type: none"> • Carro: 1.4 (Pessoas que atravessam a velha ponte Tagus, Quercus)	<ul style="list-style-type: none"> • Subir para 3 o número médio de utentes de carro por carro aquando da saída do local turístico.
CO ₂ Kg/user.trip	<ul style="list-style-type: none"> • Autocarro: 0.116 • Carro: 1.37 (Pessoas que atravessam a velha ponte Tagus, Quercus)	-
Impedância (distância*tempo de viagem/utente)	<ul style="list-style-type: none"> • Carro=Autocarro: 12.925 (Pessoas que vivem na Amora e se deslocam para Lisboa)	-

Quadro XVI.a: Plano de Transportes Sustentável – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 52-56)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Número médio de utentes por modalidade de transporte	<ul style="list-style-type: none"> Medidas para promover o uso do Sistema de Partilha do Carro Medidas que promovam o uso eficiente de modos de transporte, de acordo com as viagens planeadas 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar Sistema de Partilha do Carro⁵ Conceber e fornecer um Esquema de Transportes eficaz 	<ul style="list-style-type: none"> Subir para 3 o número médio de utentes de carro por carro aquando da saída do recinto turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Vantagens do carro comparativamente ao autocarro, relativamente ao conforto, rapidez e estratégias de coping. Dilemas sociais
% de distribuição modal	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar a redução do uso do carro e punir o seu uso (Plano para reduzir o uso do carro). 	<ul style="list-style-type: none"> Medidas que impeçam fisicamente o uso do carro e medidas sistémicas que constituam barreiras ao uso do carro, ou reduzir as vantagens do uso do carro (e.g. esquemas de acalmia do tráfego) (Plano para reduzir o uso do carro). 	<ul style="list-style-type: none"> 0% de uso do carro no centro urbano, Reduzir para 0% o uso individual do carro para a compra de comida no interior do recinto turístico, A maioria das viagens no interior do recinto turístico feitas a pé ou de bicicleta. Redução global do uso de carro para viagens que exijam sair ou entrar na área do projecto para todos os grupos (residentes, trabalhadores e turistas). 	<ul style="list-style-type: none"> Vantagens do carro comparativamente ao autocarro, relativamente ao conforto, rapidez e estratégias de coping. A interacção entre companhias transportadoras está fora do controlo do promotor. A negociação com estas pode levantar dificuldades em alcançar uma tarifa única envolvendo o uso de diferentes transportes Dilemas sociais
Área de asfalto/área total (Extensão de asfalto nas estradas/extensão total das estradas)	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Pressão social dos utentes de carros
CO ₂ kg/utente	<ul style="list-style-type: none"> Medidas que promovam o uso eficiente de modos de transporte, de acordo com as viagens planeadas 	<ul style="list-style-type: none"> Plano para reduzir o uso do carro 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e publicitar declarações políticas que apoiem as políticas da T&E e WWF no que respeita à redução de CO₂ na viagem internacional 	<ul style="list-style-type: none"> Vantagens do carro comparativamente ao autocarro, relativamente ao conforto, rapidez e estratégias de coping. Atitudes e cognições face a veículos híbridos e eléctricos. Problemas de interacção entre modos de transporte Dilemas sociais.

⁵ O Sistema de Partilha do Carro também promove o estabelecimento de ligações entre membros da comunidade e, assim, o *desenvolvimento da comunidade*.

Número de pontos de conflito entre modos de transporte / extensão total das estradas no interior da área do projecto (km)	-	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma rede de transportes que reduza a quantidade de pontos de cruzamento entre diferentes modos de transporte 	-	<ul style="list-style-type: none"> Custo financeiro.
Impedância (distância*tempo de viagem/utente)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de comunicação que promova uma utilização eficiente dos modos de transporte considerando as distâncias e tempo de viagem para os diferentes modos de transporte. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir distâncias entre casa e trabalho empregando residentes locais ou municipais no recinto turístico, sem desrespeito pelos princípios de igualdade (Plano de Trabalho). Desenvolver pacotes de viagens que permitam aos residentes locais que trabalhem fora da Mata de Sesimbra Sul reduzir o tempo de viagem (Plano para reduzir o uso do carro). Desenvolver pacotes de viagens para os trabalhadores no recinto turístico que permitam uma impedância inferior à impedância média para outras pessoas que vivem e trabalham em Sesimbra encurtando o tempo de viagem (Plano para reduzir o uso do carro). 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o habitual tempo de deslocação*distância para o trabalho para ambos os residentes locais e trabalhadores na área de projecto. 	<ul style="list-style-type: none"> As decisões respeitantes à rede de transportes e privilégio de autocarro relativamente ao carro fora do recinto turístico são tomadas pelo município e não pelo promotor.

Quadro XVI.b: Plano de Transportes Sustentável - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 57)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
<ul style="list-style-type: none"> Identificar o valor médio de CO₂/turista_pessoa.ano para os residentes de Sesimbra Identificar o CO₂/turista_pessoa.ano dentro do benchmark do empreendimento turístico (e.g Quinta do Lago – Vilamoura) Reduzir 5% do CO₂/turista_pessoa.ano de e para o empreendimento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir 10% do CO₂/turista_pessoa.ano para as viagens em Sesimbra/viagens regionais Reduzir 40% do CO₂/turista_pessoa.ano dentro do empreendimento turístico Reduzir 15% do CO₂/turista_pessoa.ano de e para o empreendimento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir 25% do CO₂/turista_pessoa.ano nas viagens em Sesimbra/viagens regionais Reduzir 50% do CO₂/turista_pessoa.ano dentro do empreendimento turístico Reduzir 25% do CO₂/turista_pessoa.ano de e para o empreendimento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir 50% do CO₂/turista_pessoa.ano para viagens em Sesimbra/viagens regionais Reduzir 70% do CO₂/turista_pessoa.ano dentro do empreendimento turístico Reduzir 50% do CO₂/turista_pessoa.ano de e para o empreendimento turístico

Deve ser desenhado um mapa integrado de modo a informar as pessoas dos diferentes modos de transporte disponíveis, lugares onde estes podem ser encontrados e seus trajectos. O Plano de Transportes Sustentável deve ser tornado público, de modo a que as pessoas tenham consciência das vantagens que traz para a preservação ou melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

7. PLANO DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E FLORA

Para o plano de conservação da Fauna e da Flora utilizou-se informação relativa à composição da área de implementação do projecto em termos de espécies e estrutura dos habitats. Através da aplicação desta informação a um modelo de evolução de habitats consegue-se a comparação com as estruturas ecológicas existentes e a definição dum plano de intervenção sustentável. É importante afirmar que os objectivos e estratégias serão adaptados ao facto de que a área total do projecto pode ser dividida em:

- Área de implementação do empreendimento turístico;
- Mata de Sesimbra Sul.

Este plano envolverá também uma série de corredores verdes que atravessam a área de implementação do empreendimento turístico e que se revestem de grande importância para a manutenção da biodiversidade e do equilíbrio ecológico natural da Mata de Sesimbra.

Quadro XVII: Plano de Conservação da Fauna e da Flora – Comparação de cenários (Pelicano, 2004: 61)

Indicadores	Cenário 1	
	Sem o Plano de Conservação da Fauna e Flora	Com o Plano de Conservação da Fauna e Flora
Pressupostos	<ul style="list-style-type: none"> • 83% de áreas não-naturais • Indústrias de extracção de areia em 7% da área total • Degradação e regressão da diversidade de habitats e espécies 	<ul style="list-style-type: none"> • Re-naturalização da Mata de Sesimbra Sul • Aumentar a representatividade dos habitats e espécies relevantes • Aumentar o número de habitats naturais e qualidade do seu estado de conservação
Riqueza Específica de Espécies Relevantes	Pouco expressiva	Maior que a actual
Corredores ecológicos – Galeria ripícola	<ul style="list-style-type: none"> • Galerias ripícolas degradadas, com áreas de protecção pequenas 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição dos corredores verdes – aumento da área de galeria ripícola • Aumento da protecção da área de galeria ripícola
Planos de água (charcas) permanentes e temporárias	<ul style="list-style-type: none"> • Número reduzido 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento
Estado de conservação dos habitats	<ul style="list-style-type: none"> • Habitats degradados; • Presença de espécies exóticas/infestantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de habitats naturais e melhoria da qualidade ecológica
Habitats Consolidados	<ul style="list-style-type: none"> • Poucos tipos de habitats consolidados, com reduzido número de manchas; • Áreas pouco significativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento em número, tipo e área
Montados de sobre	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas reduzidas de montado puro, baixa densidade de árvores 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de manchas, da densidade e da qualidade fito-sanitária das manchas florestais
Áreas não naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de áreas naturalizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Renaturalização de áreas (opcional para proprietários)

Quadro XVII.a: Plano de Conservação da Fauna e da Flora – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 63-65)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Riqueza específica das espécies relevantes	Ver Plano de Património para medidas comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Conversão e restauração do habitat através de acções adequadas de plantação, usando as espécies apropriadas; • Criação do habitat através da remoção de espécies inadequadas e da implementação de acções de plantação com espécies adequadas; • Criação de corredores verdes e aumento, com base nas estruturas biofísicas existentes (e.g. galerias ripícolas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar número de habitats naturais de boa qualidade ecológica 	<ul style="list-style-type: none"> • Custos financeiros; • Dificuldades técnicas de implementação; • Reduzida resposta ecológica (nível do ecossistema); • Aumento de espécies exóticas/infestantes
Corredores ecológicos – Galerias ripícolas	-	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da área de galeria ripícola pela plantação de espécies/remoção de espécies exóticas; • Aumento da área de protecção das galerias ripícolas • Espaço aberto a propósitos agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da biodiversidade (mais espécies, tanto animais como vegetais); • Os corredores ecológicos desempenham a sua função natural, permitindo: <ul style="list-style-type: none"> ○ Deslocamento dos animais e vias de dispersão; ○ Habitats com boa cobertura para espécies mais sensíveis • Melhoria agrícola (consumo local – ver 5 – Uso de Recursos Locais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo financeiro; • Composição inadequada de espécies nas acções de plantação; • Técnicas inadequadas de plantação; • Incapacidade de adaptação das espécies; • Introdução acidental de espécies indesejadas
Planos de água (charcas) permanentes e temporárias	Ver Plano de Património para medidas comportamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de planos de água permanentes: <ul style="list-style-type: none"> ○ Lagos; ○ Mudança de pequenos ribeiros temporários para permanentes; • Acções de plantação associadas com a criação de planos de água permanentes • Criação de lagos temporários 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da biodiversidade: <ul style="list-style-type: none"> ○ Fauna, particularmente aves e anfíbios; ○ Flora; • Manutenção/suporte da galeria ripícola/corredores ecológicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo financeiro; • Composição inadequada de espécies nas acções de plantação; • Incapacidade de adaptação das espécies; • Introdução acidental de espécies indesejadas
Habitats consolidados	-	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação do habitat através de acções de plantação em pequena escala, usando as espécies apropriadas; • Conversão do habitat através de acções mais vastas de plantação, usando as espécies apropriadas; • Protecção do habitat através da remoção de espécies vegetais exóticas e/ou da adopção de restrições ao uso; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da biodiversidade: espécies vegetais e animais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo financeiro; • Composição inadequada de espécies nas acções de plantação; • Introdução acidental de espécies indesejadas
Montados de sobreiro	-	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de manchas, da densidade e da qualidade fito-sanitária das manchas florestais através de: <ul style="list-style-type: none"> ○ acções de plantação em pequena escala; ○ remoção de espécies vegetais exóticas e/ou da adopção de restrições ao uso 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da biodiversidade: espécies vegetais e animais associadas ao montado de sobreiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo financeiro; • Incapacidade de adaptação das espécies; • Técnicas inadequadas de plantação; • Introdução acidental de espécies indesejadas

Quadro XVII.b: Plano de Conservação da Fauna e da Flora - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 66)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
Conversão e restauração do habitat	Aumento da riqueza específica de espécies relevantes da fauna e da flora	Aumento da riqueza específica de espécies relevantes	Aumento global da riqueza específica de espécies relevantes
Criação de planos de água e corredores ecológicos	Aumento da riqueza específica de espécies relevantes em virtude da disponibilidade de um novo tipo de habitat estruturado, especialmente no que diz respeito a espécies de fauna aquática (<i>e.g.</i> aves aquáticas e anfíbios)		Aumento da riqueza global de espécies relevantes em virtude da disponibilidade de um novo tipo de habitat estruturado, especialmente no que diz respeito a espécies de fauna aquática (<i>e.g.</i> aves aquáticas e anfíbios)
Plantação e reconversão do montado de sobro	Aumento da riqueza específica de espécies relevantes devido ao aumento da área, aumento da densidade e melhor estado fitossanitário dos montados de sobro (especialmente em espécies de animais e plantas características deste tipo de estrutura)		Aumento da riqueza global de espécies relevantes devido ao aumento da área, aumento da densidade e melhor estado fitossanitário dos montados de sobro (especialmente em espécies de animais e plantas características deste tipo de estrutura)
Início da re-naturalização	20% da área total re-naturalizada	50% da área total re-naturalizada	85% da área total re-naturalizada

A monitorização sazonal focar-se-á em comunidades de fauna e flora, com especial ênfase nas áreas submetidas a:

- Acções de restauração, protecção e conversão do habitat;
- Galerias ripícolas – acções de aumento dos corredores ecológicos;
- Criação e manutenção de planos de água permanentes.

Esta monitorização permitirá a recolha de dados respeitantes à eficácia das medidas e avaliação da biodiversidade, ajudando a determinar a necessidade de mudanças e melhorias nas acções efectuadas.

8. PLANO DE CONSERVAÇÃO DA ÁGUA

Para o plano de conservação da água foi utilizada informação relativa aos consumos médios dum empreendimento turístico e dividida pelos diferentes tipos de utilização, tais como WC, banho, cozinha, máquinas, piscina, jardins e campos de golfe. Este plano procura reduzir o consumo de água em 25%, comparativamente aos valores base.

No que se refere à informação disponível relativa aos consumos de água diários não foram encontrados valores para as piscinas e o campo de golfe, identificando-se apenas os valores existentes por área.

Os dados dos indicadores relacionados com o consumo de água e a reciclagem serão monitorizados de modo a fornecer um melhor balanço oferta-procura.

Quadro XVIII: Plano de Conservação da Água – Comparação de cenários (Pelicano, 2004: 69)

Usos da água	Cenário 1 Média de uma estância turística	Cenário 2 OPL
Pressupostos	Elevado consumo de água	Reduzido consumo de água, Reutilização da água
Global	0,250 s (m ³ /dia/pessoa)	0,187 – 25%
WC	0,060	0,045
Banho	0,090	0,067
Cozinha	0,009	0,007
Máquinas	0,044	0,033
Piscina		
Jardim	0,5 (m ³ /ha)	
Golfe	0,5 (m ³ /ha)	

Quadro XVII.a: Plano de Conservação da Água - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 73)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
Reutilização da água na rega dos espaços verdes (águas negras e cinzentas após tratamento)	65%	80%	>95%
Volume captado no aquífero (m ³ /dia/pessoa) – 0,162	0,160	0,155	0,150

Quadro XVIII.b: Plano de Conservação da Água – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 71 e 72)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Percentagem de água usada para todas as funções	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a manutenção de todos os equipamentos e fornecimento de água e a reparação imediata de quaisquer fugas no sistema de drenagem. 	<ul style="list-style-type: none"> Reutilização de água usando um sistema de fornecimento de água separado para cada casa e sistemas de aquecimento o mais próximos possível das torneiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Redução em 25% do consumo de água face aos valores nacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Custos do sistema separado face a um só sistema. O sucesso depende das mudanças de comportamento (Planos de Atitudes e Comportamentos).
Percentagem de água usada no WC	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de mudanças de comportamento nos consumidores de modo a gerir a rotina de higiene de um modo correcto. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de sistemas de autoclismo de baixa capacidade (4 a 6 litros ao invés de 10 a 15 de acordo com a legislação em vigor e de 2 a 4 litros no futuro⁶). 		<ul style="list-style-type: none"> Os custos dos sistemas podem ser muito exigentes do ponto de vista financeiro. O sucesso depende das mudanças de comportamento (Planos de Atitudes e Comportamentos).
Percentagem de água usada no banho	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de mudanças de comportamento no sentido de evitar a imersão e promover o duche. 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de sistemas de torneiras que reduzam o fluxo de água. 		
Percentagem de água usada na cozinha	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de mudanças de comportamento para fomentar o uso de contentores de água ao invés de água corrente. 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de sistemas de torneiras que reduzam o fluxo de água. 		
Percentagem de água usada em máquinas	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de mudanças de comportamento de modo a que as máquinas funcionem sempre carregadas na totalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Usando máquinas com baixo consumo de água. 		
Percentagem de água usada em piscinas	<ul style="list-style-type: none"> Cobrir as piscinas de modo a reduzir a perda de água por evaporação. 	-		
Percentagem de água usada na irrigação de jardins	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de mudanças de comportamento de modo a que a irrigação possa ser feita de manhã ou à noite em períodos secos, e dia-sim-dia-não nos períodos húmidos. 	<ul style="list-style-type: none"> Uso de sistemas de torneiras que reduzam o fluxo de água. 		<ul style="list-style-type: none"> Redução em 35% do consumo de água face aos valores nacionais
Percentagem de água usada na irrigação de campos de golfe	-	<ul style="list-style-type: none"> Reutilização da água Uso da água da chuva 	<ul style="list-style-type: none"> Os custos dos sistemas podem ser muito exigentes do ponto de vista financeiro. 	

⁶ Esta medida, a ser implementada, permitirá baixar em mais de 5% as metas a que se propõe o plano.

9. PLANO DE QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida baseia-se sobretudo num conjunto de indicadores relativos a dimensões identificadas previamente (através de questionário à população de Sesimbra, anterior à implementação do projecto), e que focam sobretudo dimensões de qualidade ambiental e um conjunto de dimensões psicológicas relacionadas sobretudo com a identidade social local e o sentido de comunidade.

Quadro XIX.a: Plano de Qualidade de Vida 1 – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 76-84)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Crescimento Económico Local	<ul style="list-style-type: none"> Promover atitudes positivas face a consumir bens e serviços locais e nacionais vs. internacionais; e enfatizar a sua importância (Plano de Atitudes). 	<ul style="list-style-type: none"> Incluir itens nos contratos que exijam uma política clara de aquisição de bens e contratação de serviços, a qual promova a aquisição e contratação ao nível local/regional sem desrespeito pelo princípio do preço e qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o crescimento económico local 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade de resposta dos produtores locais a necessidades emergentes com níveis adequados de qualidade
Percentagem média de aumento económico para os produtores e serviços locais/regionais			<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a percentagem de aumento económico para os produtores e serviços locais/regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade dos produtores locais de fornecimento de bens e serviços com níveis de qualidade adequados
Percentagem de melhoria económica regional que está directa ou indirectamente relacionada com o projecto			<ul style="list-style-type: none"> Promover atitudes positivas face a consumir bens e serviços locais e nacionais vs. internacionais; e enfatizar a sua importância (Plano de Atitudes). Estratégia de comunicação para promover o uso e consumo de bens e serviços locais (Plano de Atitudes para Recursos Locais). 	-
Taxas de desemprego por diferentes grupos etários	-	<ul style="list-style-type: none"> Incluir itens nos contratos que exijam uma política clara de aquisição de bens e contratação de serviços, a qual promova a aquisição e contratação ao nível local/regional sem desrespeito pelo princípio do preço e qualidade (Plano de Trabalho). Desenvolver um plano de formação profissional para as pessoas locais sempre que necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo do desemprego local e regional 	<ul style="list-style-type: none"> Competências profissionais das pessoas locais, e sua capacidade de adaptação a diferentes contextos laborais
Número de horas de formação	-	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um plano de formação profissional para as pessoas locais sempre que necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> Decréscimo do desemprego local e regional. Aumentar o nível das competências profissionais a nível local e regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade das pessoas para aprender e desenvolver novas competências
% de capacidade de utilização das estruturas e serviços	-	<ul style="list-style-type: none"> Planear a extensão do usufruto das instalações aos residentes locais, municipais, regionais, ou nacionais, dependendo do tipo de instalação. 	<ul style="list-style-type: none"> Inferior a 100%, mas superior a 50% 	-

Quadro XIX.b: Plano de Qualidade de Vida 2 – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 76-84)

Indicadores ⁷	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Necessidades de instalações que não são satisfeitas	<ul style="list-style-type: none"> Plano para participação pública nos sistemas de avaliação de modo a que as necessidades dos utentes possam ser satisfeitas por um desenvolvimento orientado para os utentes 	-		<ul style="list-style-type: none"> Custos financeiros das soluções
Índices de Qualidade Ambiental (IQA) Percebida	<ul style="list-style-type: none"> Os IQA devem ser comunicados às pessoas de um modo que contribua para gerar atitudes positivas, permita controlo cognitivo, e encoraje a melhoria do seu próprio desempenho (Plano de Comunicação) 	-	<ul style="list-style-type: none"> Valor positivo (i.e. superior ao valor neutro ou médio) 	<ul style="list-style-type: none"> Efeito de saliência
Atitudes face às instalações	<ul style="list-style-type: none"> Plano para participação pública nos sistemas de avaliação Plano de Envolvimento As avaliações da qualidade e desempenho dos serviços e instalações devem ser comunicadas às pessoas de um modo que contribua para gerar atitudes positivas, permita controlo cognitivo, e encoraje comportamentos que contribuam para a melhoria do desempenho dos serviços (Plano de Comunicação) 	-	<ul style="list-style-type: none"> Valor positivo (i.e. superior ao valor neutro ou médio) 	<ul style="list-style-type: none"> Qualidade ou desempenho comparados com a de instalações de carácter semelhante
Satisfação por sector de actividade (e.g. alojamento, transporte, serviços, comércio...)	<ul style="list-style-type: none"> Plano para participação pública nos sistemas de avaliação de modo a que as necessidades dos utentes possam ser satisfeitas por um desenvolvimento orientado para os utentes Desenvolver percepções de controlo cognitivo sobre o sector de actividade e sentir-se parte do mesmo, criando e polarizando as atitudes positivas face ao mesmo (Plano de Envolvimento). 	-	<ul style="list-style-type: none"> Valor positivo (i.e. superior ao valor neutro ou médio) 	<ul style="list-style-type: none"> Desempenho comparado com o de instalações de carácter semelhante
Identidade Grupal/Local	<ul style="list-style-type: none"> Sentir-se parte das melhorias das instalações e sector também ajuda as pessoas a desenvolver uma identidade de projecto como parte da sua identidade social (Planos de Participação e de Envolvimento) Desenvolver um conjunto de actividades que promovam a interacção entre as pessoas e divulguem a cultura local contribui para desenvolver a identidade local (Plano de construção da comunidade + Planos de Atitudes e Comportamentos no que respeita ao uso racional da água e energia e à redução de resíduos) 	-	<ul style="list-style-type: none"> Valor positivo (i.e. superior ao valor neutro ou médio) 	-
Sentido de Lugar (“Sense of Place”)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um conjunto de actividades que promovam a interacção entre as pessoas e divulguem a cultura local também contribui para desenvolver um sentido de lugar (Plano de construção da comunidade) 	-	<ul style="list-style-type: none"> Valor positivo (i.e. superior ao valor neutro ou médio) 	-

⁷ Outros indicadores em estudo ainda a considerar são os relevantes aos Índices de Qualidade Ambiental (IQA): Níveis de poluição dos solos, ar e água; Níveis de ruído; Área de Infra-estruturas e espaços abertos para actividades de lazer por pessoa; Área verde por pessoa; Área de espaços verdes/Área Total; Área de Construção/Área Total; Número de vias pedestres /Número total de vias.

Quadro XIX.c: Plano de Qualidade de Vida 3 – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 76-84)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Sentido de Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver um conjunto de actividades que promovam a interacção entre as pessoas e divulguem a cultura local também contribui para desenvolver um sentido de comunidade (Plano de construção da comunidade) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenhar os espaços públicos num sentido sociopetal vs. sociofugal, de modo a que se possam tornar espaços sociais. Isto promoverá interacções positivas entre as pessoas e, logo, o sentido de comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Valor positivo (i.e. superior ao valor neutro ou médio) 	Sentido de Comunidade
Níveis de stress	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Reduzidos 	<ul style="list-style-type: none"> Padrão de vida das pessoas
Número de pontos de conflito entre modos de transporte/extensão total das estradas no interior da área do projecto (km)	-	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver uma rede transportes que reduza a quantidade de pontos de cruzamento entre diferentes modos de transporte. 	-	<ul style="list-style-type: none"> Custos financeiros
Impedância (distância*tempo de viagem/utente)	-	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir distâncias entre casa e trabalho empregando residentes locais ou municipais no recinto turístico, sem desrespeito pelos princípios de igualdade (Plano de Trabalho). Desenvolver pacotes de viagens que permitam aos residentes locais que trabalhem fora da Mata de Sesimbra Sul reduzir o tempo de viagem (Plano para reduzir o uso do carro). Desenvolver pacotes de viagens para os trabalhadores no recinto turístico que permitam uma impedância inferior à impedância média para outras pessoas que vivem e trabalham em Sesimbra encurtando o tempo de viagem (Plano para reduzir o uso do carro). 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o habitual tempo de deslocação*distância para o trabalho para ambos os residentes locais e trabalhadores na área do projecto. 	<ul style="list-style-type: none"> As decisões respeitantes à rede de transportes e privilégio de autocarro relativamente ao carro fora do recinto turístico são tomadas pelo município e não pelo promotor.

Quadro XIX.d: Plano de Qualidade de Vida - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 85)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
<ul style="list-style-type: none"> Satisfação global elevada por parte dos utilizadores do projecto e dos trabalhadores do mesmo⁸ Satisfação global moderada por parte dos residentes de Sesimbra 	Satisfação global moderada por parte de todos os grupos	Satisfação global elevada por parte de todos os grupos	Satisfação global elevada por parte de todos os grupos
Valores moderados no Índice de Qualidade Ambiental (este índice é obtido através de uma fórmula composta de índices ambientais)	Melhorar os valores dos índices de Qualidade Ambiental comparando com os identificados para Sesimbra e para o local de benchmark	Melhorar os valores dos índices de Qualidade Ambiental para o nível de “bom”	Melhorar os valores dos índices de Qualidade Ambiental para o nível de “muito bom”

⁸ Os indicadores psicológicos, tal como a satisfação, serão medidos através do uso de questionários. Estes questionários serão desenvolvidos através da utilização de uma escala de 5 pontos. A resposta de cada item irá variar entre 1 e 5. Cada indicador será preferencialmente avaliado através de uma série de itens (i.e. escalas fiáveis com validação psicométrica).

10. PLANO DE PATRIMÓNIO

O diagnóstico das dimensões do património local encontra-se ainda em decurso, pelo que se torna difícil apresentá-la e descrever de forma mais detalhada os Planos de Preservação, Educação e Publicitação. Assim este capítulo, à semelhança de alguns outros, encontra-se ainda em desenvolvimento.

Cenários referentes ao presente serão traçados após ter sido estabelecido o diálogo com entidades culturais locais, e de serem conhecidos números referentes a programas e actividades culturais e educativas. Só após o conhecimento desses dados serão avançadas projecções relativas ao incremento dos mesmos em termos de valores percentuais.

Quadro XX.a: Plano de Património – Medidas, objectivos e obstáculos (Pelicano, 2004: 88 e 89)

Indicadores	Medidas		Objectivos Preliminares	Obstáculos
	Comportamentais	Estruturais e Funcionais		
Número de programas de preservação por categoria de valor	-	<ul style="list-style-type: none"> Plano de preservação com o objectivo de preservar valores locais de diferentes tipos (naturais, culturais, históricos...). 	-	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade da comunidade local para desenvolver e fornecer actividades de qualidade adequada Custos financeiros
Número de programas ou sessões educacionais por categoria de valor e tipo de sessão	<ul style="list-style-type: none"> Um plano educacional com o objectivo de aumentar a consciência do valor patrimonial e promover atitudes e comportamentos positivos a favor de tais valores. 	<ul style="list-style-type: none"> Centro <i>One Planet Living</i>. 	-	<ul style="list-style-type: none"> Custos financeiros
Número de actividades apoiadas para promover o património local	-	<ul style="list-style-type: none"> Divulgar o plano de actividades locais que promovem o património, de um modo pelo qual os valores patrimoniais sejam difundidos e partilhados como parte e símbolos da identidade local. Estabelecimentos de comércio de artefactos culturais locais (artesanato,...) 	-	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade da comunidade local para desenvolver e fornecer actividades de qualidade adequada

Os relatórios devem categorizar todos os valores listados no diagnóstico distinguindo-os de acordo com a sua natureza (e.g. natural, cultural ou histórica), localização (e.g. dentro da área de projecto, fora da área de projecto), e tipo de intervenção (e.g. recuperação, manutenção), e fazer uma avaliação global das categorias, bem como uma avaliação e mudança globais dos valores mais importantes um por um. Devem ser desenvolvidas directrizes de modo a redefinir os objectivos ou a sua ordem de prioridade e os processos sempre que possível.

Quadro XX.b: Plano de Património - Objectivos globais (Pelicano, 2004: 90)

Ano 1	Ano 5	Ano 10	Ano 20 OPL
Conjunto de programas de recuperação destinados a diferentes objectos de preservação	<ul style="list-style-type: none"> Melhor conjunto de programas de recuperação destinados a diferentes objectos de preservação do que no Ano 1, considerando os resultados e os diferentes processos Maior conjunto de programas do que no Ano 1 	<ul style="list-style-type: none"> Transformação dos programas de recuperação em programas de manutenção Melhor conjunto de programas de recuperação destinados a diferentes objectos de preservação do que no Ano 5, considerando os resultados e os diferentes processos 	Bom conjunto de programas de manutenção considerando os resultados e os diferentes processos
Conjunto de actividades integradas de suporte destinados a promover o património local	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do número de actividades apoiadas para a promoção do património local Actuações ou apresentação de actividades de promoção do património local no empreendimento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do número de actividades subsidiadas para a promoção do património local Aumento dos conjuntos de actividades em comparação com o ano 5, com melhoria da qualidade em relação às realizadas ou apresentadas no empreendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Sólido programa de actividades apoiadas de promoção do património local Sólido programa de apoio a novas actividades de promoção do património local Programa de distinção de qualidade das actividades de promoção do património local
Identificação do volume de lucros de lojas de artesanato e cultura da região no empreendimento turístico	Aumento dos volumes de lucro proporcionais ao aumento de turistas	Aumento dos volumes de lucro proporcionais ao aumento de turistas	Aumento dos volumes de lucro proporcionais ao aumento de turistas

11. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

A estratégia de monitorização é apoiada por um sistema de gestão da informação que inclui avaliação e monitorização, e será implementada em todas as fases, incluindo a de projecto. O sistema de informação é suportado por dois tipos de documentos, um para o planeamento e outro para a avaliação.

Para o planeamento, teremos o “Plano de Negócios Sustentável Anual” (PNS). Neste plano descreveremos o nosso planeamento para todos os planos OPL, todas as medidas, custos e objectivos finais para o ano.

No final de cada ano produziremos um documento avaliativo denominado “Relatório de Sustentabilidade Anual” (RSA). Este relatório incluirá uma avaliação dos resultados e acções para o PNS do ano seguinte. Este esquema não é apenas um modo simples de avaliar e relatar, mas também uma ferramenta funcional para propósitos de marketing.

O relatório anual pode ser auditado pela BioRegional e, se aprovado, certificado pela WWF. O primeiro PNS será consequência do Plano de Acção de Sustentabilidade (PAS).

De modo a fornecer os principais guias, objectivos e acções para cada ano, um plano anual de sustentabilidade dos negócios será definido. Este documento incluirá uma quantificação dos balanços ambiental e financeiro, os quais servirão de objectivos para cada questão OPL. Todos os indicadores centrais de desempenho do projecto são apresentados numa base presente-futuro e cruzados com medidas. A eficácia destas acções será prevista. Como analogia aos habituais planos de negócios das organizações, isto servirá como uma ferramenta para análise de desvio, correcção de medidas e apreciação global do desempenho aquando da avaliação.

Relatório de Sustentabilidade Anual (RSA)

Este documento apresentará também propostas para novos alvos e acções e, se aprovado, constituirá a base para o PNS do próximo ano.

Matriz de Indicadores de Desempenho/Medidas

O desempenho global do projecto tem de ser mantido numa base de cálculo quantificável de modo a poder ser acompanhado e replicado. Será usada uma matriz de cálculo para todos os princípios OPL.

O cálculo incluirá valores relativos a custos e desempenho de modo a fornecer resultados sociais, económicos e ambientais.